

**JOÃO CARLOS ZOTI**

**O GRUPO ESCOLAR MOURA ANDRADE: UM ESTUDO  
HISTÓRICO ACERCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE  
ENSINO EM NOVA ANDRADINA (1958-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Adriana Aparecida Pinto.**

**DOURADOS – 2017**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

Z89g	Zoti, João Carlos.  O Grupo Escolar Moura Andrade: um estudo histórico acerca da institucionalização de ensino em Nova Andradina (1958-1974). / João Carlos Zoti. – Dourados, MS: UFGD, 2017.  128f.  Orientadora: Prof. Dra. Adriana Aparecida Pinto.  Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.  1. Instituição escolar. 2. Grupo escolar. 3. Nova Andradina. I. Título.
------	--

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**

**O GRUPO ESCOLAR MOURA ANDRADE: UM ESTUDO  
HISTÓRICO ACERCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE  
ENSINO EM NOVA ANDRADINA (1958-1974)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Adriana Aparecida Pinto (Dr.<sup>a</sup>, UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Ademilson Batista Paes (Dr., UEMS) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Leandro Baller (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

4º Examinador:

Nauk Maria de Jesus (Dr.<sup>a</sup>, UFGD) \_\_\_\_\_

*A Maria (mãe) e ao Anderson, minha base  
durante essa jornada.*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da vida universitária várias pessoas passaram por minha vida e que contribuíram de forma significativa para todo aprendizado construído, muitas me desafiaram a querer sempre mais e superar meus desafios.

A minha família, amigos e a Deus, eu agradeço de forma especial, pois para a construção deste trabalho, foram eles que me deram forças nos momentos difíceis e que foram meu suporte para superar os baques da vida, que ocorreu durante esses dois anos.

A família, agradeço em especial a minha mãe, minha guerreira, com conhecimento gigantesco de vida, que mesmo não sabendo das dimensões que um trabalho universitário traz, sempre me apoiou em todas as decisões, me amparou, torceu e acreditou em mim, fazendo suas orações desde o início do processo seletivo até agora. Ao Anderson, companheiro de vida, meu pilar, meu amigo, a melhor parte de mim e que esteve presente na labuta diária e que soube lidar e compreender todas as adversidades que a vida universitária trouxe em alguns momentos.

Aos amigos, pelas comemorações que foram de suma importância durante todo esse tempo, que me ajudou a “respirar” e espairecer quando me senti cansado; obrigado galera pelos encontros, conselhos e apoio. Em especial a amiga de sempre Alana, que viveu em partes a loucura da produção da dissertação e contribuiu nas discussões.

A orientadora professora Dr.<sup>a</sup> Adriana Aparecida Pinto que durante esses dois anos esteve sempre presente na construção desse trabalho, que me instigou e inspirou a percorrer o caminho da pesquisa em Instituições Escolares, e me orientou de forma exemplar.

A banca examinadora Professor Dr. Ademilson Batista Paes, Dr. Leandro Baller e Dr.<sup>a</sup> Nauk Maria de Jesus por toda contribuição e apontamentos feitos na dissertação. E aos professores do programa da Pós-Graduação que contribuíram para meu aperfeiçoamento e discussões durante as disciplinas no mestrado.

Agradeço a CAPES, pelo subsídio financeiro que foi de suma importância para os estudos, pesquisa e aprimoramento. Ao Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina que facilitou a pesquisa e esteve sempre de portas aberta e dispostos a ajudarem.

A todos, meu muito obrigado!!

Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas.

(SANFELICE, 2007, p.79)

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo apresentar um estudo acerca do processo de implantação e funcionamento do Grupo Escolar Moura Andrade, analisando sua organização social e curricular e as relações históricas ocorridas dentro de ambiente escolar, face à colonização da cidade de Nova Andradina-MT. As fontes documentais eminentes do poder público, como regulamentos, mensagens de presidente, atas de reunião e regimentos escolares contribuíram para a análise histórico-cultural da instituição escolar. O recorte temporal da pesquisa inicia-se em 1958, com a criação da cidade perfazendo até o ano de 1974, culminando com o fim da tipologia institucional Grupo Escolar. Desta forma, a partir do diálogo com documentação emanada da própria história da Instituição escolar em Nova Andradina, buscou-se entender como determinados sujeitos históricos e grupos sociais representaram papel importante na História da educação da região. Assim, a pesquisa pautou-se em um estudo histórico-educacional do Grupo Escolar Moura Andrade, a fim de compreender as mudanças educacionais em concordância com o social. O aporte teórico tomou como base as referências no campo da história da educação pautadas em Souza (1998), Vidal (2006), Sá (2006) e Siqueira (2000), mediadas pelo aporte da História Cultural, e estudos históricos regionais tendo como propósito de pesquisa uma abordagem da História Cultural. Em síntese, a pesquisa acerca do Grupo Escolar Moura Andrade teve por intuito compreender as relações históricas pertinentes ao ambiente escolar e como a partir da escola tornou-se possível entender aspectos da organização e questões sociais da cidade.

**Palavras-Chaves:** Instituição Escolar. Grupo Escolar Moura Andrade. Nova Andradina.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to present a study around the process of implantation and functioning of Moura Andrade School Group, analyzing its social organization, curriculum and the historical relations occurred inside the scholar environment in face of colonization of Nova Andradina-MT city. The eminent documental sources of public authority such as regulations, presidential messages, meeting minutes and school regimes contributed to a historical and cultural analysis of the school. The time frame of the research starts at 1958 with the city creation continuing until 1975, the year that institutional typology "School Group" ends. Consequently, through the dialogue with the documentation emanated from the own history of institutional scholar in Nova Andradina it was sought to understand how certain historical subjects and social groups played an important role in the history of education in the region. Thus, the research it was guided in a historic and educational study about Moura Andrade School Group for the purpose to comprehend the educational changes in accordance to the social. The theoretical contribution it was based on the references from the educational history field guided in Souza (1998), Vidal (2006), Sá (2006) e Siqueira (2000), brokered by the contribution of Cultural History, and regional historical studies having as a research purpose an approach to Cultural History. In short, the research about the Moura Andrade School Group was intended to comprehend the pertinent historical relations to the school environment and how from the school it became possible to understand aspects of the organization and social issues of the city.

**KEYWORDS:** Educational Institution. Moura Andrade School Group. Nova Andradina.



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 - Dissertações defendidas sobre grupos escolares em MT e MS.....	16
Quadro 02 – Naturalidade dos habitantes em Mato Grosso em 1940.....	30
Quadro 03: Grupos Escolares em Mato Grosso entre 1910-1954.....	73
Quadro 04: Relação de grupos escolares em Mato Grosso até 1954.....	78
Quadro 05 - População de Nova Andradina (1960-1970).....	92
Quadro 06 – Naturalidade dos alunos do GEMA (1964-1971).....	97
Quadro 07- Alunos da 1ª a 4ª série matriculados entre os anos de 1959 a 1974.....	102
Quadro 08 – Diário de Classe da 4ª série, 1973.....	108
Quadro 09 - Atividades Cívicas no Grupo Escolar Moura Andrade.....	111

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Foto 01 – Porto Primavera, a margens do rio Paraná. S/D.....	40
Foto 02 – Interior do avião de transporte da Companhia, 1957.....	45
Foto 03 – Homens que trabalhavam no desmatamento, s/d.....	48
Foto 04 – Vista parcial do GEMA, 1959.....	82
Foto 05 – Diretora Efantina de Quadros e professoras do GEMA, 1959.....	85
Foto 06 – Área da cidade de Nova Andradina, 1957.....	90
Foto 07 - Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, Nova Andradina, 1970...	90

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 01 – Gleba de Nova Andradina - Município de Bataguassu, 1961.....	84
--	----

## **LISTA DE GRÁFICO**

Gráfico 01 – Migração para a região do Vale do Ivinhema (1990-2013).....	98
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

**APMT** – Arquivo Público de Mato Grosso.

**CAN** – Colônias Agrícolas Nacionais

**CAND** – Colônias Agrícolas Nacionais de Dourados.

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEERNA** – Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina

**GEM** – Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória

**GEMA** – Grupo Escolar Moura Andrade

**GT** – Grupo de Trabalho

**HISTEDBR** – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**TRT** – Tribunal Regional do Trabalho.

**UCDB** – Universidade Católica Dom Bosco

**UEMS** – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados

**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UFMT** – Universidade Federal de Mato Grosso

## SUMÁRIO

Lista de Quadros .....	09
Lista de Ilustrações.....	09
Lista de Mapas .....	09
Lista de Gráficos.....	09
Lista de Abreviaturas.....	10
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>OCUPAÇÃO DO SUL DE MATO GROSSO E A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE NOVA ANDRADINA .....</b>	<b>23</b>
1.1. Sul de Mato Grosso e a ocupação dos “espaços vazios” a partir da Marcha para o Oeste.....	23
1.2. Ocupação e colonização da região de Nova Andradina.....	35
1.3. Criação de Nova Andradina e sua organização política e social.....	51
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>OS GRUPOS ESCOLARES NO SUL DE MATO GROSSO ENTRE OS ANOS DE 1910 A 1960.....</b>	<b>56</b>
2.1. As Reformas do ensino em Mato Grosso (1889 – 1910).....	57
2.2. Grupos escolares: uma proposta educacional na república.....	61
2.3. O processo de implantação dos grupos escolares no Mato Grosso entre 1910 a 1950.....	69
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>POR DENTRO DA ESCOLA: O ESPAÇO ESCOLAR COMO ELEMENTO DE ANÁLISE HISTÓRICA (1959-1974).....</b>	<b>80</b>
3.1. A escola que queria nascer grande: singularidade e institucionalização da educação em Nova Andradina.....	81
3.2. Escola e cidade: diálogos possíveis.....	86
3.3. O Grupo Escolar e seu espaço social.....	99
3.4. Organização educacional e práticas curriculares.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....</b>	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo compreender historicamente o Grupo Escolar Moura Andrade – GEMA na cidade de Nova Andradina durante o período de 1958 a 1974, no que se refere ao seu processo de implantação e funcionamento. Inicialmente, para a construção da dissertação foi realizado um processo de levantamento e análise das documentações pertinente à cidade e a constituição da escola como Grupo Escolar.

A escolha do tema ocorreu pela aproximação do objeto de pesquisa com a minha história na cidade. Nascido e criado em Nova Andradina - MS, o objeto de pesquisa me despertou interesse pelo fato de crescer ouvindo história sobre a escola Moura Andrade, a colonização da cidade e seu criador Antônio Joaquim de Moura Andrade.

Durante a graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – campus de Nova Andradina, participei de um projeto de extensão no ano de 2012 intitulado *Arquivo Permanente do Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região 1990 a 2003*, onde o arquivo do projeto estava localizado na escola Moura Andrade. Então, durante o projeto minha relação com a escola e seu ambiente ganhou maior significado, e interesse por sua história. Já durante o mestrado, ao realizar um levantamento sobre a História da Educação da cidade, a escola Moura Andrade veio à tona novamente, surgindo assim o interesse da pesquisa.

O recorte temporal estabelecido, pelo período de 1958-1974, tem como destaque a criação da cidade de Nova Andradina em 1958<sup>1</sup>, a fim de entender o processo de colonização da região até a sua criação neste ano, e termina em 1974<sup>2</sup>, quando o Grupo escolar Moura Andrade mudou sua tipologia de ensino, se tornando Escola Estadual de 1º Grau “Antônio da Moura Andrade”. Desta forma, a pesquisa buscou analisar o processo de criação, implantação e funcionamento do grupo escolar, evidenciando as singularidades para o processo de implantação da escola na cidade, comprando-a com os regulamentos de instrução do estado de 1910 e 1927. Para isso, a abordagem de estudos pautada na História Cultural possibilitou ampliar o debate histórico-educacional sobre instituições escolares no Sul de Mato Grosso.

---

<sup>1</sup> A escolha do ano de 1958 diz respeito a criação da cidade de Nova Andradina, pois buscou-se mostrar como uma cidade recém-criada teve um grupo escolar implantado em maio de 1959.

<sup>2</sup> Já o ano de 1974, trata sobre o fim da tipologia de ensino Grupo escolar na escola Moura Andrade. Vidal (2006) afirma que os grupos escolares acabaram em 1971 no mesmo ano quando criada a lei nº 5692/71. Mas em Atas de reuniões de professores e ofícios escolares, tratam a escola como Grupo Escolar Moura Andrade até 1974, por isso a escolha do ano no recorte temporal.

A pesquisa sobre História da Educação ganhou força durante as décadas de 1960 e 1970, sendo impulsionada em 1990 com os programas de pós-graduação e a criação de grupos de pesquisas, como o GT “ História da Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação em 1984, e do GT “História, Sociedade e Educação no Brasil” em 1986.

Entre 1970 a 1990 o apoio teórico da pesquisa em História da Educação, passou por diversas transformações. Em 1970 se apoiou na teoria marxista de Althusser, onde História da Educação passou a ter uma:

[...]aproximação baseada em um referencial teórico marxista apoiado primeiramente em Althusser (fim dos anos de 1960 e 1970) e depois em Gramsci (anos de 1970 e 1980) [...]. Os trabalhos recorriam, em geral, a documentos impressos, primando pelo estudo da legislação. Os eixos da análise oscilavam entre as ideias pedagógicas e a organização do sistema público de ensino<sup>3</sup>.

Quando as pesquisas deixam de se apoiar em Althusser, por considerar um marxismo vulgar, aproximam-se da teoria de Gramsci e posteriormente de Marx. Desta forma, mesmo neste período com uma farta produção acerca de instituições escolares que existiam nas décadas anteriores, a institucionalização da pesquisa em História da Educação só ocorreu e multiplicou sua investigação a partir dos anos de 1980, principalmente com os grupos de pesquisa, e também com a aproximação da História da Educação com o referencial teórico específico da História, em especial a História Cultural<sup>4</sup>.

A pesquisa sobre instituições escolares vem ganhando força desde os anos 1990, tendo como propulsor os estudos ancorados na abordagem da História Cultural, com investigações no campo da História da Educação, que trouxe para o campo historiográfico possibilidades de compreendê-las, no âmbito das suas relações com o contexto no qual se inserem.

Pesquisas com instituições escolares já vem sendo realizadas na região (FURTADO, 2012; MARQUES, 2014; IRALA, 2014). Dentre estas, Furtado destaca a importância de pesquisas desta natureza, visando à localização no campo teórico e

---

<sup>3</sup> SÁ, Elizabeth Figueiredo; SILVA, Marineide de Oliveira. O GEM e sua contribuição para a socialização das fontes, pesquisa e escrita da História da Educação, p.33-31. In:\_\_\_\_\_. *Fontes, pesquisa e escrita da história da educação no Centro-Oeste/* Elizabeth Figueiredo Sá, Elizabeth Madureira Siqueira, orgs – Cuiabá, MT: UFMT, 2012.

<sup>4</sup> Idem, p.33

prático da documentação que advém destas instituições e suas potencialidades para a pesquisa em educação e histórica em educação. Segundo a autora:

Cabe, então, lembrar que pesquisas sobre a história das instituições de ensino desenvolveram-se, no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, influenciadas pelas novas correntes historiográficas, especialmente pela Nova História Cultural. As pesquisas em História da Educação, anteriores à década de 1990, privilegiavam as políticas públicas e a evolução das ideias pedagógicas, muito pouco se referiam às práticas escolares, aos alunos e alunas, aos professores e professoras<sup>5</sup>.

A propósito dessa discussão, justificam-se as ações realizadas na pesquisa, cuja articulação entre a pesquisa histórica e a análise do papel das instituições educativas, no caso as escolares, revela-se produtiva para os esforços de ensino e aprendizagem do curso de História. Nas palavras de José Luis Sanfelice:

No interior das instituições escolares há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, usos dos espaços, decentes, alunos e infinitas coisas que ali se cruzam. Pode se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instancias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si [...]<sup>6</sup>.

Eric Hobsbawm, teórico marxista (1997) contribui para adensar a reflexão acerca das instituições educativas, ao tratar sobre as *tradições inventadas* no século XIX que objetivava imbuir valores e normas de comportamento por meio de um conjunto de práticas, cujos princípios e conteúdo serviriam à coesão social e uma legitimação hierárquica. Entende-se que a escola, seria um "equivalente secular da Igreja", com seus graus de instrução – primário, secundário e superior –, que para além de definir a progressão no conhecimento, passaria a fornecer um critério para a inclusão nas classes sociais e, conseqüentemente, nas decisões políticas<sup>7</sup>; é descrita nos seguintes termos:

---

<sup>5</sup> FURTADO, Alessandra Cristina. *Arquivos, fontes e instituições: um itinerário de pesquisa sobre o arquivo do colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960)*. Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP, v. 8, n. 2, p. 186-209, julho-dezembro, 2012, p.190.

<sup>6</sup> SANFELICE, José Luis. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. In: \_\_\_\_\_ Revista *HISTEDBR* on-line. Número especial, Ago/2006, p.77

<sup>7</sup> VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. In: *Cadernos Cedes*, ano XX, no 74 52, novembro/2000, p.75.

A escolarização fornecia não só um meio conveniente de comparação entre indivíduos e famílias sem relações pessoais iniciais e, numa escala nacional, uma forma de estabelecer padrões comuns de comportamentos e valores. Além disso, permitia, dentro de certos limites, a possibilidade de expansão para uma elite da classe média alta, socializada de alguma maneira devidamente aceitável. Aliás, a educação no século XIX tornou-se o mais conveniente e universal critério para determinar a estratificação social, embora não se possa definir com precisão quando isto aconteceu. A simples educação primária fatalmente classificava uma pessoa como membro das classes inferiores. O critério mínimo para que alguém pudesse ter *status* de classe média reconhecido era educação secundária a partir de, aproximadamente, 14 a 16 anos. A educação superior, exceto por certas formas de instrução estritamente vocacional, era sem dúvida um passaporte para a alta classe média e outras elites<sup>8</sup>.

A análise de Hobsbawm pontua historicamente a justificativa para a disseminação da escolarização e, de modo mais significativo, a formação cultural como um critério diferenciador entre os diversos grupos pertencentes a uma mesma sociedade. Assim sendo, pode-se afirmar que a difusão diferenciada da cultura entre a população passa a caracterizar a função social da escola, a fim de legitimar o pertencimento social e a propagação de determinados valores.

Em outro ponto, a Nova História, elencando a História Cultural possibilita uma abertura para o estudo das Instituições escolares.

No âmbito da Nova História (um movimento renovador da historiografia europeia que marcou as décadas de 70 e 80 do século XX), a história da educação aberta à interdisciplinaridade, associada à sociologia, tendeu a evoluir de uma história institucional (centrada na educação como sistema, como instituição) para uma história problema aberta às relações da educação e das instituições educativas, na sua diversidade sociocultural e pedagógica, com a sociedade, pelo que a historiografia apresenta uma panóplia de conceitos e temas inovadores<sup>9</sup>.

Os pesquisadores Buffa e Nosella (2007), realizaram um levantamento nos grupos de pesquisa sobre História da Educação, cujas investigações perpassavam ao temário sobre Instituições escolares, entre 1971 a 2005. De um total de 171 títulos, os pesquisadores, sem pretensão de apresentar o quadro geral obtido, apresentaram um

---

<sup>8</sup> HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 301.

<sup>9</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004, p.91.

levantamento onde a maioria das pesquisas eram relativas às instituições particulares de ensino básico – laicas e confessionais – (48), às instituições de ensino superior – públicas e privadas – (29), às instituições de ensino profissional – médio e superior – (27) e às escolas normais – públicas e privadas – (21). Já acerca dos grupos escolares, os dados evidenciaram que ainda haviam poucas pesquisas e apontavam uma tendência crescente nesta área.

Em relação à Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (a partir da década de 1990), em um levantamento realizado nos sites dos Programas de Pós-Graduação em Educação dos estados, foi notado que essa mesma tendência de poucos trabalhos sobre grupos escolares se aplicava.

**Quadro 01 - Dissertações defendidas sobre grupos escolares em MT e MS<sup>10</sup>**

UNIVERSIDADE	Cidade	Quantidade
UFGD	Dourados	06
UFMT	Cuiabá	03
UCDB	Campo Grande	01
UEMS	Paranaíba	00
UFMS	Campo Grande	00
<b>TOTAL</b>		10

Perante tais dados a pesquisa que engloba sobre a história de Grupos Escolares em Mato Grosso e no Sul de Mato Grosso ainda são escassas, não dando conta de caracterizar as peculiaridades principalmente dos grupos escolares implantados nas cidades do Sul de Mato Grosso, como exemplo o Grupo Escolar Moura Andrade em Nova Andradina-MT.

O programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, teve dissertações defendidas que buscaram analisar a implantação da

<sup>10</sup> Os dados referentes ao quadro foram coletados dos seguintes sites das PPGE's das instituições de ensino:

UFGD: <http://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/dissertacoes-defendidas>: Acesso em: 25/01/2017.

UFMS: <https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/buscarPorCurso/cursoId:60>: Acesso: 25/01/2017.

UEMS: [http://www.uems.br/pos\\_graduacao/detalhes/educacao-paranaiba-mestrado-academico/teses\\_dissertacoes](http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/educacao-paranaiba-mestrado-academico/teses_dissertacoes). Acesso em: 25/01/2017.

UCDB: <http://site.ucdb.br/cursos/4/mestrado-e-doutorado/32/mestrado-em-educacao/627/dissertacoes-defendidas/1144/>: Acesso em: 25/01/2017

UFMT: <http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php>: Acesso em: 25/01/2017.



primeira Instituição Escolar em Mato Grosso nos moldes de um Grupo Escolar. São eles: Caio Nogueira Hosannah Cordeiro (1996) com a dissertação *“Arquitetura Escolar em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; O trabalho Palácio da Instrução: Institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)”* de Rosinete Maria dos Reis (2003) e a dissertação de Eduardo Ferreira Cunha, intitulado *“Grupo Escolar Palácio da Instrução de Cuiabá (1900-1915): Arquitetura e Pedagogia”*, foram trabalhos pioneiros que buscaram investigar aspectos relativos a constituição dessas instituições, no intuito de compreender as relações no espaço escolar, sua arquitetura e a organização educacional.

Os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, buscaram evidenciar os grupos escolares localizados no Sul de Mato Grosso, focando em questões mais regionais. O estudo sobre grupos escolares no programa teve 3 dissertações defendidas no ano de 2011 que trabalharam a temática. A dissertação *“Grupo escolar Esperidião Marques uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso 1910 – 1947”* da Adriane Cristine Silva; *“Cultura escolar: a institucionalização do ensino primário no sul do antigo mato grosso: O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João em Caarapó/MS (1950-1974) ”* da Juliana da Silva Monteiro e *“Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)”* do Marcio Bogaz Trevizan.

Em 2013, foi defendido o trabalho de Charlene Correia Figueiredo com título *“Grupo escolar Luiz de Albuquerque - sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá - MT (1908-1930) ”*. O trabalho *“Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: Cultura Escolar primária em Itaporã- MT. Uma contribuição para a História das Instituições Educativas” (1953-1974)* de Claudiani Ferreira da Cunha Rodelini em 2015. E por fim, o trabalho defendido em 2016 *“Educação Primária no Sul de Mato Grosso: O Grupo Escolar de Bataiporã -MT (1955-1974) ”* de Thierry Rojas Bobadilha.

Por fim, a dissertação de Arlene da Silva Gonçalves *“Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do estado (1910-1950) ”* defendida em 2009 na Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande.

Desta forma, é evidenciado a importância do estudo sobre instituições escolares, e grupos escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a fim de estabelecer um panorama geral da história dos grupos escolares na região. Em especial, no Sul de Mato Grosso e na região do Vale do Ivinhema, tendo apenas até o momento a pesquisa de Bobadilha (2016) defendido sobre grupo escolar nessa região.

Neste sentido, o trabalho buscou pensar as Instituições Escolares como um lugar de memórias, onde pessoas, arquivos e grupos se perpetuam na construção de uma identidade, que em percepções escolares e históricas essas relações devem ser estabelecidas em um contexto cultural, agrupando a família, infância, trabalho, política e economia, em um perspectiva histórica “[...] interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.<sup>11</sup>”.

As pesquisas acerca da educação possibilitam a análise de diversas fontes que estão de alguma forma relacionada a Instituição escolar:

Existem fontes específicas para o estudo de um autor, de um professor excepcional. Existem fontes para o estudo de uma instituição local, uma escola, um lugar, um ambiente. Na história local e específica de uma escola, estão dispostos todos os problemas conexos à história desse local, não obstante eles ganhem significação somente quando colocados em contraste com outros locais, ou seja, contextos deferentes referentes à história nacional <sup>12</sup>.

Nessa perspectiva, a pesquisa sobre o Grupo Escolar Moura Andrade se estabelece em um caráter histórico-documental. E os acervos documentais da escola e também da história da cidade, foram encontrados nos órgãos públicos, como: Museu de Nova Andradina, Arquivo Público de Mato Grosso e Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina - CEERNA. Em seguida, procedeu-se a parte da organização e sistematização da documentação levantada.

Grande parte da documentação referente ao grupo escolar foi encontra no CEERNA, matrículas de alunos, atas de reuniões, diários escolares e processo de implantação de ensino. Os documentos que foram encontrados no CEERNA não

---

<sup>11</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004 (Estudos CDAPH. Série historiográfica). p.133/134

<sup>12</sup> RAGAZZINI, Dário. “Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?”. In: *Educar em revista* n. 18/2001. Curitiba: Editora UFPR, 2001 p. 13-28. p. 21.

possuíam instrumentos de pesquisa para consulta, estando apenas encaixotados sem critérios para pesquisa. E sobre o assunto, Vieira afirma que “[...] a reconstrução da história das instituições escolares está intimamente relacionada à preservação e à organização dos seus arquivos, por meio dos quais se terá acesso às fontes que possibilitarão a pesquisa e a produção do conhecimento<sup>13</sup>”.

Assim, a reconstrução histórica das instituições escolares, como objeto de análise da história da educação, exige fontes para seu estudo, se tornando o ponto base para esta análise histórica<sup>14</sup>.

As fotos utilizadas do período entre 1959 a 1974, buscou ilustrar como era o Grupo Escolar Moura Andrade e com o uso dessa fonte ofereceu possibilidades de visualizar as estruturas dessa instituição escolar, demonstrando aspectos acerca da construção da escola e dos professores que trabalharam no Grupo Escolar Moura Andrade. A partir delas foi possível fazer uma leitura do espaço e das relações humanas.

Já o uso da fonte oral indicou a possibilidade de se entender a vida social das pessoas e habitual da vida coletiva, a fim de responder questões em um sentido prático e mediato<sup>15</sup>. A utilização da História oral, ajudaria a pensar outros contextos de uma mesma história, a partir do diálogo com outras fontes.

A partir desses relatos e memórias cabe ao pesquisador entender que elas precisam ser analisadas e confrontadas, como alerta Circe Bittencourt,

A memória, [...], não pode ser confundida com a história. [...]. As memórias precisam ser evocadas e recuperadas e merecem ser confrontadas. A dos velhos e de pessoas que ainda estão no setor produtivo ou as de homens e de mulheres nem sempre coincidem, mesmo quando se referem ao mesmo acontecimento.<sup>16</sup>

Deste modo, historiador deve ter uma maior preocupação em interpretar e compreender os relatos orais, na busca de entendê-los como portadores de memória, cabendo ao historiador a tarefa de fazer uma série de articulações dessas memórias com

---

<sup>13</sup> VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Org.). *História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas: Alínea, 2013. p. 65-78. p. 72.

<sup>14</sup> TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. *História da educação, Instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná*. Revista Linhas. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014, p.183

<sup>15</sup> SANTOS, Claudinei Araújo. *A região em análise: A política e a Igreja no processo de colonização de Nova Andradina-MS*. Dissertação de Geografia – UFMS/CPTL, 2015, p.137.

<sup>16</sup> BITTENCOURT; Circe Maria F: *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo. Ed Cortez, 2004, p.170

a história, a fim de compreender que o historiador não deve se apoderar dos discursos produzidos no presente, incumbindo-o passar esses relatos por mediações fundamentais - tanto pela complexidade dos atos de memória quanto pelas regras da escrita – ao apresentar o passado.

Na parte da historicidade sobre o processo de implantação do grupo escolar e das vicissitudes da vida social, seja da formação e colonização da cidade, da comunidade, dos professores e alunos; ou na parte material, como o prédio escolar, só foi possibilitado a partir da análise das fontes elencadas. Neste sentido, a pesquisa teve por intuito compreender as relações históricas pertinentes ao ambiente escolar e como a partir da escola tornou-se possível entender aspectos da organização e questões sociais da cidade.

Com base no exposto, a presente dissertação está organizada em três capítulos, que buscam dar a conhecer o percurso de pesquisa e estudo da documentação pertinente. No primeiro capítulo, intitulado *Ocupação do Sul de Mato Grosso e a Colonização da região de Nova Andradina* buscou-se trabalhar sobre o processo de colonização da região do Sul de Mato Grosso a partir da Marcha para Oeste, mostrando os fatores que sucederam sobre a colonização das áreas consideradas *vazias* pelo governo varguistas, expostas as várias questões sobre a colonização por empresas colonizadoras na região e a participação das Colônias Agrícolas Nacionais - CAN nesse processo, para que assim após esse percurso histórico entender como se deu o processo de colonização da região de Nova Andradina.

Buscou-se logo de início, abordar as questões referentes a colonização da região do Sul de Mato Grosso. Foram utilizadas obras de vários pesquisadores que trabalharam com o tema, entre os principais estão: CORREA (2009), LENHARO (1983, 1986a, 1986b), QUEIROZ (2008). Sobre as fontes utilizadas, as Mensagens de Presidente<sup>17</sup>, possibilitou entender o contexto histórico entre 1930 a 1950 sobre questões políticas da colonização do Centro-Oeste, e as formas que eram realizados o processo de colonização pelo governo e as medidas tomadas para ocupação dos *espaços vazios*. As Mensagens de Presidente emanadas do poder público retratam uma visão oficial referente ao processo de colonização, cabendo uma análise mais criteriosa desse tipo de

---

<sup>17</sup> Mensagem anual do Presidente, sistematizam as atividades do Poder Executivo no Brasil a partir da república em 1889. Estes documentos são acessíveis por ano e, quando disponível, por mensagens divididas por temática, exemplo: COLONIZAÇÃO. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential>. Acesso em: 15/04/2016

fonte. A partir das análises dessas mensagens objetivou compreender as intenções do governo na colonização desses *espaços*, e as relações conflitante de interesses público e privados. Em relação ao processo de colonização de Nova Andradina, foi utilizado os relatos orais, obtidos a partir de pesquisas realizadas por outros pesquisadores, que convergem com o interesse do trabalho sobre a colonização da cidade.

O estudo sobre a colonização do Sul de Mato Grosso possibilitou entender as formas que levaram a colonização da região de Nova Andradina. A fim de mostrar o processo de colonização e criação da cidade, a partir de documentos como decretos, jornais e fontes imagéticas, que com base no processo de escrita teve como intuito construir um narrativa mostrando a participação da Companhia Moura Andrade & Cia na construção e desenvolvimento da cidade, elencados com a participação dos migrantes e trabalhadores da região; as relações de poder entre a Companhia e as pessoas que participaram desse processo; a influência de Antônio Joaquim Moura Andrade e as relações de poder para a implantação do Grupo Escolar.

No segundo capítulo, intitulado *Os Grupos Escolares no Sul de Mato Grosso entre os Anos de 1910 a 1960*, o estudo apresenta um breve histórico sobre a criação dos Grupos Escolares, a fim de entender sobre a importância dessa Instituição de ensino para a região, visto que se tornou um modelo educacional que foi reproduzido em diversos lugares no país e de formas diferentes. Para tal, foi feita uma revisão bibliográfica dos principais estudos que retratam sobre o tema, como: Faria Filho (2000); Souza (1998, 2008); Vidal (2006), que possibilitaram compreender esse sistema de ensino proposto em São Paulo e como estava sendo representado e caracterizado em um período pós proclamação da república.

Em relação à Mato Grosso buscou-se apresentar a instrução pública desde 1889 com o início da República, mostrando como estava sendo tratada naquele momento até a implantação dos grupos escolares em 1910. Para isso, foram utilizados documentos como o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso<sup>18</sup>, Relatórios e Mensagens de Presidente. Assim, buscou-se problematizar questões referente a Educação no estado e compreender as formas que sucederam a institucionalização do ensino, correlacionando-a com o ideal republicano de ensino. Mostrando ainda as diferenças e similitudes dos grupos escolares implantados no início da República, como no estado de São Paulo, comparando-o com de Mato Grosso, para

---

<sup>18</sup>Disponível em: <http://gem.ufmt.br/gem/FrmAcervoGEM.aspx>. Acesso em: 12/03/2017.

assim evidenciar se o ensino pensado e implantado no estado seguiu o mesmo modelo e normas dos grupos escolares originais.

Deste modo buscou-se mostrar, a partir dos estudos realizados sobre o tema, como ocorreu a implantação de grupos escolares em algumas cidades de Mato Grosso, a fim de entender as características e as formas de organização de algumas instituições ligadas à educação pública no estado, nos anos de 1910 a 1950.

No terceiro capítulo - *Por dentro da Escola: O espaço escolar como elemento de Análise histórica (1959-1974)*, a pesquisa encaminhou para o estudo que dá nome ao título desse trabalho, o qual refere-se ao estudo do Grupo Escolar Moura Andrade. Buscou-se mostrar sobre o funcionamento da instituição educativa, sua organização educacional e curricular. A partir disso, as análises encaminhadas no terceiro capítulo seguem algumas categorias de análise nas pesquisas sobre a História das Instituições educativas, incluindo:

- Espaço (local/lugar, edifício);
- Currículo;
- Professores (recrutamento, organização);
- Atas de reuniões de professores;
- Públicos,

A partir dessas considerações de tais estudos e experiências, a pesquisa aqui realizada justifica-se por haver um número reduzido de referências e uma escassez de trabalhos em História relacionados aos grupos escolares no Sul de Mato Grosso, propondo um estudo da temática sob um viés histórico, assim buscando entender o processo de institucionalização do ensino no interior do estado.

# CAPÍTULO I

## OCUPAÇÃO DO SUL DE MATO GROSSO E A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DE NOVA ANDRADINA

A ocupação da região do Sul de Mato Grosso, no decorrer de um processo expansionista, esteve relacionada a duas matrizes de interpretação: a primeira diz respeito à atuação das Companhias de Colonização, estimuladas pelo governo federal a colonizar os “espaços vazios”, tendo como ganho a exploração das áreas ocupadas e conseqüentemente trabalhadores, tanto locais como migrantes; já a segunda matriz, seria a atuação de grandes proprietários de terras, que em um âmbito local poderiam colonizar determinada áreas e destiná-las a perímetros urbanos. A colonização de Nova Andradina se deu pelo processo de colonização por empresas, no caso a Companhia Moura Andrade & Cia. Deste modo, buscou-se neste capítulo evidenciar esse processo de colonização do Sul de Mato Grosso face a colonização da cidade de Nova Andradina.

### **1.1 - Sul de Mato Grosso e a ocupação dos “espaços vazios” a partir da Marcha para o Oeste**

A Marcha para Oeste se desenvolveu no ano de 1938 com o advento do Estado Novo<sup>19</sup>, tendo como proposta construir uma unidade territorial brasileira, cujo objetivo era colonizar o Centro-Oeste e a região da Amazônia, e “esboçando a intenção de ocupar esses espaços vazios surge o slogan ‘Brasil, país do futuro’, sintetizando a retórica nacionalista sobre a interiorização do país”<sup>20</sup>. Tal política se deu com o foco de ocupação dos espaços considerados vazios e conseqüentemente povoamento das regiões fronteiriças do país, como em Mato Grosso, a fim de promover uma política de integração entre os estados. A ideia sobre a Marcha para Oeste teria uma concepção de conquistar o Oeste, integrar o povo, a terra e transformar o país em uma nação única e forte.

[...] é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem

---

<sup>19</sup> O Estado Novo é o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945. O período do Estado novista, dentro da conhecida Era Vargas, nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por de forma contínua (de 1937 a 1945).

<sup>20</sup> BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao construído (1892-1997)*. 1997. 2.v. Tese (Doutorado em história social) – FFLCH/USP, São Paulo, p.186.

assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de “imperialismo interno”, cujo exemplo maior foi Rondon.<sup>21</sup>

O discurso político do governo varguista, ancorado a um sentimento nacionalista e da valorização de uma integração nacional, buscava enfatizar o Brasil com um corpo *uno*, mostrando apenas a diferença econômica acentuada de outros estados brasileiros em relação à região Centro-Oeste, apontando ainda a existência dos espaços não povoados como sendo uma ameaça à segurança nacional, pois esses territórios eram ambicionados por estrangeiros, conforme apontado no discurso de Getúlio Vargas em Goiânia, em 08 de agosto de 1940:

O verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao Oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo [...] Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transporte.<sup>22</sup>

Dessa forma, durante o governo varguista (com a política do Estado Novo), o projeto Marcha para Oeste se tornou possível por diversos fatores, especialmente com a expansão agrícola e surgimento de empresas colonizadoras do interior do Centro-Oeste e com foco na segurança nacional e ocupação estratégica das fronteiras.

O processo para a efetivação e realização da Marcha para Oeste ocorreu com o movimento tenentista. Os militares percorreram áreas de diversos estados e perceberam diversas situações críticas ocorrendo às pessoas que viviam no campo. Nas palavras de Feres, esse movimento tenentista teve grande parcela de influência na criação do movimento:

Os militares que haviam peregrinado pelo país, durante a marcha da Coluna Prestes, conheciam bem a situação de desagregação das comunidades rurais (e experimentaram, inclusive, a dificuldade de

---

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. In: *Política & Sociedade*, nº12, p. 13-21, abril de 2008, p.16.

<sup>22</sup> Discurso disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/25.pdf>. Acesso em: 09/01/2017.



atingi-las, física e ideologicamente). Isto reforçava entre os tenentes a ideia de urgência de reorganizar o país a partir do interior. Uma questão prioritária para esses militares era também o problema do interior, despovoado e inexplorado, principalmente nas regiões ao longo da fronteira ocidental<sup>23</sup>

Nesse contexto, Vargas almejava um governo centralizado, forte e que atendesse a uma vontade do movimento tenentista, como expõe Feres, ao observar que “o governo procurava atender a pressões militares, estimulando a campanha denominada Marcha para Oeste: a ocupação estratégica das terras ao longo da fronteira, especialmente nas áreas tomadas pelos Estados do Paraná e Mato Grosso”<sup>24</sup>.

O estado de Mato Grosso fazia parte de um modelo nacional diferente daquele trilhado pelos estados litorâneos e do Sul, era caracterizado pelo governo varguista como espaço do Sertão e seu modelo cultural, identitário e geográfico não se condizia com o ideário nacionalista de progresso e civilização imposto pelo Estado Novo.

Foi nesse cenário que o interesse de empresas como Viação São Paulo – Mato Grosso<sup>25</sup>, SOMECO e Companhia Moura Andrade & Cia emergiram na década de 1940, a fim de ocupar e colonizar a região Sudeste do estado, como a região do Vale do Ivinhema. Para os pesquisadores Alcir Lenharo (1986) e Osvaldo Zorzato (1998) a Marcha Para Oeste formou-se por duas vias: a primeira, constituída pela criação das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), que considerava como parte fundamental para a expansão da Marcha.

Através da criação das Colônias Agrícolas Nacionais, podemos avançar um pouco mais a nossa compreensão da política de trabalho e colonização que Vargas imprimiu durante o Estado Novo. Foi o bojo da proclamação da “Marcha para Oeste” que os trabalhadores foram convocados para conquistar o interior do país e contribuir com o seu quinhão para a edificação da nacionalidade. Os que responderam aos apelos para a criação da colônia em Goiás – informa um estudo recente – deixaram claros mais o desejo de conseguir terra do que de colaborar para a grande obra patriótica. De modo semelhante não seria nada fácil para o regime mobilizar a massa volátil de “bairanos” escavadores da terra e construtores de cidades<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. III. CEDLA Latin América Studies; 56: 1990. p. 317

<sup>24</sup> FERES, 1990, p.318

<sup>25</sup> Ver mais em: ZILIANI, José Carlos. *Colonização: Táticas e Estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)*. Tese (Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista-UNESP), 2010. Assis-SP.

<sup>26</sup> LENHARO, A. *A Sacralização da Política*. 2. ed. Campinas-SP: Papirus, 1986a.

A segunda, a partir dos discursos nacionalistas demonstrados por meio das políticas do Estado Novo, para influenciar a população a aderir ao projeto da Marcha para Oeste. Vargas usou de estratégias midiáticas (como o rádio e canções que descreviam as maravilhas do projeto lançado pelo governo<sup>27</sup>) com intuito de cativar a população.

[...] estratégia de propaganda armada sobre o slogan da Marcha para o Oeste visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsável por ela.<sup>28</sup>

Com a propaganda de Vargas, brasileiros ficavam cada vez mais interessados em “marchar” para as áreas ditas como “ainda não colonizadas”, com sonhos de conquista de terras. Os migrantes que foram para a região Sul de Mato Grosso não tinham apenas o sentimento nacionalista proposto por Vargas, mas o intuito de adquirir terras e conquistar riquezas.

Dessa forma, cabe ressaltar que a campanha Marcha para Oeste teve como objetivo o apelo aos brasileiros para a construção da Nação, criando artifícios da imagem de uma ‘Nação construída’ pela participação de todos os brasileiros em conjunto, despertando, assim, o imaginário social através do sentimento de brasilidade<sup>29</sup>.

Assim, para entender o processo de colonização de Nova Andradina em face de uma política de colonização, buscou-se trazer à tona a visão dos colonizadores de terras na região Sul do Estado, os quais caracterizavam suas empreitadas como atividades de poucos conflitos (uma vez que essas terras não eram ocupadas), o que por fim se tornou um discurso contraditório, pois diversas áreas do Sul de Mato Grosso eram ocupadas por povos indígenas e posseiros, que já estavam inseridos no processo de frente de expansão<sup>30</sup>, conforme a análise de Benícia de Oliveira:

[...]a Marcha para Oeste, enunciada em 1938, pelo Presidente Vargas, seria o sintoma das preocupações do governo em ocupar os grandes vazios [...] Na verdade, os espaços não se encontravam tão vazios

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Ibidem, p.14.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Benícia Couto de. A Colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937- 1945: O discurso e a história. Fronteiras, Campo Grande, v. 1, n. 2, p.13-26, jul-dez, 1997, p.17.

<sup>30</sup> Sobre o assunto, ver mais em: MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8 (1): 24-70, maio de 1996.

assim. No sul de Mato Grosso, por exemplo, existiam grandes empresas saladeiras e extrativistas. Na região delimitada, a presença da Mate Laranjeira é uma prova concreta desse quadro. Portanto, supomos que a intenção de ocupar os espaços estava vinculada à questão de estratégia de segurança interna do Estado, bem como o desenvolvimento do capitalismo no campo.<sup>31</sup>

A região em questão já havia sido ocupada antes da política da Marcha para Oeste, por povos indígenas, desde o século XIX; esses povos, em parte, foram dizimados por fazendeiros, por empresas madeireiras e pela Companhia Mate Laranjeira, que buscavam ocupar as terras do Sul de Mato Grosso.

[...] foram eles (índios) os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo. [...] Quase sempre violentos foram os candidatos foram os contatos que mantiveram com os brancos e pouco sabemos sobre a localização dos principais grupos e seus gêneros de vida.<sup>32</sup>

Em 1948, o povo indígena Ofaié ainda vivia na região de Nova Andradina e Batayporã, principalmente na área da Fazenda Primavera, local onde foi dado início ao processo de colonização pela empresa Moura Andrade & Cia. Segundo o trabalho de Dutra, e na obra de Darcy Ribeiro *Notícia dos Ofaié-Xavante*, de 1951, esses povos indígenas foram encontrados nessa região.

Por volta de 1948, um grupo de Ofaié foi encontrado na margem esquerda do ribeirão Samambaia (hoje município de Bataiporã), na sua confluência com o rio Ivinhema (atual no município de Taquaruçu). A julgar pela descrição e solidez do aldeamento ali construído, o grupo revelava manter domínio sobre aquela região fronteira há bastante tempo, e isso lhes oferecia condições de ali desenvolver e praticar com relativo desembaraço muitas manifestações culturais[...].<sup>33</sup>

Não há dúvidas de que o processo de desbravamento iniciado no século XX – por grupos como bandeirantes, empresas colonizadoras - estavam marcados por um espírito “civilizador” e progressista, e foram responsáveis pela desocupação e dizimação desses

---

<sup>31</sup> OLIVEIRA, 1997, p.20.

<sup>32</sup> MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984, p. 129.

<sup>33</sup> DUTRA, C. A.S. *Território Ofaié Pelos Caminhos da História: Reencontro e Trajetória de um povo*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2004. Disponível em [5http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000305.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000305.pdf). Acesso em 23 de Novembro de 2016 [dissertação de mestrado], p.53.

povos indígenas situados tanto na região de Nova Andradina, como no Sul de Mato Grosso. Nesse sentido, Lenharo propõe questionamentos sobre a colonização de terras que não eram tão vazias como se pensava:

Outras dificuldades interpunham-se no caminho colonizador do Estado Novo, mesmo no Oeste, região dos “espaços vazios” a serem preenchidos com a nova proposta colonizadora. Na verdade, os espaços não se encontravam tão vazios assim: as usinas de açúcar, às margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Cia. Mate Laranjeira; as fazendas de gado no pantanal mato-grossense; cidades e propriedades surgidos à beira da estrada de ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo do ouro e diamante; outra tanta exploração da borracha ou de drogas do sertão – vêm atestar, no caso do estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não se falar dos povos de formação social inteiramente diferentes, habitantes da região – os indígenas –, que acarretavam dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seu trabalho?<sup>34</sup>

Como observa o autor, o Sul de Mato Grosso já era ocupado por diversos sujeitos em diversos momentos, bem antes da Marcha para Oeste, seja por povos indígenas, bandeirantes, imigrantes da região fronteira do Estado e aqueles que se fixaram na região após a Guerra do Paraguai, e imigrantes e migrantes trabalhadores nos ervais da Companhia Mate Laranjeira.

Outra iniciativa de considerável impacto visando ao desenvolvimento e progresso da região Sul de Mato Grosso foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que possibilitava a ligação ao município de Ponta Porã com outros estados, buscando sanar a necessidade do governo de nacionalizar a região fronteira. Essencialmente, a NOB surge também para estreitar o comércio com São Paulo, principalmente no escoamento da produção agropecuária, consequentemente causando atritos entre o Sul de Mato Grosso e o Norte.

A construção da ferrovia teve início no século XX, precisamente em 1905, sendo de importante para o transporte de migrantes para a região do Sul de Mato Grosso; diversos imigrantes de vários estados do país vieram para trabalhar na construção da estrada de ferro. Segundo Corrêa:

---

<sup>34</sup> LENHARO, 1986a, p. 60-61

[...] a penetração da estrada de ferro e um decorrente processo de urbanização que se desenvolveu no sul de Mato Grosso atraíram e absorveram essa população migrante, constituindo-se num decisivo fator de transformação da sociedade local, mesmo considerando o desequilíbrio campo-cidade no imenso território do estado<sup>35</sup>.

Para o processo de colonização das regiões do Sul de Mato Grosso, a NOB desempenhou papel significativo como catalizador migratório, principalmente na fronteira Oeste. Diante do desenvolvimento da região, as terras entorno da construção da estrada se tornavam valorizadas.

A ocupação dos “espaços vazios” do Centro-Oeste e da Amazônia Meridional possibilitou a produção para o mercado nacional e o esvaziamento dos centros urbanos com maior densidade demográfica, localizados no litoral brasileiro. Para tanto, Queiroz afirma que “[...] essa política se desdobrou num esforço de ‘nacionalização’ das extensas fronteiras sul-mato-grossenses com a Bolívia e, sobretudo com o Paraguai”<sup>36</sup>, prática essa que favorecia a ideia de proteção contra invasões nessa região de Mato Grosso.

O Estado Novo instigou um sentimento nacional com a Marcha para Oeste, de modo que Getúlio Vargas conseguiria sanar dois problemas: o primeiro, de “ocupar” essas regiões de forma mais eficaz, contribuindo para segurança desses territórios - o que ocorreu de forma imediata e total - e também sanando o problema de diminuição do número populacional dos grandes centros urbanos. Portanto, com a vinda de trabalhadores para as terras do Sul de Mato Grosso e outras regiões, gerou empregos e produção no meio industrial, o que contribuiu para economia do país e a transformação do espaço colonizado. Nas palavras do Getúlio Vargas, a política de colonização seria “mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária [...]”<sup>37</sup>; assim, o movimento se torna um grande empreendimento do Estado Novo.

Com base no quadro abaixo, durante o processo de colonização por migrante na região, houve o crescente aumento na população de Mato Grosso. Entre os anos de 1900 a 1940, com base no documento de recenseamento de Mato Grosso de 1940<sup>38</sup>, a

---

<sup>35</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande, MS:Ed. UFMS, 1995, p.114

<sup>36</sup> QUEIROZ, 2008, p.58.

<sup>37</sup> LENHARO, 1983, p.23

<sup>38</sup> RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL: SÉRIE REGIONAL, PARTE XXII - MATO GROSSO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 381fls. 1 de setembro de 1940, p.01. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000474/sinopse19391940mt/sinopse19391940mt.pdf>. Acesso em: 22/03/2017.

população passou de 118.025 em 1900 para 246.612 em 1920, chegando por fim em 1940 durante o processo de ocupação a 432.265 habitantes. Durante a política da Marcha para Oeste, houve um crescente aumento de habitantes em Mato Grosso, podendo isso ter sido gerado pela política de colonização.

**Quadro 02 – Naturalidade dos habitantes em Mato Grosso em 1940**

<b>LUGAR DE NASCIMENTO</b>	<b>NÚMERO</b>
ACRE	295
AMAZONAS	1.620
PARÁ	1.349
MARANHÃO	4.213
PIAUI	1.376
CEARÁ	2.676
RIO GRANDE DO NORTE	587
PARAÍBA	730
PERNAMBUCO	2.080
ALAGOAS	709
SERGIPE	295
BAHIA	15.482
MINAS GERAIS	8.980
ESPIRITO SANTO	90
RIO DE JANEIRO	872
SÃO PAULO	7.413
PARANÁ	892
SANTA CATARINA	583
RIO GRANDE DO SUL	8.187
GOIÁS	11.115
MATO GROSSO	337.621
<b>TOTAL</b>	<b>407.165</b>

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil: Série Regional, Parte XXII - Mato Grosso, IBGE (1940)<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> Idem, 1940.

Com base no quadro acima, observa-se que Mato Grosso recebeu milhares de migrantes de diversos estados, sendo um número significativo de pessoas que adentraram na região de Mato Grosso para estabelecer moradia, fato ocorrido em alguns estados do Nordeste, como Maranhão e Bahia; já as populações de São Paulo e Goiás adentraram a região de forma mais fácil, pelo fato de fazerem divisa com o estado, possibilitando assim uma passagem rápida para a região. E também se pode notar que no Rio Grande do Sul houve um número significativo de habitantes em Mato Grosso desse estado.

Pensando em um modelo eficaz de implantação da Marcha para Oeste, foram criadas entre 1941 e 1944 as CAN, que tinham como parte do projeto distribuir lotes de terras para “cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres”<sup>40</sup>, e assim ocupar os tais “espaços vazios”. Segundo a Mensagem do Presidente do ano de 1952, no total foram criadas oito colônias, que se regiam pelo decreto-lei número 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, localizadas nos seguintes Estados: Goiás, Amazonas, Pará, Maranhão, Paraná, Mato Grosso, Piauí, Minas Gerais. As áreas que foram reservadas a estas colônias giravam em torno de 2.500.000 hectares, onde existiam cerca de 6.000 colonos, em sua maioria em condições bastante precárias<sup>41</sup>.

Segundo o documento, os recursos investidos nesse empreendimento gerariam um crescimento nas regiões pouco desenvolvidas, fato que não ocorre nos anos seguintes; as CAN em geral não obtiveram um retorno satisfatório para o governo. Uma das justificativas para o não desenvolvimento das CAN foi a falta de fiscalização dos governos estaduais durante o processo de distribuição de terras.

Lenharo (1983) salienta que a Marcha Para Oeste e as CAN ficaram mais nos planos dos discursos do que na prática; contudo, “a criação das colônias agrícolas nacionais constituiu um momento de uma escala política colonizadora, que começou a ser pensada após a famosa proclamação da ‘Marcha para o Oeste’”<sup>42</sup>; assim, a CAN possibilitou uma política de acesso imediatista a terras a serem ocupadas.

Em 1951, se tornou claro que as CAN em sua maioria não tiveram o resultado alcançado como foram pensadas pelo governo, mas justificavam que se faziam necessárias naquele momento, pois as mesmas criavam condições para produção de

---

<sup>40</sup> SANTOS, José V. Tavares. Matuchos, *Exclusão e Luta*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.28.

<sup>41</sup> Ver mais em: Mensagens de presidente, livro U1333. Índice Colonização, 1952, p.321. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1333/000304.html>. Acesso em: 04/04/2016.

<sup>42</sup> LENHARO, 1986a, p. 50.

alimentos e geração de renda, as quais possibilitariam futuramente a chegada das colonizadoras privadas. Desta forma, as Colônias Agrícolas Nacionais foram criadas para suprir a necessidade do país em relação a seus problemas internos, como no caso dos abastecimentos de alimentos e também empregos para a população pobre.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, diferente das outras CAN, no Sul de Mato Grosso, atraiu milhares de migrantes de São Paulo, Minas Gerais e alguns estados nordestinos, como Bahia e Maranhão, em busca de terras. A sua implantação ganhou notoriedade no final da década de 1940, ocorrendo de forma mais concreta pelas ações do governo estadual em vínculo com companhias particulares.

Sobre o assunto, Figueiredo, em sua tese de doutorado, discutiu as questões referentes ao processo de colonização no Sul de Mato Grosso, afirmando que:

O esgotamento da frente paulista e paranaense, além de sua maior valorização territorial, forçou a procura crescente das terras mato-grossenses. Além de uma penetração constante e espontânea, alguns capitais particulares e a iniciativa governamental comandariam a ocupação em determinadas áreas. Foi assim que surgiram a experiência colonizadora oficial da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e os grandes loteamentos formados pela Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, por Moura Andrade e pela Sociedade Melhoramentos e Colonização (SOMECO).<sup>43</sup>

Possível observar que o grande processo de colonização da parte Sul de Mato Grosso ocorreu, então, pela experiência que a CAND trouxe para a região e a possibilidade de loteamento de terras feito por diversas empresas colonizadoras, como a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, a Sociedade Melhoramento e Colonização (SOMECO) e Companhia Moura Andrade & Cia, que foi responsável por iniciar a colonização da cidade de Nova Andradina.

As colônias não conseguiram atingir seus objetivos no papel de colonizar as regiões do Centro-Oeste e Amazônia, e a insatisfação do governo com a forma como estavam sendo administrados e desenvolvidos seus projetos causaram o fracasso de muitas delas, por falta de trabalhadores e de recursos financeiros:

Grandes companhias colonizadoras começaram a especular febrilmente com a terra que muito valorizava após a implantação dos núcleos pioneiros. Desta maneira, a forma de colonizar predominante

---

<sup>43</sup> FIGUEIREDO, Alvanir. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso*. 436 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente, 1968, p. 242.



voltou para a “colonização econômica” dirigida para o lucro das companhias particulares, à qual o Estado Novo teoricamente se opunha, e da qual os “liberais” jamais se afastaram. O seu jeito de gerar e acumular capital manteve-se, portanto, vitorioso.<sup>44</sup>

A vinda de migrantes para a região do Sul de Mato Grosso, sobretudo posseiros que tentaram adquirir terras de forma ilegal, fez com que o governo criasse legislações sobre as terras, favorecendo assim interesses econômicos de empresas privadas, pois as terras não seriam mais ocupadas pelos colonizadores, mas sim compradas por eles.

A partir de 1947, o governo passou a intervir com impostos e taxas nas compras das terras. Com isso, “não só ganharia o estado com o aumento das rendas, como também melhores oportunidades seriam oferecidas aos colonizadores”<sup>45</sup>. A política de venda de terras para empresas se tornaria mais vantajosa para o governo, ao cumprir o intuito de ocupar as regiões do Sul de Mato Grosso.

Desde a década de 1940, o governo federal mostrava interesse em privatizar a ocupação do Sul de Mato Grosso, o que iria efetivar-se apenas na década de 1950 com as políticas de colonização para empresas particulares<sup>46</sup>. Lenharo (1986b) salienta que, mesmo com a prática de governo em vendas de terras, muitas foram cedidas para empresas colonizadoras.

Já na década de 1950, o termo *colonização* (utilizado nos discursos oficiais em Mato Grosso) “assume um significado específico” estando inserido “[...] na política de ocupação dos espaços vazios com mão-de-obra imigrante [...] destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola”.<sup>47</sup> Nas palavras de Souza,

[...] no processo migratório, migram para as áreas onde atuam os fatores de atração pessoas de todas as classes sociais. Cada um concorre ao mercado com seus capitais para investir, com suas habilidades técnicas educacionais, ou apenas com sua força de trabalho<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> LENHARO, 1986a, p. 57.

<sup>45</sup> LENHARO, 1986b, p. 51.

<sup>46</sup> Ver: LENHARO, Alcir. *Terra para quem nela não trabalha: (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*. Disponível em: [www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3626](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3626). Acesso: 04/04/2016.

<sup>47</sup> SILVA, Aldina Cássia F. *Nas trilhas da Memória: uma colônia japonesa no Norte de Mato Grosso – Gleba Rio Ferro (1950-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004. p.16-17

<sup>48</sup> SOUZA, Itamar. *Migrações Internas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 38.

Desta forma, os colonos que migravam para o Sul de Mato Grosso recebiam algum tipo de incentivo para “desbravar” a terra. Conforme a visão da colonização pelo governo, e na mentalidade de Brasil rural, Getúlio Vargas acaba por projetar essa ideia interiorização, sendo que naquele momento várias alterações demográficas estavam acontecendo. Assim, na visão do governo era necessário tomar novas posturas diante do processo de colonização, como demonstrado no discurso do presidente Getúlio Vargas:

No passado, a colonização tinha por objeto alargar a área de ocupação econômica do território e o efetivo de população. E a função ainda tem atualidade, mas já hoje é fora de dúvida que outros objetivos são mais importantes, como o de ampliar os suprimentos alimentares, com a criação dos cinturões verdes em torno das cidades: o de melhor aproveitar as terras acessíveis, utilizando as facilidades de transporte e até contribuindo para a recuperação econômica das terras que margeiam as estradas de ferro e outras vias; o de facilitar a propriedade da terra, constituindo-se um fator de fixação no campo e de revitalização de nossa economia agrária: o de fixar imigrantes, visando precipuamente ao aumento da produção e introdução de novas técnicas e hábitos de trabalho nos meios rurais.<sup>49</sup>

Como exposto no documento citado, o governo buscava com a colonização não mais o interesse em ocupar esses “espaços vazios”, mas sim facilitar para as empresas particulares o acesso à terra e, com isso, a vinda de trabalhadores para a região colonizada, gerando a produção de alimentos e renda.

Portanto, apesar de todo investimento e divulgação, a Marcha para Oeste não conseguiu sanar de forma satisfatória os problemas de desenvolvimento econômico do estado, mesmo com a criação das CAN, que incentivaram o processo de colonização das terras; o sucesso da Colônia Agrícola de Dourados se restringiu apenas a algumas áreas da região do Sul de Mato Grosso.

No contexto da colonização de Nova Andradina, o movimento histórico da Marcha para Oeste não foi caracterizado pela distribuição de terras, e nem pela ação das CAN, mas pela facilitação de acesso às terras para empresas colonizadoras durante a política da Marcha. Assim, a Marcha para Oeste estivera reduzida mais a um discurso simbólico nacionalista, do que política a ocupação.

---

<sup>49</sup> Mensagem de Presidente. Getúlio Vargas, 1951, p.240.

## 1.2 Ocupação e colonização da região de Nova Andradina

Nas palavras de Guimarães Neto, a colonização e as colonizadoras criaram mecanismos e instrumentos políticos para atrair mão-de-obra para as regiões colonizadas, a fim de conquistar riquezas e gerar renda para a região:

Os chamados núcleos de colonização constituíram-se em instrumentos políticos de controle não apenas do acesso à terra, mas ainda da formação de um mercado de mão-de-obra, recebendo vultosos incentivos financeiros do governo brasileiro, patrocinando a iniciativa privada [...]. Nesse sentido, torna-se necessário chamar a atenção para a positividade que adquire o termo colonização, adotado pelos meios oficiais e empresas que atuaram em grandes áreas de terras dos estados que compõem a Amazônia.<sup>50</sup>

As companhias colonizadoras no período de 1950 a 1970 tiveram importante papel no processo de colonização do Sul de Mato Grosso, provocando transformações na região:

[...] com o movimento colonizador que se iniciou naquele período, o perfil histórico da região Sul de Mato Grosso passou por profundas transformações, alterando radicalmente as formas de exploração econômica; a densidade demográfica foi sensivelmente aumentada com a chegada de centenas de imigrantes de várias regiões do Brasil, bem como de outras nacionalidades; no mesmo sentido, ocorreu a mudança na constituição sociocultural da população, com intensas e profundas interações culturais entre os que chegaram e os que já estavam na terra.<sup>51</sup>

Os discursos governamentais para a compra de terras estabeleciam a intenção de “[...] evitar a grande exploração que vem processando sobre a venda de terras devolutas do estado, providências enérgicas e imediatas deverão ser tomadas”<sup>52</sup>, de modo que, para o estado, existiam normas e regras para o povoamento dos “espaços vazios”, mesmo estas não sendo cumpridas com relação à compra e venda de terras, as quais muitas vezes ocorriam de forma ilícita.

---

<sup>50</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço*.

In \_\_\_\_\_, Revista Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 143-155, junho 2006. p. 148.

<sup>51</sup> ZILIANI, 2010, p.122

<sup>52</sup> Relatório das atividades desenvolvidas pelo departamento de Terras, Minas e Colonização. Cuiabá, Departamento de Terras, Minas e Colonização, 1954, p. 03-04. In: HEINST, Andreia de Cássia. Mato Grosso e a comercialização dos seus “Espaços Vazios” durante as décadas de 1950 e 1960. In BARROZO, João Carlos (Org.). Mato Grosso do sonho à utopia da terra. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato.

Sobre o processo de vendas das terras devolutas, os jornais lançavam apelo à população com teor patriótico, criticando a política de vendas das terras devolutas por autoridades locais. Em um dos textos intitulado “Estão vendendo terras em Mato Grosso”, o jornal "O Estado de Mato Grosso" relatava:

[...]. Estão vendendo Mato Grosso! A febre de loteamento na região está destruindo uma riqueza nacional que jamais se poderá recuperar. Terras ricas, capazes de construir toda nossa riqueza agrícola do país, vão sendo impiedosamente queimadas, para – envergonha dizer – serem trocadas por dólares e francos com a conivência das próprias autoridades locais. Por onde se passa veem-se anúncios de terras para vender, mapas e contratos. Só indo lá para ver. É o que devem fazer principalmente os moços, que são os interessados. Vão lá e deem esse socorro ao Brasil.<sup>53</sup>

Assim, os modelos de colonização particular ganharam espaço, segundo Figueiredo (1968), com surgimento de companhias colonizadoras com o interesse de ocupar e colonizar a região do Sul de Mato Grosso - como a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que funda Bataguassu em 1941, e também a Companhia Moura Andrade & Cia, com a colonização de Nova Andradina na década de 1950. Já outra colonizadora, a SOMECO, inicia a “ação colonizadora” em 1961 em Ivinhema. Com isso, Figueiredo conclui que: “Todas essas iniciativas de colonização marcam uma fase de ocupação intensiva, sob o domínio da agricultura – sem abolir, naturalmente, a pecuária”<sup>54</sup>. Neste sentido, a colonização do Vale do Ivinhema, em especial da região da cidade de Nova Andradina, aconteceu entre os anos de 1930 a 1950.

Foi nesse período que a Companhia Moura Andrade & Cia e Antônio Joaquim de Moura Andrade ganharam notoriedade e colonizaram terras devolutas do governo. Em 1948, a Companhia viu nas terras do Sul de Mato Grosso uma oportunidade de negócio, tanto pela facilidade de adquirir terras na região (possibilitado pela Marcha para o Oeste), como também a grande quantidade de árvores, que daria um ótimo comércio madeireiro.

Nascido em 22 de dezembro de 1889, em Brotas - SP, filho de Joaquim Teodoro de Andrade e Maria Julia Dores Andrade, Antônio Joaquim de Moura Andrade era casado com Guiomar Soares, e em vida envolveu-se com diversos empreendimentos,

---

<sup>53</sup>“Estão vendendo terras em Mato Grosso”. Jornal O Estado de Mato Grosso: Cuiabá, 21 de novembro de 1954, n°2485, p. 01.

<sup>54</sup> Ver: CARLI, Maria Aparecida F. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados: colonização e povoamento (1946-1956)*. Dourados, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005.

até dar início a Companhia Moura Andrade & Cia. A história da Colonizadora “Moura Andrade” inicia-se 1913, quando Antônio Joaquim associa-se com Seraphim Collettes e Guilherme Moura, e juntos fundam a empresa “Collettes, Moura & Cia”, dedicando inicialmente ao comércio de cereal. Em 1915, a empresa começa também a exportar café. No mesmo ano, Collettes, por brigas internas, desassocia-se da Companhia, e isso faz com que Moura Andrade mude novamente o foco da empresa.<sup>55</sup>

Em 1917, a Companhia comprou terras no extremo Oeste de São Paulo, adquirindo quinhões da antiga Fazenda Barra do Tietê, na Comarca de Araçatuba. A região comprada era constituída de terras virgens, perobas imensas e solos ubérrimos. Em 1931, seu irmão e advogado Octávio Andrade juntou-se à empresa como sócio, dando início, em 1935, à empresa “Moura, Andrade & Cia”. Em 1937, Antônio Joaquim, junto com seu irmão, decidiu iniciar uma empresa de colonização; assim, surge “Moura Andrade & Cia”<sup>56</sup>, tendo a partir de então a colonização como seu foco.

Em 1938, Antônio Joaquim de Moura Andrade deu início ao desmatamento e colonização de Andradina-SP<sup>57</sup>. Nas palavras de Auro Moura Andrade, seu pai “sob a égide da Cruz, deu início a um dos mais fascinantes empreendimentos<sup>58</sup>”. Moura Andrade comprou terras, consideradas inóspitas na época, de forma a ser anunciada como sendo um grande empreendimento, um plano de reforma agrária. No artigo *Um sonho de imortalidade* publicado por Auro no Jornal O Progresso evidencia apenas a exaltação ao seu trabalho durante o processo de colonização, defendendo até a ideia de realização de uma reforma agrária, tratando o processo de colonização como sendo um percurso natural, homogêneo e sem conflitos.

Ao adentrar no estado de Mato Grosso entre os anos de 1948 a 1951, a Companhia Moura Andrade iniciou a compra de terras onde atualmente se localiza o município de Batayporã, primeiramente no ano de 1948, adquirindo parte da Gleba São Bento, e demarcando mais algumas glebas ao redor<sup>59</sup>. Posteriormente, adquire as terras da fazenda Caaporã, localizada no Vale do Paraná, que mais adiante se tornaria Fazenda Primavera, iniciando o processo de desmatamento da região.

---

<sup>55</sup> O PROGRESSO, Jornal. *Um sonho de imortalidade*. Brotas – SP. Dezembro de 1973, s/n, p.02. (Ed. de Natal).

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> A Companhia na mesma época da Colonização de Andradina, também fez compras de terras da região que ficou conhecida como Aguas de São Pedro, mas essa foi tocada pelo seu irmão Octavio Andrade.

<sup>58</sup> O PROGRESSO, Jornal. Op. cit. loc. Cit.

<sup>59</sup> Na região onde atualmente estão localizadas as cidades de Nova Andradina e Batayporã, as terras adquiridas ou requeridas por Antônio Joaquim de Moura Andrade foram adquiridas sem maiores formalidades. (MORENO, 1999, P.74)

A colonização da região da futura cidade de Nova Andradina foi iniciada com compra e desmatamento de diversas glebas e fazendas, entre elas a fazenda Primavera e a fazenda Baile, escolhidas por possuírem uma terra fértil. Com recursos próprios, os irmãos investiram capital suficiente para que cerca de 350 km de estradas fossem abertos, cruzando matas, rios e varjões. Esse fato favoreceu a vinda de outros colonizadores e migrantes com desejo de trabalho e terra.

Segundo relato do neto do colonizador Antônio Joaquim de Moura Andrade, Antônio Fernando Andrade Prado, as compras das propriedades ocorreram por meio de sociedades, tornando-se sócio de Etalívio Pereira Martins, Túlio Garcia de Souza, morador de Três Lagoas e Jaime Ferreira Barbosa.<sup>60</sup>

Neste ponto, a colonização de Nova Andradina, pode ser pensada “como um processo plural em ação, reproduz relações sociais permeadas por muitos interesses públicos e privados, os quais somente poderão ser visualizados se forem inseridos em um contexto histórico específico”<sup>61</sup>, neste caso, como a participação do estado no processo de colonização da região de Nova Andradina no que diz respeito às fazendas Baile e Primavera, pois mesmo Moura Andrade tendo utilizado de recursos próprios para a colonização da região, teve que lidar com diversas pessoas que já habitavam a região. Sendo assim, a colonização de Nova Andradina foi pensada em um contexto social de interesses públicos e privados no processo de colonização de terras, pois como exposto, o acesso à terra dado pela política varguista possibilitou que Moura Andrade pudesse adquirir terras de forma mais fácil, sem negar aqui os conflitos que ocorreram por terras com colonos que já viviam na região, e também com os povos indígenas Ofaié.

A partir da Lei nº 336, foi criada no ano de 1949 “uma comissão especial para proceder à discriminação das terras devolutas para venda ou para estabelecimento de núcleos coloniais”<sup>62</sup>. Com isso, nesse processo de apropriação de terra que a Companhia Moura Andrade & Cia teve que enfrentar moradores da região, principalmente da etnia indígenas Ofaié. Segundo Nardoque (2012), a região colonizada teria sido também povoada por posseiros e grileiros.

O processo de colonização da região de Nova Andradina, mesmo sendo parte de uma característica geral, não se deve pressupor que surgiu de um processo homogêneo

---

<sup>60</sup> SANTOS, 2015, p.141.

<sup>61</sup> SILVA, 2004, p.16.

<sup>62</sup> LENHARO, 1986, p. 24.

igual aos de outras cidades da região e também do país. Diante desta perspectiva, a colonização de Nova Andradina esteve relacionada a questões de ordem social, política e cultural, pois, para entender as relações históricas decorrentes do processo de ocupação, deve-se refletir acerca do momento histórico no qual determinada realidade foi construída.

Ao chegar à região da futura cidade de Nova Andradina, a Cia dividiu às terras em lotes para sítios, em glebas para pequenas e médias fazendas, e também em “datas” para formar pequenos grupos populacionais para a futura cidade.

Neste processo de apropriação e ocupação das terras que iriam pertencer à região de Nova Andradina, Antônio Fernando aponta que:

Especificamente, Nova Andradina ela começou a ser aberta a partir da Fazenda Primavera. O seu Antônio Joaquim de Moura Andrade adquiriu aquelas áreas, algumas eram glebas que não tinham sido abertas ainda, mas existia a gleba Caaporã, que já era uma fazenda onde residia, um... m homem chamado é... Quincas Nogueira [...]. Esse seu Quincas Nogueira, ele ocupava essa gleba chamada Caaporã, um local chamado Caaporã, aonde já existia uma estrutura, ali ele criava porcos, ali principalmente e algum gado, e fica localizado hoje entre a sede da Fazenda Primavera que foi posteriormente construída e o rio Bahia, ele fica ali numa área onde tem uma terra um pouco mais fraca, um pouco mais arenosa e foi aonde Antônio Joaquim de Moura Andrade fez o primeiro campo de aviação.<sup>63</sup>

A partir da fala de Antônio Fernando, percebe-se uma naturalidade ao relatar o processo de apropriação de terras pela Companhia na região, ao usar o termo “ocupava” ao referir-se à área da Gleba de Caaporã em relação ao sujeito Quincas, evidência de que a mesma não foi comprada de forma legal; posteriormente, essa área seria destinada ao campo de aviação da Companhia. Denota-se, de início, uma relação de conflito pela posse de terras; pode-se entender que existia um conflito nesse processo de ocupação de terras na região Sul de Mato Grosso, pois a mesma não era fiscalizada de forma exemplar pela política de colonização do governo; a Companhia, por sua vez, com seu poder econômico e político, poderia usar de meios coercitivos para tomar de posse dessas terras, ou comprá-las por valores irrisórios.

Com a necessidade de criação de um meio de transporte que ligasse o estado de Mato Grosso a São Paulo, Moura Andrade criou um porto fluvial a 19 quilômetros da

---

<sup>63</sup> ENTREVISTA. Antonio Fernando de Andrade Prado, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/02/2010: 54min.

Fazenda Primavera, cruzando o rio Paraná. Segundo o Jornal D'Oeste, Antônio J. de M. Andrade visava com essa construção uma forma de desenvolvimento da região:

Esse porto contribuiu de imediato para o desenvolvimento do comércio e a indústria madeireira da região, levando os produtos da terra ao mercado consumidor e trazendo em contrapartida, o necessário para a sobrevivência das famílias, que aos poucos iam se aglomerando nas redondezas, derrubando matas e plantando as primeiras sementes do progresso.<sup>64</sup>

Deste modo, o Porto Primavera possibilitou acesso às terras da região, pois oferecia condições de navegação e relações comerciais com outras cidades, como Presidente Prudente/SP, onde existia a Cia. de Estrada de ferro Sorocaba, permitindo assim a entrada e saída de pessoas e mercadorias.

**Foto 01 – Porto Primavera, a margens do rio Paraná. S/D**



FONTE: Museu Municipal de Nova Andradina.

A foto acima mostra o rio Paraná, onde era feito o transporte de madeiras da região Sul de Mato Grosso para o estado de São Paulo, e onde também era realizado o transporte bovino, como exposto na imagem. O transporte intenso de produtos na região ocorreu pelo fato de que, desde o século XIX, a região Sul de Mato Grosso se transformou no principal foco de atividade econômica do estado, estabelecendo relações comerciais principalmente com o sudeste brasileiro. Segundo Abreu<sup>65</sup>, existia uma

---

<sup>64</sup> “Nova Andradina na visão de um pioneiro”. Jornal D'OESTE, Nova Andradina – MS, 1989, p.01, s/n. Museu de Nova Andradina – MS.

<sup>65</sup> ABREU, Dióres Santos. *Recortes*. Presidente Prudente: Impress, 1997, 38-50.



vontade de ligar os dois estados desde 1870, com muitas tentativas frustradas e algumas com sucesso, pois a área que ligava as duas regiões era composta por matas densas, o que dificultava a abertura de estradas. Portanto, a criação do Porto naquele momento seria a melhor forma de transporte para a região sudeste.

Deste modo, com a criação do porto Primavera, às margens do rio Paraná, deu-se a abertura da Fazenda Primavera, em 1950, e iniciou-se então o período de desmatamento. Perante isso, serralherias começaram a se interessar pela região e aproveitar a madeira existente. Em seguida, ocorreu o plantio e formação de pastagem como capim colonião, favorecendo a pecuária.

Segundo o jornal D'Oeste (1989, p.02), em entrevista publicada com um dos trabalhadores durante a colonização de Nova Andradina (Aurélio Fernando da Costa), a Fazenda Primavera era muito movimentada por causa da venda de madeiras. Ainda segundo o relato do entrevistado, a região desmatada foi do atual município de Nova Andradina, da fazenda São Bento, e distrito de Casa Verde, até as margens do Rio Ivinhema. No texto do jornal, o entrevistado relatou que o procedimento para abertura e derrubada de árvores contou com vários trabalhadores, mas sempre exaltou que o desmatamento e a colonização se deram apenas por obra da Companhia Moura Andrade & Cia, o que mostra a intenção e articulação de Moura Andrade para ser conhecido como impulsionador do processo de colonização e criação da cidade, deixando de lado homens e mulheres que participaram ativamente desse procedimento.

Nesse percurso histórico de colonização, se faz necessário questionar se os próprios colonos que compravam os loteamentos de terras da Companhia teriam conseguido o que almejavam ao vir para terras da região. Teria sido isso um bom negócio? Isso os teriam favorecido como pensavam que ia favorecer? E a colonização beneficiou primeiramente e principalmente a empresa colonizadora em detrimento de outros na busca de uma *terra prometida*?

Social e culturalmente não se aplicava o favorecimento de colonos no processo de colonização de alguma região, as grandes Companhias exerciam seu papel de empresa, pois em sua maioria “Os colonos foram verdadeiros peões da colonização<sup>66</sup>”, se transformando apenas em pequenos proprietários de lotes de terra, sendo excluídos territorialmente e simbolicamente do seu espaço.

---

<sup>66</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde – A colonização em Alta Floresta/Mato Grosso*. Campinas, 1986. 177 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, p.87.

Pensando na proposta de colonização, a Companhia, ao iniciar o processo de colonização de Nova Andradina, tentou criar uma cidade urbana e desenvolvida (aspecto que será discutido mais adiante); assim, com a vinda de migrantes para a região, foram-lhes prometidas terras a um preço baixo para os que nela trabalhassem.

Desta forma, Antônio J. de M. Andrade passou a comprar terras próximas à Fazenda Primavera, agora de terceiros, adquirindo assim a Fazenda Santa Bárbara, do proprietário James F. Barbosa em 1940, e posteriormente a fazenda Baile, em 1951, do proprietário Domingos Barbosa Martins. Mais tarde, adquiriu também terras da área da Fazenda “Xavante” e, depois, a fazenda “Panamby”, abrindo estradas nessas terras, facilitando assim os meios de comunicação e o desenvolvimento da região. Assim, foi a partir das posses dessas terras que se deu início a criação da cidade de Nova Andradina<sup>67</sup>.

Nesse ínterim, já se constituía como marco histórico da região a ideia construída de *terra prometida* pela Companhia aos colonos, a qual se legitima quando os próprios trabalhadores acreditavam nessa ideia e nessa suposta benemerência, especialmente pelo fato de que vários migrantes nordestinos vinham para a região sem terem condições financeiras e a sua vinda para o Sul de Mato Grosso, diante de todas essas promessas, seria uma oportunidade de riqueza e aquisição de terras. Segundo Guimarães Neto “para essa população pobre, que muito pouco controle pode ter sobre seu futuro, vivendo sob os reveses da sorte, amparando-se em Deus ou apelando ao destino, os acontecimentos que rondam sua vida surgem repletos de sinais místicos<sup>68</sup>”.

É válido ainda ressaltar que a Companhia Moura Andrade detinha de poder político e econômico para adquirir terras por toda a região, fazendo compras de glebas e vilas; e ainda de entrar em conflitos com moradores da região, pois os mesmos viviam na terra sem ter direito de posse, segundo a lei.

Diversos sujeitos participaram do processo de colonização da cidade de Nova Andradina, e com isso, as memórias desses sujeitos foram de suma importância para entender a relação de trabalho e questões sociais acerca da História da Cidade. Para tal, o uso de fontes obtida por meio de relatos orais, partilhadas de outros pesquisadores sobre o tema, contribuiu a pensar esses relatos, conforme estudo de Michael Pollak que objetiva

---

<sup>67</sup> SANTOS, 2015.

<sup>68</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A lenda do ouro verde: política e colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: Unicen, 2002, p. 68.

ressaltar uma “[...] importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional”.

As entrevistas feitas com trabalhadores durante a colonização pelos pesquisadores Claudinei Araújo dos Santos, Kelly Ribeiro, Antônio Marcos Dias e Kelmi Rejane de Souza Soto, possibilitam a tentativa de compreender os sujeitos históricos e a relações econômicas e também sociais que se deram no processo de colonização da região estudada, relações sociais que em algum momento se tornaram conflitantes entre a Companhia Moura Andrade e os trabalhadores, em que ambos tinham o mesmo intuito, de conquistar riquezas e ter posse de terras.

Em entrevista realizada por Kelly Ribeiro (2011), pode-se observar em grande parte que as relações entre patrão e empregado se davam de forma muitas vezes autoritária e violenta, onde os conflitos de colonos e colonizadores, em lutas de poder são evidenciadas, como relatado por Leandro<sup>69</sup>, quando expõe a violência que ocorria naquele momento: “...aí me tocaram na foice, estourou tudo minhas mãos ai eu fui falar que naquele tempo era os Garcias que mandava em tudo, era dos Moura Andrade, mas o Garcia que mandava, falou: não você tem que ficar 3 anos”. A relação de empregado e patrão, em uma perspectiva de dominante e dominado, com a fala do entrevistado entende-se que a relação de exploração de trabalho que a Companhia exercia em busca de mão-de-obra se concretizava como uma relação coercitiva. Os Garcias, citados por Leandro, foram capatazes da Companhia, responsáveis vigilância e controle das fazendas.

Os trabalhadores que permaneciam na região nem sempre tinham a liberação para deixar o trabalho e voltar para sua terra, sendo essa uma prática comum nas empresas colonizadoras: os empregados não podiam ir embora sem antes estar quites com suas dívidas com a empresa.

Perante a propaganda realizada para a distribuição e venda de terras pela Companhia colonizadora, migrantes vinham para trabalhar na região, investindo dinheiro, deixando famílias, e acabavam por se sentir na obrigação de permanecer ali, além do fato de estarem em uma região do Sul de Estado cercados por uma vasta extensão de mata e rios, onde só era possível chegar de avião. Sendo dessa e outras

---

<sup>69</sup> A entrevistas com Leandro foram realizadas pelos pesquisadores Antônio Marcos Dias e Kelly Ribeiro (2011).

formas que Moura Andrade, Jan Bata (Batayporã) e outros colonizadores na época utilizam-se da política de colonizadora que valia apenas para patrões.

A relação de trabalho nos espaços de colonização, a interação de capatazes e empregados ocorria de forma violenta; podendo constatar isso também na fala da dona Leona, que relata que tinha medo de vir para região junto com a sua mãe:

Menina, a violência é...eu acho que...inclusive até quando a gente foi mudar na fazenda Primavera a minha mãe tanto que não queria mudar, porque a fazenda era muito comentada[...] o pessoal comentava tanta coisa, que acontecia isso, acontecia aquilo.<sup>70</sup>

Os trabalhadores eram castigados e obtinham penas se tivessem desacatado alguma norma administrativa. Segundo um entrevistado: “Eles diz que ele judiava, mas quer dizer, tem muita coisa se fala eles manda matá você, até hoje né?”<sup>71</sup>. Segundo Dias, alguns trabalhadores que tentavam deixar a fazenda Primavera e pediam a finalização dos contratos eram mortos e jogados na lagoa do Sossego<sup>72</sup>.

Desta forma, a maioria dos trabalhadores que vinham para a Fazenda Primavera com o intuito de trabalho e terras se deparavam com outra realidade, muitas vezes sendo obrigados a exercer atividades que não eram destinadas a eles e a um contrato de três anos, o que obrigava os trabalhadores ficarem na região.

É importante reiterar que tal realidade em torno da colonização se torna uma construção dos sujeitos históricos, e nas palavras de Chartier essas construções históricas surgem por relações de lutas, disputas e conflitos quando “as representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”<sup>73</sup> e certamente essas relações dentro da sociedade estão imbuídas de poder e interesses, que para Moscovici “ [...] como tais sociedades devem existir representações ou valores que lhes deem sentido e , sobretudo, que se esforcem para que os indivíduos convirjam e se unam por meio de crenças que garantam sua existência em comum.<sup>74</sup>”.

---

<sup>70</sup> Entrevista realizada pela pesquisadora Kelmi Rejane de Souza Soto, 02/05/2010.

<sup>71</sup> Entrevista realizada pelo pesquisador Antônio Marcos Dias, 2011.

<sup>72</sup> DIAS, Antônio Marcos. *Narrativas orais entre mitos, lendas e realidade: um estudo de caso sobre a Fazenda Primavera* (Monografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Nova Andradina, 2011.

<sup>73</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. 2ª edição. Editora Dipel. 1988.p.17

<sup>74</sup> MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais Investigações em Psicologia Social*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011, p.173.

Assim, a partir dessa realidade estabelecida, os relatos dos pioneiros de Nova Andradina podem ser entendidos como representações de determinados agentes históricos, no caso os trabalhadores e moradores da fazenda Primavera.

Com a chegada de pessoas na fazenda, a busca de trabalho crescia de forma acelerada. Moura Andrade trazia essas pessoas com recursos próprios, sobretudo migrantes nordestinos. As viagens dos empregados eram realizadas em um avião do próprio, também abastecido com alimentos e às vezes com animais, como galinhas e porcos, como mostra a imagem abaixo.<sup>75</sup>

**Foto 02 – interior do avião de transporte de Antônio Joaquim de Moura Andrade, 1957.**



FONTE: Museu de Nova Andradina.

O trajeto realizado por Moura Andrade passava pelo estado de São Paulo, na cidade de Andradina-SP onde morava com sua família e depois seguia viagem por alguns estados do Nordeste, a fim de trazer trabalhadores para a região<sup>76</sup>. A fazenda era sempre movimentada, com grandes números de pessoas, chegando a três mil trabalhadores, que eram trazidos pela Companhia, de estados como:

---

<sup>75</sup> Carlos Bernardes, entrevista concedida para o historiador Claudinei Araújo dos Santos, em 2011.

<sup>76</sup> Agenda Pessoal de Antônio Joaquim de Moura Andrade, 1949 *In*. Araújo, Geane Lopes Francisco A ortografia na agenda de Moura Andrade (1939): um estudo historiográfico. Campo Grande: UEMS, 2014.

[...Piauí, Bahia, Minas da onde mais era localizado era Bahia e Minas ia tudo pro mato trabalhar o chefão naquele tempo chamava Tulio Garcia, e tinha o farmacêutico chamado seu Heitor trabalhava como farmacêutico e ai era assim Moura Andrade de vez em quando vinha aí ficava com a gente aqui no meio do mato aqui onde é a caixa econômica fizeram um barracão que era dos Moura Andrade.<sup>77</sup>

A partir da imagem acima e do relato, percebe-se que a Cia possuía poder aquisitivo e em um curto espaço de tempo conseguiu colonizar uma região com milhares de trabalhadores. A numerosa mão-de-obra possibilitou a rápida transformação na região, com o loteamento e colonização da futura cidade.

Em entrevista feita pelo historiador Danilo Leite Moreira, o neto de Moura Andrade, Antônio Fernando Andrade Prado, relata que Moura Andrade tinha a intenção de tornar a Fazenda Primavera o centro da região, que facilitaria a vinda das pessoas. Com isso visava com que a região futuramente possibilitasse a criação da cidade de Nova Andradina, o que não ocorreu dessa forma singular:

Ele começou a dotar a Fazenda Primavera de elementos para fazer aqui, nessa região, um centro de recursos, porque para se fazer uma colonização é preciso que se tenha recursos, que ofereça facilidades e segurança ao colono que virá. Principalmente as pessoas que vêm, elas só virão se tiverem confiança no empreendedor, na pessoa que está dirigindo o empreendimento. E, no caso, o meu avô já era uma pessoa que inspirava confiança, porque ele já tinha feito duas cidades<sup>78</sup>.

Sobre a fala de Andrade Prado, os empreendimentos feitos por Moura Andrade não se consolidaram, pelo menos para parte da população, pois houve sim um investimento para atrair a população para região que seria construída a cidade, mas que não foram para todos, no caso para os trabalhadores.

[...] Principalmente você nota isso levando-se em conta que muitas das famílias, que estão em Nova Andradina, vieram de Andradina e daquela região do Alto Noroeste. Aqui, principalmente as famílias japonesas, muitas delas eram de Andradina, e vieram pra cá porque tinham na época, em Andradina, vamos dizer assim, um exemplo, cinquenta alqueires, eles vendiam esses cinquenta alqueires, que valiam muito lá em Andradina, vinham pra cá compravam duzentos,

---

<sup>77</sup> ENTREVISTA. Leandro. Produção: Kelly Ribeiro, 2011.

<sup>78</sup> Antônio Fernando Andrade Prado nasceu em São Paulo (SP) no dia 28 de fevereiro de 1945. Foi entrevistado por Danilo Leite Moreira no dia 11 de novembro de 2010 no Escritório da Santa Casa, localizado na Rua Elizabeth Rubiano, 1441, Nova Andradina (MS). Tempo de duração da entrevista: 56 minutos e 55 segundos.

trezentos alqueires. Então, de sitiantes tornavam-se fazendeiros. E muitos vieram pra cá porque sabiam aonde ia o velho Moura Andrade o empreendimento ia frutificar. E ele dotou a Fazenda Primavera de recursos<sup>79</sup>.

Conforme a citação acima entende-se - a partir de uma análise do contexto histórico - que essas mesmas pessoas que Andrade Prado cita que venderam suas terras e vieram perseguir um “sonho” atrás de Moura Andrade, não são empregados que vieram em busca de terras, mas sim fazendeiros donos de terras em outra região, os quais tinham a compra de terras facilitadas pela Companhia.

[...] Para abrir para colonização ele trouxe tratores, *international harvester*, que eram tratores enormes de esteira; trouxe motoniveladora e todo um aparato de uma empresa de terraplanagem mesmo. E a Fazenda Primavera, ela tinha o arruamento todo como se fosse uma cidade, tinha energia elétrica com posteamento, energia elétrica que era tocada por automóvel, tocada por pó de serra da serraria e que fornecia luz pra Fazenda Primavera inteira. Não existia ainda a cidade nessa época e colocou-se posteamento telefônico[...].

Vale salientar que as interpretações e análises feitas com base nas entrevistas, mostram o trabalho do historiador em interpretar determinado relato, contextualizando com determinada realidade histórica. Nas palavras de Garrido:

O uso de fontes orais requer exatamente como qualquer outro tipo de fonte, uma aproximação crítica. Não há como entendermos aquilo que nos disse uma testemunha ou informante como necessariamente correspondente àquilo que poderíamos chamar de realidade histórica [...] a memória é essencialmente seletiva e, por isso mesmo, parcial e interessada.<sup>80</sup>

Neste sentido, os relatos orais possibilitaram entender o processo de colonização da região como sendo portador de um conjunto de práticas e representações. Percebe-se que as relações entre trabalhadores e proprietários de terras (patrões) denotam relações de poder. As relações entre migrantes com sonho de conquista de terras, influenciados por uma propaganda ufanista de ocupação de terras, com a Companhia, que teve interesse acima de tudo de conquistar territórios e crescer seu empreendimento, faz parte da relação do colonizador (empresa) e o colonos (trabalhadores/migrantes).

---

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> GARRIDO, Joan de Alcázar. As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate. In *Revista Brasileira de História*. Organização da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, agosto 1993, p.33.

Segundo Chartier<sup>81</sup> a partir das práticas sociais, os discursos produzidos não são neutros, e sim estratégias que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, por elas menosprezadas, neste caso, os trabalhadores.

Portanto, os trabalhadores que vieram para a região em busca de riqueza e terras que lhe foram prometidos entram em conflito com os interesses dos patrões, pois os mesmos almejam coisas similares dos seus empregados e muitas vezes o desejo de ambos entram em atrito. Neste processo, Chartier mostra que as lutas de representação, são estabelecidas a fim de entender os mecanismos que determinados grupos sociais tentam impor sobre outro. No caso, a colonização de Nova Andradina foi marcada por lutas econômicas e Moura Andrade se posicionou com intuito de se estabelecer como detentor de poder na cidade<sup>82</sup>.

Em uma das falas da entrevistada, senhora Leona, relata que foi nesse período de 1951 que ocorreu o desmatamento da região, “[...]Antônio Joaquim de Moura Andrade mandou abrir aqui então, tudo os operadores de máquinas, cozinheiro, ajudante, motorista, veio tudo da fazenda Primavera pra cá, pra abrir aqui”<sup>83</sup>. O desmatamento foi realizado em sua maioria por homens, como exposto na imagem abaixo.

**Foto 03 – Homens que trabalhavam no desmatamento. S/d**



FONTE: Museu Municipal de Nova Andradina.

<sup>81</sup> CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. 2ª edição. Editora Dipel, 1988, p.17

<sup>82</sup> Idem, 17.

<sup>83</sup> ENTREVISTA. Leona Silva Oliveira. Produção: Kelmi Rejane de Souza Soto, 02/05/2010, 58min.



A imagem mostra dez trabalhadores homens, parte daqueles que vieram para trabalhar no desmatamento da região de Nova Andradina; muitos deles já estavam estabelecidos nas regiões como trabalhadores na fazenda Primavera. Observando a fotografia, uma das hipóteses seria de se tratar de capatazes que trabalhavam para Companhia na função de fiscalizar e manter a “ordem”.

Pensando a fotografia como uma construção do real, a mesma legitima a concepção da colonização de Nova Andradina tem sido feita por homens, desconsiderando a mulher neste contexto. Nas fotografias oficiais sobre o período da colonização, as mulheres, em nenhuma delas, aparecem como parte integrante da história da cidade; a sua participação na colonização da cidade partiu como outra frente - enquanto trabalhadoras nas Fazendas, como já exposto pela entrevista de Leona. A participação da mulher, mesmo em alguns casos de terem trabalhado no desmatamento, desaparecem da memória quando associadas aos colonos e colonizadores.

Para a abertura de estrada, os trabalhadores derrubavam matas em poucos minutos com auxílio de correntões. Segundo Netto “tudo era sobrevivência. Ali onde estava fincada aquela grande árvore tornou-se o lugar de uma moradia ou capim plantado servindo para as primeiras cabeças de gado, o que nos tornaria, em pouco tempo, moradores da terra do ‘Rei do Gado’”<sup>84</sup>. Guido Netto, memorialista, em seu livro sobre a colonização de Nova Andradina, obra financiada e realizada em comemoração aos 46 anos da cidade, eleva a figura de Moura Andrade como salvador da cidade, construindo um discurso com o objetivo legitimar a posse da terra pelo chamado pioneiro, permeando a ideia que tanto na colonização do município, como também em várias outras regiões do país, permanece a concepção do colonizador como o *herói*, o *mito* e desbravador único das terras colonizadas. A questão de Moura Andrade se legitimar por meio da ideia do *pioneirismo* serve para compreender como um elemento discursivo pode “possibilitar” as potencialidades da terra, de uma região, tirando-as de um “espaço vazio”, a fim de transformar em uma cidade com qualidades.

O trabalho de Monbeig (1984) sobre Andradina - SP mostra que o que impulsionou a criação de Andradina está relacionado à indústria madeireira, fato que ocorre de início também com Nova Andradina, pois as duas regiões estavam ligadas à atividade madeireira. Desta forma, a colonização de Nova Andradina estava ligada

---

<sup>84</sup> NETTO, Guido. P. *Nova Andradina: 46 anos de história*. Nova Andradina: Jornal O Independente, [200-]. p.13

muito mais a questões econômicas e comerciais, do que à ideia disseminada pela Colonizadora, que era a de povoar e dar trabalho para os migrantes.

Neste contexto de fundar e emancipar a cidade, a Companhia teve apoio de políticos e governantes, como o Senador Auro Soares de Moura Andrade<sup>85</sup>, filho de Moura Andrade. A permanência de Auro Soares no senado, entre 1954 até 1967, indica a possibilidade que durante o seu mandato teria enviado verbas para a fundação e desenvolvimento da cidade criada por Moura Andrade, pois o processo de Nova Andradina constituir-se como cidade ocorreu de forma muito rápida e inesperada.

Moura Andrade detinha poder como foi mostrado nos relatos de moradores da região. Chamado de “Rei do Gado”, mostra sua influência na região pelo fato do Brasil ser um país principalmente agrícola no período estudado. O seu poder econômico impulsionou a colonização de Andradina e de Nova Andradina, quando iniciou seus empreendimentos na década de 1930, e também a presença do seu filho no Senado da República, que contribuiu para a prosperidade e transformação da região.<sup>86</sup>

Portanto, em termos políticos, econômicos e sociais, Moura Andrade e sua Companhia detiveram o poder sobre a região, pois em um curto espaço de tempo colonizaram uma vasta extensão territorial, e com recursos próprios trouxeram milhares de trabalhadores para a região, possibilitando assim com que a região fosse colonizada e que Nova Andradina fosse fundada a seu modo. Todavia, esse processo, de fato, se tornou possível graças à participação de trabalhadores que em muito contribuíram para construção da História de Nova Andradina, e não apenas uma história vista por um único homem.

Para a criação da cidade de Nova Andradina, Moura Andrade loteou uma área de 6.925m<sup>2</sup>, parte da fazenda Baile. Em 09 de novembro de 1957, começou o segundo loteamento. Com o segundo lote, foi totalizando uma área de 42.339 hectares. Moura Andrade vendeu essas terras sem entradas, sem fiador e enormes prazos para pagamento.

---

<sup>85</sup> Auro Soares de Moura Andrade nasceu no dia 19 de setembro de 1915, em Barretos (SP), filho de Joaquim de Moura Andrade e de Guiomar Soares de Moura Andrade. Iniciou sua trajetória política em 1947, elegendo-se deputado à Assembleia Constituinte paulista pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1950, elegeu-se deputado federal. Em 1951, desligou-se da UDN, permanecendo algum tempo sem partido. Em 1952, já estava inscrito no Partido Democrata Cristão. Em 1954, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro, mas nesse mesmo ano filiou-se ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), pelo qual elegeu-se senador, em outubro. Posteriormente, transferiu-se para o Partido Social Democrático (PSD). Em 1961 se tornou presidente do Senado, renovando seu cargo em 1962. Como presidente do Senado, participou diretamente do golpe militar de 1964.

<sup>86</sup> SANTOS, 2015, p.144.

### 1.3 - Criação de Nova Andradina e sua organização política e social

Desde a época de fundação da Fazenda Primavera e das demais propriedades, a região enquadrara-se ao município de Rio Brillhante; depois, ao município de Bataguassu, em 1953. Já no ano de 1956, a Companhia Moura Andrade, já proprietária da fazenda Primavera e fazenda Baile, inicia um processo de abertura de estrada que ligaria as duas propriedades, passando por Batayporã. No ano de 1957, iniciou o trabalho para a fundação da cidade de Nova Andradina. A princípio, a cidade teria o nome de cidade Baile, no entanto, foi denominada Nova Andradina, referindo-se à cidade de Andradina – SP.<sup>87</sup>

A região onde seria fundada Nova Andradina, inicialmente relacionada ao poder da Companhia Moura Andrade, a interesses econômicos pela vasta quantidade de madeira na região e à facilidade da compra de terras da fazenda Baile, possibilitou nesse conjunto a criação da cidade. Também estava ligada a um projeto desenvolvimentista de colonização do Centro-Oeste brasileiro por grupos sociais que se dirigiram para a cidade e a várias práticas políticas monopolistas e de exploração da região por parte da Companhia Moura Andrade.

Seguindo a perspectiva de Guimarães Neto, Nova Andradina pode ser entendida como uma cidade que também “traz inscritas em seu espaço as práticas sociais de segregação, de violência e de cerceamento dos direitos civis, que não podem ocultar<sup>88</sup>”, mas também manifestam práticas religiosas, educacionais que juntas demarcam características da formação social da cidade. A pesquisa em torno da cidade ajuda compreendê-la como sendo palco para oferecer muitas oportunidades para entender os conflitos e reivindicação do *Eu*<sup>89</sup>. A criação da cidade de Nova Andradina, sua condição de vila, distrito e município, foram homologadas no mesmo dia, em 20 de dezembro 1958, pelo então governador do Estado de Mato Grosso, João Ponce de Arruda. Foi desmembrada do Distrito de Bataguassu, pelo Decreto Estadual nº 1189, sendo elevada cidade pelo Decreto Estadual nº 591, em 25 de fevereiro de 1959. A instalação do Município de Nova Andradina deu-se aos 20 de abril de 1959.

---

<sup>87</sup> SANTOS, 2015, p.142.

<sup>88</sup> GUIMARÃES NETO, 2006, p.11.

<sup>89</sup> BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p.69.

O Diário Oficial publicou a seguinte nota referente à criação de Nova Andradina:

O Governador do Estado de Mato Grosso: Faço Saber que a Assembleia Legislativa do Estado, decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Artigo 1º. – O artigo 1º da Lei nº 1.189,6 de 20 de dezembro de 1958, que criou o município de Nova Andradina, passará a ter nova redação: O Município de Nova Andradina começa na foz do Rio Ivinhema com o Paraná, seguindo por este acima a Ilha da Figueira, daí por uma linha reta até a foz do córrego Três Barras, prosseguindo por este acima até a sua cabeceira do córrego Pindaíba; por este abaixo até sua barra do Rio Inhanduí, pelo Inhanduí acima até atingir um ponto conveniente à linha divisória do Município de Rio brilhante, pela qual prosseguirá até o encontro do Ribeirão Papagaio e por este abaixo até sua barra do Rio Ivinhema: deste ponto de partida. (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso).<sup>90</sup>

Entre os anos de 1957 a 1959, o processo de emancipação e criação da cidade estava acontecendo por diversas partes do território nacional, em especial no Sul de Mato Grosso, influenciado pelo contexto da Marcha Para Oeste. No caso de Nova Andradina, no mesmo dia em que teve seu decreto de criação, outras duas cidades também foram emancipadas e criadas: Caarapó, também no Sul de Mato Grosso, e Jaciara, em Mato Grosso. Nova Andradina não pôde ter sua emancipação antes, não por desejo da Companhia, mas sim por questões de ordem burocrática, pois as cidades em Mato Grosso deveriam ter no mínimo de 6.000 habitantes para serem reconhecidas como cidade.

No ano de 1959, foi criado também, após quatro meses do decreto de criação da cidade, o Grupo Escolar Moura Andrade, visando ao atendimento da educação escolar. O terreno da escola foi doado pela Companhia em 1958, mesmo ano em que a cidade foi criada, a fim de construir o Grupo Escolar. A relação da escola com a cidade, em especial a Companhia, pode ser evidenciada até 1980, quando a diretora da instituição se justifica em documento com o departamento de Educação e Cultura ao relatar da dificuldade de transferir a escritura do terreno da escola para a tutela do estado <sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> DECRETO DE CRIAÇÃO DA CIDADE DE NOVA ANDRADINA. Diário Oficial. Folha 1.221. Nova Redação, Artigo 1º. da Lei nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958. Arquivo digitalizado. Museu de Nova Andradina. Nova Andradina-MS.

<sup>91</sup>PROCESSO Nº25463, REFERENTE A SOLICITAÇÃO PARA REVITALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA 5ª A 8ª SÉRIE DO 1º GRAU, ESCOLA ESTADUAL DO 1º GRAU ANTÔNIO DE MOURA ANDRADE. 14/06/1982. Caixa s/n. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina – MS.

Com a legitimação da cidade de Nova Andradina, o secretário de Estado, por meio do decreto estadual nº 591 no dia 25 de fevereiro de 1959, empossa o primeiro prefeito da cidade de Nova Andradina, Luiz Soares Andrade. Em 1961, termina seu mandato, pois o mesmo estava exercendo o cargo de prefeito perante um ato governamental. Diante disso, como as eleições para prefeito não haviam chegado, a cidade de Nova Andradina passa novamente a se tornar parte do município de Bataguassu, ficando sob a jurisprudência da mesma. Mas no mesmo ano, 1961, a partir de um ato especial, o prefeito de Bataguassu cria uma subprefeitura na cidade de Nova Andradina, e nomeando Vearní de Paes Castro para assumir o cargo até a posse do novo prefeito.

A cidade de Nova Andradina está localizada em uma microrregião chamada de Vale do Ivinhema. Essa divisão foi feita com bases econômicas e políticas, determinadas pelo governo do Estado:

O caráter intrínseco das divisões micro e mesorregional de Mato Grosso do Sul referem-se a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço no território estadual, com o objetivo de auxiliar a elaboração de políticas públicas, de planejamento, subsidiar estudos regionalizados e locais. (SEMAC/MS, 2008)

Em 1964, a partir de uma regulamentação do Código de Organização jurídica do Estado, Nova Andradina foi elevada à categoria de Comarca de primeira instância, pela lei nº 2.152 em 24 de abril de 1964, sendo instalada oficialmente em 15 de abril de 1966. No dia 31 de janeiro de 1967, assumia o segundo prefeito de Nova Andradina, Alcides Menezes Farias, sendo candidato único e apoiado pelos políticos locais.

Portanto, o processo de colonização e criação de Nova Andradina foi marcado por diversas questões políticas, que estavam acontecendo por todo território Sul Mato-grossense. Com isso, Nova Andradina pode ser pensada como parte de um processo urbano e comercial que irá ocorrer em todo Brasil, entre 1940 a 1960, em conjunto com várias políticas públicas do governo, não da mesma forma.

Assim, com o crescimento econômico impulsionado por uma cidade recém-criada, com a formação de novos mercados para o abastecimento de trabalhadores, surge a necessidade da construção desses estabelecimentos comerciais e públicos. Bom salientar, que todo esse processo teve início ainda no período de colonização de Nova

Andradina. A inserção, seja de uma mercearia ou de um bar, faz com que o local ganhe ideia de estabilidade, a fim de possibilitar a vinda de migrantes para trabalhar na região.

Desta forma, conseqüentemente a região teve uma valorização em seu núcleo comercial, no entorno dos prédios públicos e em detrimento dos terrenos mais afastados. O Grupo Escolar Moura Andrade esteve próximo de início a esse cenário, pois, nessa linha de consideração em sua concepção original deveria destacar-se na cidade, sendo um símbolo civilizatório<sup>92</sup>.

Sendo assim, parte-se do entendimento de que essas instituições são determinadas pelas necessidades estabelecidas pelas relações entre os homens. Em outras palavras, as instituições escolares:

[...] são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que gerou. Não. Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem<sup>93</sup>.

Os grupos escolares procuram propor novas práticas educacionais e organização do ensino, como por exemplo a fiscalização e controle no trabalho do professor: o professor passar a exercer uma inter-relação com a cidade, buscando assim fazer parte do meio que a cerca.

[...] os grupos escolares e seu processo de organização significavam, portanto, não apenas uma nova forma de organizar a educação, mas, fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social

---

<sup>92</sup> Ideia trabalhado no livro de Rosa F. de Souza (1998), “Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)”, ao destacar que os grupos escolares faziam parte de um projeto modernizador e civilizatório nas cidades de São Paulo. Ideia essa, já em discussão no segundo capítulo, que não se firmaria em Mato Grosso com a implantação dos grupos escolares.

<sup>93</sup> SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.], p. 3-27. (orgs). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: Histedbr: Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p.03.

dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares.<sup>94</sup>

Portanto, o Grupo Escolar Moura Andrade parte de uma necessidade social em uma cidade recém-criada de estabelecer vínculos, pois a escola expressa as relações sociais de determinado período histórico. O Grupo Escolar Moura Andrade, na cidade de Nova Andrade, de início, esteve próximo a esse cenário exposto, pois nessa linha de consideração, e nas teorias que serão discutidas nos capítulos seguintes sobre o processo de implantação dos grupos escolares (tanto em Mato Grosso ou em São Paulo), em sua concepção original, a escola deveriam destacar-se na cidade, sendo um símbolo civilizatório<sup>95</sup>, fazendo do grupo um lugar que consolidasse um ensino moderno.

---

<sup>94</sup> FARIA FILHO, 2000, p.37.

<sup>95</sup> Ideia apresentada no livro de Rosa F. de Souza (1998), “Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)”, ao destacar que os grupos escolares faziam parte de um projeto modernizador e civilizatório nas cidades de São Paulo.

## CAPÍTULO II

### OS GRUPOS ESCOLARES NO SUL DE MATO GROSSO ENTRE OS ANOS DE 1910 A 1960

Os grupos escolares foram implantados no Brasil durante o início do regime republicano, no ano de 1889, representando mudanças significativas no modelo de ensino, com um reagrupamento de várias escolas e uma metodologia diferenciada. Sendo assim, entre os anos de 1889-1920, os grupos escolares foram implantados nos rincões do país<sup>96</sup>. Em Mato Grosso, o presidente de Estado Pedro Celestino Corrêa autorizou a implantação dos Grupos Escolares a partir de 1910<sup>97</sup>, o que possibilitou a instalação dos grupos escolares nas cidades mais prósperas de Mato Grosso inicialmente, pois os recursos destinados aos grupos escolares não atenderiam às localidades com menor influência política e econômica.

Assim, o presente capítulo buscou mostrar o processo de implantação dos grupos escolares no Brasil e Mato Grosso durante o início da primeira república, suas características educacionais, e sua importância no meio social durante o século XX; evidenciando o processo de implantação dos grupos escolares de Mato Grosso e Sul de Mato Grosso, com as diferenças e similitudes para o de São Paulo, a fim de entender o modo de implantação do Grupo Escolar Moura Andrade na cidade de Nova Andradina.

Durante a primeira República, foram criadas quatro tipologias de escolas, que ofereciam diferentes modelos de ensino, não sendo os grupos escolares as únicas escolas criadas a partir da república. No estado de Mato Grosso<sup>98</sup>, estavam:

- *Escolas Isoladas*: eram escolas não agrupadas, inicialmente com o nome de Escolas Rurais; tinha um professor para ministrar aulas para uma sala de alunos com diversas idades e níveis de escolarização diferentes; eram escolas rurais e urbanas, seus programas de ensino eram mais simples com duração de três anos.
- *Grupos escolares*: Considerado modelo de modernização e racionalização do ensino. Os alunos eram divididos com base no grau de ensino e a classe eram regidas por um professor; esses grupos escolares eram basicamente urbanos.

---

<sup>96</sup> Souza, Rosa F. de (a). *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.51.

<sup>97</sup> Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso - Livro 213, p. 119 a 153,.Decreto n.º 265. APMT (Arquivo Público de Mato Grosso). Cuiabá, 22 de Outubro de 1910, p. 152.

<sup>98</sup> REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 1927. – Leis e Decretos..Decreto n° 759, de 22 de abril de 1927, fl. 163-227. Arquivo Público de Mato Grosso - APMT Cuiabá, 22 de abril de 1927.



- *Escolas reunidas*: Surge na década de 1920, eram o agrupamento de escolas isoladas em um mesmo prédio, mas mantendo cada uma das escolas sua estrutura específica. Eram também de início escolas rurais, mas que com o passar do tempo e a intenção do estado em expandir o ensino primário foi sendo implantadas essas tipologias de escolas em áreas urbanas.
- *Escolas Noturnas*: Destinadas para maiores de 16 anos do sexo masculino, só a partir do século XX passou a atender meninas a partir de 16 anos.

## **2.1 As Reformas do ensino em Mato Grosso (1889 – 1910)**

As reformas de ensino que ocorreram em Mato Grosso em 1910 vêm de um processo de transformações na política e na instrução pública do estado desde o período imperial. No final do período imperial, o governo de Mato Grosso começou a questionar a qualidade de ensino no estado, alegando que faltava materiais, professores qualificados e um modelo educacional diferente do vigente. Com a mudança de sistema do Brasil Imperial para República, que se instaurou em 1889, em suma não alterou essa condição e problemas na educação, mas trouxe desejos de mudanças e reformas.

O escritor Gervásio Leite, em sua obra *Um século de Instrução Pública: História do Ensino Primário em Mato Grosso*, publicada em 1970, destaca como funcionava o ensino público no período imperial; Leite buscou expor as várias carências de materiais e pessoal para educação na província. Durante o período imperial em Mato Grosso, a Educação institucional era exercida a partir das escolas isoladas, que poderiam ser criadas com um grupo mínimo de vinte alunos; nessa tipologia de escola, a sala de aula era regida por um único professor. Dependendo da localidade da escola, as salas poderiam chegar a um número de sessenta alunos.

Sobre as escolas isoladas durante o período imperial, o pesquisador Faria Filho (2000), em suas pesquisas sobre instituições escolares no estado de Minas Gerais, expõe que o governo mineiro pretendia que em qualquer vila, povoado ou cidade teriam o acesso a escolas isoladas. Esse mesmo processo ocorreu em Mato Grosso até 1910, época em que ocorreu o ápice de implantação dessa tipologia escolar, aquelas escolas que não atendessem os requisitos eram implantados o sistema de escolas rurais.

Mas, com a expansão dos grupos escolares pelo país durante o século XX, as escolas isoladas começaram a ser tratadas como rudimentares e ultrapassadas, e então muitas delas, principalmente as localizadas em cidade que poderiam dar um respaldo

econômico para a implantação dos grupos, foram reformuladas e reagrupadas para a formação dos grupos escolares.

Antes da Proclamação da República (1889), o governo da Província era regido pelo Sr. Antônio Herculano de Souza Bandeira, que não governou por muito tempo, pois havia sido nomeado para presidente da Província em 24 de novembro de 1888, tomando posse para o cargo somente em fevereiro do ano subsequente. Em seu breve período de governo, Souza Bandeira propôs algumas reformas para a instrução na Província com o objetivo de reorganizar a finanças, como também a criação de regulamentos e reformas de prédios escolares<sup>99</sup> tendo como foco principal as reformas na cidade de Cuiabá. Assim:

[...] reformou o Liceu Cuiabano (Regulamento de 28 de maio, de 1889), regulamentou o Externato Feminino de Cuiabá (25 de abril), deu regimento interno ao Conselho Superior da Instrução Pública (6 de junho) e reformou o ensino primário (7 de junho). Souza Bandeira conseguiu, desse modo, alterar toda a organização do ensino da Província, aparelhando a grande unidade do império para uma ação mais eficiente no futuro.<sup>100</sup>

Esse processo de reforma ocorreu segundo Marcílio (1963), com as mudanças de regime, o governo do estado passou a ser presidido por um período de apenas seis meses por Antônio Maria Coelho, quando grupo de oposições se articularam contra “[...]a administração de Antônio Maria Coelho, sendo o Estado conduzido, desde então, a um clima de intensas lutas políticas que caracterizariam uma grande fase desse período republicano em Mato Grosso”<sup>101</sup>, com isso, o então governador foi exonerado do cargo no mesmo ano, e as eleições foram anuladas “[...] em face das denúncias de corrupção e abusos praticados por partidários do governo demitido”<sup>102</sup>, sendo então necessária a nomeação de um novo governador - desta vez, Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, em 16 de fevereiro de 1891.

Os primeiros anos do período republicano em Mato Grosso foram marcados vários governos, caracterizado por política conturbada; o período de 1891 a 1895 foi

---

<sup>99</sup> MARCILIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

<sup>100</sup> LEITE, Gervásio. *Um século de Instrução Pública (história do ensino primário em Mato Grosso)*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1971, p.79

<sup>101</sup> Op. Cit, p. 144.

<sup>102</sup> CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991, p.102

marcado por conflitos de tomada de poder. Após Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, o estado foi governado na sequência por José da Silva Rondon, João Nepomuceno de Medeiros Mallet e Manoel José Murinho, que ficou no poder até 1895.

Em 1896, o então presidente do estado Antônio Corrêa da Costa, sabendo das falhas do ensino público no estado (as quais permeava desde o período imperial) e por considerar o método de ensino arcaico e querendo se desvincular das propostas antigas, expediu um novo Regulamento Geral da Instrução Pública de 1896, o qual determinava que todas cidades, vilas e povoados tivessem escolas de ensino do primeiro grau; já na Capital e em outras grandes cidades, seria implantado o ginásio nas escolas.

Com as alterações no Regulamento, as escolas adotaram uma “[...] obrigatoriedade apenas para o ensino primário elementar para crianças de sete a dez anos de idade<sup>103</sup>. Outras mudanças que o regulamento trazia para a Instrução Pública no estado foi a restrição à escola de alunos residentes a mais de um quilômetro da instituição, a recomendação do método intuitivo na busca de tornar o ensino mais prático e a distribuição de materiais escolares para os alunos frequentes.

É importante salientar que, exceto por algumas medidas tomadas como as elencadas acima, as ações em torno da instrução no estado não mudaram o cenário da educação, dentro de uma crise política que assolava Mato Grosso. Nas palavras de Poubel e Silva “[...] entre 1896 a 1910, a interrupção de iniciativas endereçadas para o ensino primário, pois as atenções estavam voltadas mais para os conflitos que assolavam tanto a capital como o interior do estado”<sup>104</sup>. Desta forma, as fragilidades do governo até 1910 fez com que as reformas educacionais propostas entre o período de 1889 a 1908 não tivessem continuidade nos governos de Mato Grosso. Foi nesse contexto, ainda no ano de 1908 que Cel. Pedro Celestino Correa da Costa assume o governo do estado e suas propostas aludiam a uma modificação da infraestrutura do estado, do desenvolvimento industrial e da reformulação da educação. Esse cenário educacional começaria a mudar na visão do governo com criação do regulamento de 1910, quando foi implantado o modelo educacional dos grupos escolares<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> REGULAMENTO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Leis e Decretos. Livro nº 4 - Leis e Decretos de 1893 a 1896. Decreto Nº 68, p. 66-100. APMT. Cuiabá, 20 de junho de 1896.

<sup>104</sup> SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel. *De Criança a Aluno: As Representações da Escolarização da Infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006a, p.75-76.

<sup>105</sup> REIS; SÁ, 2006, p. 38.

A escola no Mato Grosso passava por questões precárias, com prédios em situação de calamidade, falta de materiais e mobílias e poucas escolas contavam com muito investimento nesse período. Em 1909, existiam no estado 85 escolas, porém “apenas funcionaram 70, conservando-se as outras fechadas por falta de professores ou de frequência escolar. Adicionando-se a este número as recentemente criadas, eleva-se o total a 104, das quais algumas dependem ainda de instalação”<sup>106</sup>. Celestino, ciente da necessidade de elaboração de um relatório de instrução pública no estado, no dia 13 de maio de 1910, em mensagem na Assembleia Legislativa, salientou a importância de modificar o regulamento de ensino, considerando-o antiquado:

Nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primária sem a conveniente habilitação das escolas dessa categoria, e sem o mais que se reger para a proficuidade dellas. Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrução, proporcionando-lhe todos os recursos necessários, mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério publico que deve tornar-se attrahente e de real proveito para a sociedade.<sup>107</sup>

Perante tal momento, Cel. Pedro Celestino buscou implantar reformas no quadro educacional, traçando metas a fim de formular o regulamento sobre a instrução pública no estado em 1910. Com a implantação da tipologia de ensino dos grupos escolares, Celestino acreditava que traria inovações e melhorias no quadro educacional do estado. Para a reorganização da instrução pública, o governo contratou em 1910 dois professores normalistas do estado de São Paulo, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, para contribuírem na implantação do novo modelo educacional em Mato Grosso<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Decreto n. ° 265, Livro 213, p. 119 a 153. Arquivo Público de Mato Grosso - APMT. Cuiabá, 22 de outubro de 1910, p.17.

<sup>107</sup> MENSAGEM DIRIGIDA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, PELO 1º VICE – PRESIDENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Coronel Pedro Celestino Correa da Costa. APMT, Cuiabá, 13 de maio 1910, p. 7-9, 1910. Livro 48, p.01.

<sup>108</sup> REIS, Rosinete Maria dos . A Implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso. In: Nicanor Palhares Sá; Elizabeth Madureira Siqueira; Rosinete Maria dos Reis. (Org.). *Instantes e Memórias na História da Educação*. Brasília; Cuiabá: Inep; EdUFMT, 2006.

## 2.2 – Grupos escolares: uma proposta educacional na república.

Com a implantação da República a partir de 1889, diversas medidas foram tomadas para melhorar o ensino no país, dentre elas, a organização dos Grupos Escolares - pois o modelo educacional adotado pela monarquia estava sendo criticado pelos líderes republicanos, criando assim uma proposta de organização de ensino, que objetivava a construção de uma educação baseada nos ideais educacionais europeus. Assim, a sistematização da instrução no estado de São Paulo ocorreu em 1893, com a instalação do primeiro grupo escolar, com um agrupamento de escolas interligadas em um ambiente essencialmente urbano. Esse novo modelo previa diversas transformações educacionais e políticas, com novos currículos, regimentos e profissionais qualificados.

A escola primária Republicana instalou ritos, espetáculos e celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores, e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria<sup>109</sup>.

O novo modelo educacional foi marcado como uma expressão do regime republicano, que instalou em seu sistema de ensino diversos símbolos que valorizassem o governo republicano recém instaurado. O governo pensava a educação no país como sendo uma integração do povo com a Nação, para o fortalecimento da República, surgindo assim, um novo modelo educacional organizado de acordo com os anseios da nova política republicana, atribuindo à educação um papel de formar cidadãos republicanos, a fim de promover o desenvolvimento social e econômico no país.

Com o advento da República, em São Paulo, políticos e educadores passaram a defender um projeto de educação popular por entender que a própria consolidação da República dependia da difusão do ensino primário. Esse projeto assentava-se na criação de uma escola primária graduada, com várias classes e vários professores, e na criação de Escolas Normais para formar esses novos professores. Essa escola elementar, denominada Grupo Escolar, exigia, em primeiro lugar, um espaço adequado para seu funcionamento.<sup>110</sup>

O país estava passando por diversas mudanças, que ocorreram com a proclamação da República. Dentre as novas medidas políticas e econômicas, estava a

---

<sup>109</sup> SOUZA, 1998. p.241

<sup>110</sup> BUFFA, E. *Arquitetura Escolar*. São Paulo: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002, p.43.

passagem do regime imperial para o Republicano; a elaboração de uma nova constituição; várias instituições tendo que mudar seus modos operantes; o crescimento industrial, que geraria uma nova classe trabalhadora, e conseqüentemente um aumento na população urbana. Com isso, como salientou Buffa, o governo necessitava da difusão do ensino primário.

Os grupos escolares criaram um sistema organizacional baseado em escolas graduadas, consideradas como um símbolo de renovação em diversos países da Europa e também nos Estados Unidos desde o século XIX. Segundo Souza (2008), foram essas escolas graduadas<sup>111</sup> que deram surgimento aos grupos escolares e se caracterizavam como:

O modelo da escola graduada, amplamente em voga nos países europeus e nos Estados Unidos desde meados do século XIX, compreendia um tipo de organização didático-pedagógico e administrativa de escola mais complexo, econômico e racional, adequado à expansão do ensino primário nos núcleos urbanos. Ele pressupunha um edifício com várias salas de aula e vários professores, uma classificação mais homogênea dos grupos de alunos por níveis de adiantamento, a divisão do trabalho docente, atribuindo a cada professor uma classe de alunos e adotando a correspondência entre classe, séria e sala de aula<sup>112</sup>.

Na análise de Diana Gonçalves Vidal, é possível compreender os grupos escolares, também conhecidos como escolas graduadas, por possuírem turmas seriadas:

Constituindo-se como escolas graduadas, os grupos escolares aglutinavam em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries escolares que passavam a corresponder ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autorização única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública<sup>113</sup>.

---

<sup>111</sup> A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. (SOUZA, 2004,114)

<sup>112</sup> SOUZA, Rosa F. (a). *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008, p.41.

<sup>113</sup> VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas –SP: Mercado das letras, 2006, p.08.

As escolas graduadas constituíam-se de modelos organizacionais metódicos e sistemáticos, onde entendia-se que determinadas escolas poderiam deter de uma homogeneidade escolar, adotando um ensino simultâneo, com racionalização escolar, separadas em tempo e conteúdo<sup>114</sup>.

Os grupos escolares ficaram caracterizados de início como uma união de várias escolas em um mesmo prédio escolar, fato que beneficiou o governo na diminuição de gastos, e facilitou na reorganização do ensino naquele momento.

Foram criados os grupos escolares, por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-las a funcionar em um só prédio. A denominação grupo escolar foi preterida a 'escolas centrais' ratificando o sentido mesmo da reunião de escolas, e aparece um ano depois no regulamento da instrução pública. De acordo com esse regulamento, nos lugares em que, em virtude de densidade da população, houvesse mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade escolar, o Conselho Superior poderia fazê-las funcionar em um só prédio para esse fim construído ou adaptado. Tais escolas teriam a designação de Grupo Escolar com a sua respectiva designação numérica em cada localidade. Poderiam também receber denominações especiais em homenagem aos cidadãos que concorressem com donativos para a reunião de escolas.<sup>115</sup>

Como qualificado por Souza (1998), o ato de homenagear algum cidadão com o nome da escola que será criada, ocorreu durante o processo de implantação do Grupo Escolar em Nova Andradina, pois sendo Antônio Joaquim de Moura Andrade o doador do terreno e da madeira para construção do grupo, conseqüentemente a escola teria seu nome. Mas o uso desses artifícios ao homenagear determinada figura em escolas muitas vezes criou uma valorização de uma história oficial, criando a ilusão que a escola teria um dono.

O discurso sobre a importância da educação era considerado a base para que a população brasileira saísse do atraso social, com a função de garantir avanços no ensino, na economia ou/e tecnologia. Souza (1998) sinaliza que, para garantir que os objetivos do governo fossem atingidos, eram necessárias renovações nos métodos escolares e ocorresse uma reorganização do ensino.

Neste período nota-se “[...] que a escola passa a ser vista como a instituição responsável pela formação do sentimento de cidadania necessário para colocar o país

---

<sup>114</sup> SOUZA, 2008, 114

<sup>115</sup> SOUZA, 1998, p. 45.

rumo ao progresso e à consolidação da democracia, nos moldes dos países civilizados”<sup>116</sup>. Expandindo a análise realizada por Schelbauer, sistematiza que a educação representaria:

Vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância. “Alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social”; elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX. Em realidade, elas fazem parte da concepção liberal de educação que tomou conta do pensamento e da política educacional nesse período. No projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social.<sup>117</sup>

Assim, a educação adquiria a função de romper com elementos que estavam ainda impregnados na sociedade - como o sistema monárquico -, criando normas para que os alunos aprendessem sobre a nova forma política da sociedade brasileira.

Caberia também à escola, além de transmitir conhecimento, a função de ensinar regras de comportamento e desenvolver o caráter do aluno. Também o ensino de questões do cotidiano, como procedimento de higienização, comportamento no trabalho e sociedade, estruturava os alunos para ações comportamentais que aspirassem ao coletivo, abdicando de interesses pessoais em favor do todo. Esses ensinamentos, na visão da nova ordem educacional, seriam complementos do ler, escrever e contar; assim, instrução e educação deviam caminhar juntas no processo de formação das crianças.

Os grupos escolares adotaram um ensino em que as escolas tivessem várias classes e professores, agrupadas em um único prédio. Com a implantação de grupos escolares, ocorre a idealização de uma instituição escolar mais racionalizada e padronizada, e posteriormente de um projeto de integração social e político das cidades.

Analisando os investimentos que o novo regime dedicou à educação e construção desses grupos escolares, poderia representar uma atitude que:

Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola

---

<sup>116</sup> SCHELBAUER, Analete Regina. *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: EDUEM, 1998, p. 64

<sup>117</sup> Idem, p.29.



pública; dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. [...]. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização.<sup>118</sup>

Esse tipo de investimento, como mostra Souza, justificam-se, pois, no final do século XIX e início do século XX, São Paulo passou por um período de recebimento de um enorme contingente de estrangeiros e migrantes de outras regiões; isso causou para o estado alguns problemas, como o número de aglomerados nas cidades, e conseqüentemente a falta de mão-de-obra; e a prostituição, as drogas, degradações do meio público e o movimento nas cidades se tornam maiores, fazendo com que a educação tomasse um papel social naquele momento, com isso, os grupos escolares buscaram uma organização, higiene e disciplina, se tornando questão fundamental para sanar alguns desses problemas.. A cidade de Nova Andradina, ao receber um grupo escolar, não passou por esses problemas, não no período estudado, pois sendo de criação recente, não teve por função lidar com assuntos de pessoas e alunos que estivessem inseridos nessas situações e conflitos, diferente dos grandes centros da cidade de São Paulo; lá, esses incidentes poderiam prejudicar o projeto republicano.

Conforme Souza, a prioridade por determinada região como o estado de São Paulo ocorre por ter sido alvo de imigrantes, pois seriam nessas cidades que “morava o perigo das multidões”<sup>119</sup>. Um dos enfoques dados para a reestruturação do ensino em São Paulo foi a diferença de outros estados, sendo os anseios para a implantação dos grupos escolares, como Minas Gerais e Mato Grosso diferentes.

O estado de São Paulo foi o pioneiro na instalação desses grupos escolares, mas pesquisas feitas em outros estados mostraram diversas características diferentes para a implantação dos grupos escolares, da forma que ocorreu no estado de São Paulo. O pesquisador Faria Filho (2000) expõe características peculiares para a implantação dos grupos escolares em Minas Gerais.

O crescente movimento em defesa da instituição como via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, que se viu sobremaneira fortalecido com a proclamação da República e com a abolição do trabalho escravo, significou também um momento crucial de produção da necessidade de refundar a escola pública, uma

---

<sup>118</sup> SOUZA, 1998, 91.

<sup>119</sup> Idem, 2008, 92.

vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada. Tal escola, assim representada, não podia levar avante tarefas tão complexas como aquelas projetadas para a mesma.<sup>120</sup>

Nas palavras de Faria Filho, a implantação dos grupos escolares em Minas Gerais teve características centrais similares às de São Paulo, mas buscou principalmente reinventar a forma de pensar a escola, deixando a escola tradicional monárquica de lado. Dentro desse processo de reinvenção, podem ser elencadas características como uma modificação nas metodologias, nos alunos e professores, com estratégias objetivando basicamente o ensino.

A base para o ensino nessas instituições no período das “[...] primeiras décadas do século XX caracterizaram-se pelo embate das ideias liberais sobre cuja base se advogou a extensão universal, por meio do Estado, do processo de escolarização considerado o grande instrumento de participação da política”<sup>121</sup>. Com as instituições tendo como principal característica uma educação para a urbanização e modernização, os grupos escolares tinham a função de formar discentes com “valores e virtudes morais, normas de civilidade, amor ao trabalho, respeito pelos superiores, apreço pela pontualidade, pela ordem e asseio”<sup>122</sup>.

[...]A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. [...] Ainda, generalizou no âmbito do ensino público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito as elites intelectuais, políticas e econômica.<sup>123</sup>

A implantação dos grupos escolares trouxe novas formas de exercer a prática pedagógica, com um ensino racionalizado e um currículo restrito a ideologias nacionalistas, onde a escola era entendida como um lugar possível de homogeneidade, com ensino serializado e alunos distribuídos para um só professor. Esses grupos escolares estavam “[...] localizados nos centros urbanos, os grupos escolares ofereciam

---

<sup>120</sup> FARIA FILHO, L. M. de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*, Passo Fundo: UPF, 2000, p.30.

<sup>121</sup> SAVIANI, Demerval, *História das idéias pedagógicas no Brasil*/ -2 edição Campinas, São Paulo: Autores associados, 2008- (Coleção memória da educação), p.177.

<sup>122</sup> SOUZA, Rosa F. (a). *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 38

<sup>123</sup> SOUZA, 1998, p.30.

melhores condições de trabalho, facultavam a socialização de experiências e uma forte identificação institucional”<sup>124</sup>.

Importante destacar que os grupos escolares buscaram modificar a forma do pensar pedagógico no período republicano, pois refletiam o ensino como uma relação intrínseca com os modos comportamentais da sociedade, formando alunos/cidadãos que seguissem normas que eram pregadas pela república, com a função das instituições não só ensinarem conteúdos, mas disseminarem valores. Os grupos escolares, segundo Souza (1998), exerceram a função de uma educação para a Nação, com um intuito inicial de um programa de ensino que disseminasse esse modelo para toda a população, deixando a entender que os grupos escolares receberiam a população de massa, mas o que não ocorre, como enfatiza Hilsdorf.

[...] embora recebessem alunos das camadas populares, os Grupos Escolares não são ainda escolas de massa: são espaços pensados para uma população trabalhadora já urbanizada e dedicados tanto a alfabetização quanto adoutrinação das suas crianças no culto aos símbolos e valores republicanos<sup>125</sup>.

As questões expostas por Hilsdorf em seu trabalho fornecem vários indicativos para a pesquisa do Grupo Escolar Moura Andrade em relação à sua implantação e funcionamento, pois mesmo que os grupos escolares fossem destinados a um público de massa, os grupos escolares receberam crianças de uma classe trabalhadora urbana e com condições financeiras elevadas, com relação a camada mais pobre; Nova Andradina teve em sua população a maioria de trabalhadores rurais, e os mesmos, de início, não estudaram na escola, pelo fato da mesma não se situar em área urbana. Sendo assim, o Grupo Escolar Moura Andrade não veio para sanar uma necessidade educacional do meio rural, mas sim para a área urbana, como se pretende demonstrar no terceiro capítulo.

Uma das características de um grupo escolar estava voltada à ostentação de prédios vultuosos, pois a escola passa a ter tanta importância com qualquer outra instituição, como a Igreja. Essa característica ocorreu principalmente em São Paulo. Os prédios destinados para os grupos escolares previam um espaço que ocuparia “[...]”

---

<sup>124</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004, p.117

<sup>125</sup> HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2005, p.66.

gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio”<sup>126</sup>; assim, o monumento arquitetônico da instituição poderia comportar de 04 a 10 escolas isoladas. Deste modo, os grupos escolares exerciam a função de “irradiar a luz, o saber, a bondade, a virtude para ventura nossa e glória da pátria”<sup>127</sup>. Essas construções grandiosas poderiam representar a vontade do poder republicano de lançar a ideia de Nova Era para a educação e para o país. Como aponta Souza:

Muitos grupos escolares foram instalados em prédios especialmente construídos, de acordo com uma arquitetura monumental e edificante que colocava a escola primária à altura das suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar e divulgar a ação do governo.<sup>128</sup>

Os grupos escolares passaram a representar algo grandioso, em busca de construir o pensamento de uma escola moderna, para o futuro. Nas palavras de Saviani:

[...] Em geral o grupo escolar era erigido nas praças ou ruas centrais das cidades, destacando-se entre os mais vistosos prédios públicos, competindo com a Câmara Municipal, a igreja e as residências dos poderosos do lugar. Os grupos escolares eram, pois, um fenômeno tipicamente urbano<sup>129</sup>.

Em relação à implantação do grupo escolar em Nova Andradina, muito do apresentado em relação à grandiosidade física não se aplica ao Grupo escolar Moura Andrade, pois em suas instalações não representou ostentação ou imponência, mas teve sua significância na formação social da cidade, estando próximos a prédios como Fórum e Igreja. Pode-se pensar que o Grupo Escolar Moura Andrade e outros grupos escolares eram portadores de simbologias, desde de seu aparato curricular até a materialização do prédio da instituição, porque assim seria possível enraizar a ideia de progresso, e da moral e cívica na década de 1970. Portanto, os grupos escolares ganharam notoriedade no espaço público a fim de mostrar um destaque dado para a educação, principalmente e inicialmente no estado de São Paulo; já em outros Estados, essas práticas não estiveram bem visíveis.

---

<sup>126</sup> SOUZA, 1998, p. 128.

<sup>127</sup> PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002, p.115

<sup>128</sup> SOUZA, 1998, p. 48.

<sup>129</sup> SAVIANI, 2004, p.08.

Em pesquisas realizadas por Souza, foi feito um levantamento documental, onde se pôde constatar o crescimento dos grupos escolares no estado de São Paulo, e verificou-se que na década de 1890 existia 15.551 alunos matriculados em escolas isoladas, e já nos grupos escolares esse número chegava a 15.280 alunos. A partir do século XX, os grupos escolares vão ganhando espaço na educação do país; no ano de 1920, os grupos escolares chegaram a ter 162.570 alunos matriculados em todo país, mostrando assim que os grupos escolares passaram a ser o principal modelo de educação.

Isso traduziu a relação do governo republicano com os grupos escolares, mostrando que esse tipo de escola estava vinculada às ideias políticas instaura na sociedade, a partir da educação, os ritos, símbolos, celebrações e espetáculos que influenciaram de forma estreita o pensar durante o final do século XIX e boa parte do XX. Assim, entenda-se que a escola representou os desejos republicanos, além de valorizar uma pedagogia cívica e moral.

Neste contexto, só a partir do século XX que ocorre uma expansão massiva dos grupos escolares em todo país, não ocorrendo de forma uniforme e padronizada em todos os estados, mas sim ganhando apropriações com base nos anseios políticos de cada estado. No Rio de Janeiro foi implantado em 1897, no Maranhão e no Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908), Mato Grosso (1910), Paraíba (1911), Santa Catarina (1911), Sergipe (1916), Goiás (1918), Piauí (1922)<sup>130</sup>. Os grupos escolares adentram aos outros estados pelo fato dos gestores estaduais verem nessa tipologia de ensino com uma missão civilizatória com a incumbência de concretizar os ideais republicanos, e também que geraria visibilidade para o governo e economia de recursos inicialmente.

### **2.3 – O processo de implantação dos grupos escolares no Mato Grosso entre 1910 a 1950**

A implantação e regulamentação dos grupos escolares no Mato Grosso e no Sul do estado, segundo Stein & Brito gerou “alto custo de sua instalação e manutenção”<sup>131</sup>, por isso, mesmo que o estado quisesse transparecer que a implantação dos grupos escolares fossem uma política de grande investimento que abraçaria todo território

---

<sup>130</sup> VIDAL, 2006, p. 7.

<sup>131</sup> STEIN, & BRITO, 2006, p. 3

mato-grossense, o governo teve que tomar atitudes opostas, estabelecendo que “fossem criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso<sup>132</sup>”. O governo tomou medidas diferentes ao implantar os grupos escolares, fazendo a junção de várias escolas para criar os grupos, e assim os mesmos seriam oriundos “[...] da reunião de escolas isoladas e agrupadas pela proximidade, sob única direção”<sup>133</sup>. Ainda na visão de Stein & Brito (2006) a criação dos grupos escolares em Mato Grosso representava para o período a introdução do novo, com o propósito de superar dificuldades que o ensino poderia ter enfrentado.

A implantação de novos modelos educacionais de ensino representou para Mato Grosso como sendo “um evidente salto na história do ensino, não só pela nova ordem administrativa que se inicia, como em virtude do moderno sistema que passaria a ser adotado em todo o estado, em novos moldes pedagógicos”<sup>134</sup> marcando um momento decisivo para se efetivar a educação em Mato Grosso.

No curto governo do presidente Celestino (12/10/1908 a 15/08/1911), foram criadas diversas escolas isoladas, outras foram reagrupadas seguindo o novo modelo educacional, os grupos escolares. Nas palavras de Silva (2006), esse processo se deu “por meio do Decreto n. 258, de 20 de agosto de 1910, valendo-se do art. 3º da Lei n. 508, Pedro Celestino criou dois grupos escolares na Capital, sendo um no primeiro distrito e o outro no segundo”<sup>135</sup>. Os grupos escolares criados pelo então governador de estado em 28 de agosto de 1910, foram implantados um na capital cuiabana e outro no distrito de Cuiabá, denominado Porto.

Os professores normalistas Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, que vieram do estado de São Paulo para auxiliar na reforma, começaram a reorganização do ensino e assumiram a direção dos dois grupos escolares recém implantados, conforme Reis e Sá evidenciam:

Na capital mato-grossense, Leowigildo Martins de Mello, assumiu a direção da Escola Normal e da Escola Modelo anexa, que por ocasião de sua criação era tida como Grupo Escolar do 1º Distrito da Capital. [...] desde sua criação até o ano de 1916. [...]. O segundo Gustavo

---

<sup>132</sup> IDEM.

<sup>133</sup> OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. *Reformas educacionais Mato-Grossenses e a institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930)*. In: Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n.1, p.105-129, jan/jun. 2009, p.115

<sup>134</sup> MARCILIO, 1963, p. 133.

<sup>135</sup> SILVA, Elizabeth Poubel e. O Florescer de uma Cultura Escolar no Ensino Público Matogrossense. In: VIDAL, Gonçalves Daiana. *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006, p. 218.

Kuhlmann, logo que chegou à capital, assumiu a direção do Grupo Escolar do 2º distrito da capital ‘Senador Azeredo’<sup>136</sup>

Naquele momento, os grupos escolares e a Escola Modelo representavam para o estado sinônimo de avanço, que estavam em conjunto com as políticas educacionais do país, segundo Reis e Sá:

O modelo de escola, representado pelo Grupo Escolar, simbolizava a materialização do ideal de renovação pedagógica, defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense e entendido como condição para a modernização da escola pública, responsável pela formação do cidadão republicano<sup>137</sup>.

O Regulamento da Instrução Pública Primária de 1910 do estado de Mato Grosso estabelecia que o ensino primário no estado passaria a ser “[...] leigo e administrado à custa dos cofres estatuais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem”<sup>138</sup>; com isso, existia a intenção de lançar uma educação com laicidade e liberdade para aprender, basicamente incorporada os ideários republicanos e o modelo educacional dos grupos escolares.

No mesmo ano, em agosto de 1910, o governador do estado lançou o regimento interno dos grupos escolares, que estabeleceu normas e condutas que deveriam ser seguidos em território estadual. O mesmo estabelecia que os grupos escolares teriam a finalidade de ministrar o ensino preliminar, cujo curso compreenderia quatro anos. Para a criação desses grupos escolares, a instituição deveria ter no mínimo oito classes de alunos, divididos em seção masculina e seção feminina, salvo o caso quando um grupo escolar tiver um número maior de dez salas, podendo assim ser criadas salas mistas, de ambos os sexos.

Desta forma, o governo a fim de expandir o ensino primário nas escolas com a criação dos grupos escolares, o novo regulamento de 1910 estabelecia que “Haverá para esse fim escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de

---

<sup>136</sup>REIS, Rosinete Maria dos; Sá, Nicanor Palhares. *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2006, p.33

<sup>137</sup>Ibidem, p.38.

<sup>138</sup> REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, 1910, p.01.

frequêntar a escola”<sup>139</sup>. Deste modo, os grupos escolares deveriam ser implantados em todo o estado, idealizado pelo governo como sendo um ensino público e de qualidade para todos. Mas o mesmo governo restringia em outro documento o acesso e implantação dos grupos, pois só poderia ter grupo escolares: “nas sedes de distritos em que houver pelo menos seis escolas primárias, no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino, o Governo poderá, reunindo-as, fazê-las funcionar em um só prédio <sup>140</sup>”.

Sobre o documento exposto, vem de encontro ao analisar o Grupo Escolar Moura Andrade - GEMA em Nova Andradina, que foi implantado de forma diferente do que se previa no Regulamento do Presidente do Estado (1910) e no regulamento de 1927, fato que será discutido no Capítulo 3.

Outra ocorrência a se observar seria a obrigatoriedade de os alunos morarem a um raio de um quilômetro da escola. Se alguma criança ultrapassasse essa marca, ficaria impossibilitada de se matricular no grupo escolar, tendo que buscar outra modalidade de escola. Com o regulamento de 1927, foi estabelecido algumas mudanças nos parâmetros para a implantação e funcionamento de grupos escolares no Estado: “Os grupos escolares terão, no mínimo, oito classes, e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar<sup>141</sup>”. Caso esse, que ficou evidente nos documentos sobre o Grupo Escolar Moura Andrade, pois sua construção e implantação ocorreu em área urbana, distante da maioria da população que vivia na Fazenda Baile e com a impossibilidade de transitoriedade dos alunos para a escola, ocorreu que esses alunos não pudessem estudar até a década de 1970 no grupo escolar.

Importante destacar que, a partir do regulamento sobre a instrução pública de 1927, foi determinado que as escolas reunidas que tivessem características parecidas para funcionamento igual ao dos grupos escolares, seriam modificadas para grupo escolar, mas não se efetivou com o tempo, tanto que nas primeiras décadas do século XX, a lenta expansão do ensino primário dependeu das escolas isoladas e reunidas, ou seja, não dos grupos escolares<sup>142</sup>.

É notória a diferença nas formas como esses grupos escolares foram implantados em Mato Grosso. Entende-se que o desejo do estado ao implantar os grupos escolares

---

<sup>139</sup>Idem, p.01.

<sup>140</sup>Ibidem, p.124.

<sup>141</sup> REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 1927.

<sup>142</sup> REIS, Rosinete Maria; SÁ, Nicanor Palhares. *Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: Central de Texto: Ed. UFMT, 2006. V. 3.



tinha como objetivo em ter uma educação inovadora, com os ideários perpassados em São Paulo, onde essas instituições representariam sinônimos de modernidade e quebra de valores rudimentares, mas o que aconteceu em Mato Grosso foi diferente por diversas questões, sociais e outras econômicas. Em São Paulo existia um vislumbre de Educação para República, com grandes investimentos, no lugar em que os grupos escolares eram instalados em grandiosos prédios, já em Mato Grosso isso não ocorreu, e se justifica pelo fato de que o estado não teria porte para tudo isso, onde grupos escolares eram implantados em simples escolas isoladas, que em nada representava grandiosidade (tendo como visão os grupos de São Paulo). Portanto, até 1916, os grupos escolares buscaram adotar o programa de ensino de São Paulo - como já exposto; sendo somente após esta data, que houve a organização de um programa específico para os grupos escolares de Mato Grosso<sup>143</sup>, em especial com a criação do Regulamento de 1927.

As pesquisadoras Elizabeth Poubel Silva (2006b) no artigo *O florescer de uma cultura escolar no ensino público Mato-grossense* e Adriane Cristine Silva (2011) em sua dissertação intitulada *Grupo Escolar Esperidião Marques – Uma contribuição para os estudos de instituições escolares em Mato Grosso (1910-1947)*, fizeram um levantamento da criação dos grupos escolares em Mato Grosso a partir do século XX.

**Quadro 03: Grupos Escolares em Mato Grosso de 1910-1954.**

<b>GRUPO ESCOLAR</b>	<b>CIDADE</b>	<b>ANO</b>
Grupo Escolar Escola Modelo Barão de Melgaço	Cuiabá	1910
Grupo Escolar Senador Azeredo	Distrito do Porto – Cuiabá	1910
Grupo escolar General Caetano de Albuquerque	Poconé	1912
Grupo Escolar Presidente Marques	Rosário do Oeste	1912
Grupo Escolar Joaquim Murinho	Campo Grande	1922
Grupo Escolar Affonso Pena	Três Lagoas	1922
Grupo Escolar Antônio Correa da Costa	Aquidauana	1924
Grupo Escolar Esperidião Marques	Cáceres	1924

<sup>143</sup> SÁ, N.P.; SÁ, E. F. de (orgs.). *Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república*. Cuiabá/MT: EDUFMT, 2011.

Grupo Escolar Luiz de Albuquerque	Corumbá	1924
Grupo Caetano Pinto	Miranda	1924
Grupo Escolar Mendes Gonçalves	Ponta Porã	1927
Grupo Escolar Antônio João Ribeiro	Itaporã	1953
Grupos Escolar Tenente Aviador Antônio João	Caarapó	1954

Fonte: Silva (2011), Proubel Silva (2006b).

O primeiro grupo escolar a ser implantado em Mato Grosso na capital cuiabana ocorreu no Palácio da Instrução<sup>144</sup>. Essa instituição foi modelo para a criação dos diversos grupos escolares que seriam implantados a seguir. O Palácio da Instrução representou em grande parte das primeiras décadas após 1910 como sendo a instituição escolar que retratava um patrimônio arquitetônico de importância significativa para história educacional mato-grossense. Nas palavras de Cunha:

O projeto do “Palácio da Instrução”, em Cuiabá, atendeu rigorosamente no aspecto social, à organização capitalista de escola, já que a questão republicana prioritária não era prover de ensino um grande número de alunos (embora o discurso fosse de educação popular), mas sim, levar o conhecimento a alguns poucos privilegiados, mantendo-os entre as paredes das salas de aulas, submetidos ao olhar vigilante do professor o tempo necessário para terem seu caráter domado e seu comportamento convenientemente formado, até que fossem transformados em cidadãos e trabalhadores educados, de bom caráter e lhes fossem atribuídas qualidades servis, mostrando-se preparados para ocupar cargos de mando e no mercado de trabalho que surgia.<sup>145</sup>

Seguindo o modelo da instituição do Palácio da Instrução, foram criados os dois primeiros grupos escolares, com base no regulamento de 1910. A partir do decreto 258, foi criado o Grupo Escolar Modelo Barão de Melgaço, em 1910. Esse grupo escolar também ficou com a função de “[...]ser modelo para as demais escolas do estado e de servir de prática para os normalistas em formação”<sup>146</sup>. O segundo grupo também criado no mesmo ano em um distrito de Cuiabá, o Grupo Escolar Senador Azeredo,

<sup>144</sup> Cumpriu a função de educandário das escolas: Escola Normal Pedro Celestino, Escola Modelo Barão de Melgaço, Liceu Cuiabano, entre outras.

<sup>145</sup> CUNHA. Eduardo Ferreira da. *Grupo Escolar, Escola normal e Escola Modelo “Palácio Da Instrução De Cuiabá” (1900-1915): Arquitetura e Pedagogia*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT Programa de Pós – Graduação em Educação – IE. Cuiabá, 2009, p.59

<sup>146</sup> SILVA, 2006, p.17

implantando em 10 de setembro de 1910, pertencia ao bairro do Porto, segundo a pesquisadora Elizabeth Sá (2007) “ a construção do Grupo Escolar Senador Azeredo, localizado no 2º distrito, embora apresentasse uma edificação mais simples, se comparada à do Palácio da Instrução, ainda impunha uma arquitetura não comum à capital mato-grossense”<sup>147</sup>.

No ano de 1912, mais dois grupos escolares foram implantados no estado, cada um com suas similitudes e diferença. Esses grupos foram implantados especificamente no norte de Mato Grosso, pois segundo o governo o grande contingente populacional e de alunos estava situado ao Norte, apenas posteriormente foram implantados grupos escolares ao Sul. O Grupo Escolar General Caetano de Albuquerque inicialmente denominado Grupo Poconé, foi instalado na cidade de Poconé a partir do decreto nº 297/1912. Na cidade de Rosário do Oeste foi implantado o Grupo Escolar Presidente Marques, criado pelo decreto 297 em 17 de janeiro de 1912, o grupo Rosário do Oeste situava-se “na grande extensão norte Mato-grossense, aproximadamente 148 quilômetros distante desta Cidade [Cuiabá]”.<sup>148</sup>

Mais dez anos após da criação dos grupos escolares, pensando na expansão do ensino primário no estado, o novo presidente criou novos grupos escolares no Sul de Mato Grosso em Campo Grande, Aquidauana, Ponta Porã e Três Lagoas.

Trata o Presidente de criar novos estabelecimentos desse gênero, entrando em entendimento com as municipalidades de Campo Grande e Três Lagoas, que deveriam, à base de um acordo, fornecer os prédios para a instalação dessas novas unidades escolares, até que o Governo pudesse construir os edifícios definitivos. Esses mesmos entendimentos se fizeram extensivos, a seguir, aos municípios de Corumbá e, como mais tarde resolveria, aos de Miranda e de Aquidauana.[...] Pondo mãos à obra, nessa nova empreitada, pode o Presidente, em sua mensagem de 1923 comunicar à Assembléia Legislativa, a inauguração dos grupos de Campo Grande e de Três Lagoas, a 13 de junho do ano anterior, prometendo a instalação dos de Corumbá, Aquidauana e Miranda, logo pudesse conseguir o governo aparelhamento necessário. A 10 de março de 1924, faz funcionar aqueles grupos<sup>149</sup>.

---

<sup>147</sup> SÁ, Elizabeth Figueiredo de. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007, p.126.

<sup>148</sup> DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO. Relatório apresentado pelo professor Franklin Cassiano da Silva ao Secretário Geral do Estado. Cuiabá, 25 de fevereiro de 1943, p.18.

<sup>149</sup> MARCÍLIO, 1963, p.148

Por meio do decreto nº 616, em 17 de julho de 1912 era inaugurado Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, mas segundo a pesquisadora Arlene da Silva Gonçalves (2009) em sua dissertação de mestrado *Os grupos escolares no Estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do estado (1910 – 1950)*, o grupo escolar foi criado a partir da resolução nº 866 de 13 de junho de 1922, e que o decreto anterior não teria entrado em vigor, pois o processo de implantação da escola demorou por questões políticas e econômicas. Inicialmente, o grupo foi instalado em prédio alugado na Avenida Afonso Pena, mas transferido para prédio próprio no ano subsequente.

Na cidade de Três Lagoas, a implantação do Grupo Escolar Affonso Pena foi realizada de forma lenta; tendo seu prédio sido encomendado em 1919, a escola iniciou seu funcionamento em 13 junho de 1922 em prédio alugado, devido à demora de entrega do edifício próprio; só na data de sua inauguração em prédio, recebeu o nome pelo qual se tornou conhecida. Já a cidade de Aquidauana, que se tornou município em 1918, teve seu primeiro grupo escolar implantado em 1924, intitulado Grupo Escolar Antônio Correa da Costa. Em Cáceres, o Grupo Escolar Esperidião Marques foi criado em 1924, fundado pelo professor Venâncio José da Silva e tendo como primeiro diretor o professor José Rizzo.

O Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, em Corumbá, teve sua criação decretada em 1912, bem antes da criação dos outros grupos escolares no Sul do Estado. O interesse em instalar o grupo escolar na cidade Corumbá se justificaria para o governo por ser essa uma cidade em pleno desenvolvimento econômico, pois se situava à margem do rio Paraguai e fazia fronteira com a Bolívia. Segundo a pesquisadora Charlene Correia. Figueiredo<sup>150</sup>, em sua dissertação de mestrado *Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: Sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá - MT (1908-1930)*, o grupo escolar passou por diversas tramitações burocráticas que o impediram de ser implantado rapidamente, apenas em 1924 a escola seria instalada em prédio próprio. A escola abrangia 900m<sup>2</sup> de área coberta e três pavimentos, e representava sinônimo de modernidade para população corumbaense.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> FIGUEIREDO, Charlene Correia. *Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: Sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá - MT (1908-1930)*. Dourados, MS: PPGEduc/FAED/UFGD, 2013. (Dissertação de Mestrado)

<sup>151</sup> Idem, p. 90.

Na cidade de Miranda, o Grupo Escolar General Caetano Pinto foi implantado no ano de 1924. O grupo escolar foi instalado em prédio alugado, comportando inicialmente poucos alunos<sup>152</sup>. No mesmo documento, o governo ressalta a preocupação em relação ao grupo, pois o mesmo não estava exercendo a função que um grupo escolar determinava:

Não vem preenchendo os fins a que se destina o Grupo Escolar ‘Caetano Pinto’, da cidade de Miranda. Installado, sob os melhores auspícios, vem anualmente decrescendo a sua matrícula tendo funcionado, em o amno próximo findo, com 167 alumnos, havendo neste anno decrescido para 151, conforme comunicação da Directoria daquelle Estabelecimento. Esse Grupo bem poderia ser transformado em ‘Escolas Reunidas’, com quatro professores o que redundaria em uma economia para o Estado de 23 ou 24 contos annuaes.<sup>153</sup>

Em 1927 foi criado o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, em Ponta Porã; sua história está marcada por um protagonismo da Companhia Mate Laranjeira, pois segundo noticiários na época, o terreno para a construção da escola teria sido uma doação da Companhia; porém, segundo documentos, o terreno teria sido doado pelo poder público, conforme o Ato nº43 e resolução 46 de 1915. Já a construção da escola ficou a cargo da Companhia, tendo como responsável Heitor Mendes Gonçalves<sup>154</sup>.

O grupo que foi implantado na cidade de Itaporã foi o Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, no ano de 1953, criado pelo decreto nº 1927 pelo então governador Corrêa da Costa, em 13 de julho de 1953. O nome dado ao grupo foi uma homenagem a um dos participantes da colônia militar de Dourados, durante a guerra do Paraguai<sup>155</sup>.

Na localidade de Caarapó, o grupo escolar Tenente Aviador Antônio João, inicialmente construído como uma escola reunida pelo decreto n.º 879 de 22 de fevereiro de 1950, somente seria instituído como grupo escolar no ano de 1954.

---

<sup>152</sup> MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Secretário Geral do Estado Exmº Snr. Dr. Leônidas Antero de Mattos, pelo professor Franklin Cassiano da Silva. Diretor Geral da Instrução Publica. Cuiabá, 29 de agosto de 1931. Rolo nº 061 planilha, microfilme. Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. In: GONÇALVES, Arlene da Silva. *Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do estado (1910- 1950)*. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande. 2009. P. 94

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> TREVIZAN, M. B. *Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil – Paraguai (1889 – 1931)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

<sup>155</sup> RODELINI, C. F. da C. *Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: Cultura Escolar Primária em Itaporã – MT. Uma contribuição para a História das Instituições Educativas (1953 – 1974)*. 140 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2015.

Segundo a pesquisadora Monteiro (2011), o grupo escolar funcionou de início como “um tanto improvisado, haja vista que, enquanto não havia um prédio adequado para sua implantação, a solução circunstancial foi organizar o seu ensino numa casa de madeira, reunindo escolas isoladas ali já existentes”<sup>156</sup>; só em 1963 que o grupo passou a funcionar em novo prédio.

Os Grupos Escolares das cidades de Itaporã e Caarapó se inserem no mesmo período da década de 1950 em que o Grupo Escolar Moura Andrade foi implantado, em 1958. Ainda na década de 1950, diversos outros grupos escolares no Sul de Mato Grosso foram implantados, como Grupo Escolar Felipe de Brum em Amambai (1950), Grupo Escolar Joaquim Murinho em Dourados (1950), Grupo escolar do Vale Sidrolândia em Sidrolândia (1950) e os grupos escolares Vespasiano Martins e Nicolau Fragelli, ambos em Campo Grande (1955). Diante disso, percebe-se um fenômeno em que os grupos escolares voltam a ser implantados no sul de Mato Grosso um pouco mais tardar, entre 1940 a 1950.

Conforme quadro abaixo, no estado até janeiro de 1954 foram criados quarenta e um grupos escolares em Mato Grosso, superando o número de escolas reunidas:

**Quadro 04: Relação de grupos escolares em Mato Grosso até 1954.**

Nº	GRUPO ESCOLAR	CIDADE
1.	Barão de Melgaço	Cuiabá
2.	Joaquim Murinho	Campo Grande
3.	Luiz de Albuquerque	Corumbá
4.	Senador Azeredo	Cuiabá
5.	Afonso Pena	Três Lagoas
6.	General Malan – Amambai	Campo Grande
7.	Antônio Correa	Aquidauana
8.	João Fernandes	Maracajú
9.	Dr. João Ponce	Coxim
10.	Mendes Gonçalves	Ponta Porã
11.	Bel. Júlio Muller	Guiratinga
12.	José Magno	Cuiabá
13.	Caetano Pinto	Miranda
14.	Cel. Galvão	Coxim
15.	Dourados	Dourados
16.	Gal. Caetano de Albuquerque	Poconé
17.	Alnaldo de Figueiredo	Diamantino
18.	Esperidião Marques	Cáceres
19.	Claudio de Oliveira	Porto Murinho

<sup>156</sup> MONTEIRO, 2011, p.62

20.	Presidente Marques	Rosário Oeste
21.	João Alves de Lara	Aparecida do Taboado
22.	José Garcia Leal	Paranaíba
23.	Fernando Leite de Figueiredo	Cuiabá
24.	Miguel Sutil	Camapuan
25.	Antônio João	Nioaque
26.	Cel. Julio Muller	Poxoreu
27.	Leonildas de Matos	Santo Antônio de Leverger
28.	Generoso Ponce	Bela Vista
29.	Febronio Rodrigues – Torixoreu	Guiratinga
30.	José de Barros Maciel	Nossa Senhora do Livramento
31.	Mucio de Figueiredo – Agua Clara	Três Lagoas
32.	Alto Garças	Alto Garças
33.	Barra do Bugres	Barra do Bugres
34.	Souza Bandeira – Coxipó Ponte	Cuiabá
35.	Arnaldo de Figueiredo	Tesouro
36.	Felipe Brum – Amambai	Campo Grande
37.	Major Otávio Pitaluga	Rondonópolis
38.	Carlos Hugueney	Alto Araguaia
39.	Cristino Cortes	Barra dos Garças
40.	Aral Moreira – Campanário	Ponta Porã
41.	F. Mendes Gonçalves	Colônia Penzo

FONTE: DEC - Departamento de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, Relação de grupos escolares e escola reunidas. Cópia de ofício. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT. 16 de janeiro de 1954.

A partir do quadro, é possível quantificar que os números de grupos escolares estavam localizados de forma parecida até 1954 no estado, tanto no Sul como no norte do estado. As cidades que receberam grupos escolares no Sul de Mato Grosso logo de início foram Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas e Ponta Porã, pois nas mensagens de governador expostas anteriormente, essas cidades representavam a maior possibilidade de desenvolvimento econômico

Neste sentido, nota-se que o foco das reformas educacionais e estruturais da educação desde o período imperial com o governo de Souza Bandeira até a implantação dos grupos escolares o Sul do Estado não obteve grande destaque, seja pelo fato da região não ter sido colonizada em grande parte, como também pela falta de apelo econômico, que atrasava as reformas nessa região<sup>157</sup>.

<sup>157</sup> Ver mais em: JACOMELI (1998), GONÇALVES (2009).

### **CAPÍTULO III**

#### **POR DENTRO DA ESCOLA: O ESPAÇO ESCOLAR COMO ELEMENTO DE ANÁLISE HISTÓRICA (1959-1974)**

O Grupo Escolar Moura Andrade, entre os anos de 1959 a 1974, representou uma instituição educacional de importância ao meio urbano social de Nova Andradina, culminando com o processo de criação da cidade. Neste capítulo, procura-se dissertar acerca da história escolar da instituição de ensino, os sujeitos que foram parte dela, e as características que a escola ganhou com o passar do tempo.

Deste modo, o objetivo deste capítulo foi discutir como o Grupo Escolar foi implantado em Nova Andradina, ficando evidente ao analisar a documentação que a instalação do GEMA se deu de modo singular comparado aos regulamentos de Mato Grosso no que tange à criação dos grupos escolares no estado, pois existia vários critérios para a criação dos grupos escolares no estado que não foram cumpridos pela cidade ao instalar o grupo, existindo um interesse político que possibilitou sua instalação. Com base na farta documentação disponível em acervos locais, o presente capítulo organiza-se a partir da implantação do grupo escolar, apresentação da estrutura de funcionamento da escola, o perfil dos alunos que à frequentaram e a organização curricular.

Por meio das pesquisas empreendidas neste trabalho, foi possível evidenciar várias questões referentes à organização e ao currículo escolar do GEMA, situada em grande parte no período da Ditadura Militar. Desta forma, buscou-se saber mais acerca da influência da política militar nos parâmetros curriculares e nas questões sociais dentro de uma instituição educativa.

Assim, para compreender esse processo histórico e do funcionamento da instituição, foram acessados documentos do CEERNA e do Museu de Nova Andradina. As fontes trabalhadas nesse capítulo foram: atas de reuniões de professores entre 1968 a 1974, reunidos em um livro de atas, que contem temas como aprendizagem escolar, discussão referente a orçamentos e verbas da escola, assuntos sobre alunos e professores e currículo; o regimento escolar de 1965, 1975 e 1980, documento elaborado pelo estado que fixa a organização administrativa, didática, pedagógica e disciplinar do grupo escolar e que regula as relações com o público interno e externo. O regimento de pais e mestres, que era criado com a finalidade de colaborar no aprimoramento do



processo educacional da escola, na assistência escolar e na integração família-escola-comunidade; o diário escolar, fonte que evidenciou na pesquisa temas referente ao registro de conteúdos trabalhado pelo professor; e as matrículas de alunos, que mostraram algumas questões sobre o acesso de alunos no grupo escolar e a naturalidade dessas crianças. A partir dessas fontes procurou-se entender questões históricas sobre espaço escolar.

### **3.1 – A escola que queria *nascer grande*: singularidade e institucionalização da educação em Nova Andradina**

O GEMA começou a ser construído no mesmo ano em que a cidade de Nova Andradina foi criada (1958) - diferente de outras cidades do estado, que já estavam em desenvolvimento e poderiam implantar um Grupo Escolar. Tendo em vista as condições que já foram apresentadas no capítulo anterior, a cidade de Nova Andradina não teria essas condições de implantar a tipologia do grupo escolar, pois a construção de prédio para abrigar o poder público e para o comércio ainda estava sendo feita. A Cidade estava em processo, e não havia um prédio que fosse adequado e/ou estivesse disponível para que fosse implantada uma escola. Sendo assim, a escola começou a ser construída em dezembro de 1958, sendo finalizada para funcionamento em maio de 1959. O terreno e a construção da escola ficaram a cargo da Companhia, o estado apenas autorizou seu funcionamento.

Depois de finalizada a construção do prédio no ano em 1959, foi implantada a primeira escola da cidade de Nova Andradina, o Grupo Escolar Moura Andrade - GEMA, criado pelo decreto de lei nº 624 em 12 de maio de 1959. Segundo o decreto, Nova Andradina, mesmo tendo sua emancipação recentemente, necessitava de uma Instituição escolar, pois a demanda de crianças em idade escolar na região era muito alta, atendendo de início cerca de 120 alunos. Deste modo, a implantação do grupo de fato não atendeu o critério de requisito mínimo de 250 alunos para sua abertura, conforme exigência prevista no Regulamento de 1927.

Com base nessa demanda de alunos em idade escolar, existia a necessidade para a cidade em ter uma escola; e a sua construção e implantação do grupo escolar ainda não atendia algumas restrições, visto que naquela época a maior parte da população vivia na área rural, morando nas fazendas da colonizadora; sendo assim, a educação ainda era exclusiva e reservada somente a uma parcela da população, pois naquele

momento só estava ao alcance de quem morava na área urbana da cidade. A parcela da população que moravam na área urbana eram em sua maioria aqueles que compraram lotes de terras da Companhia e alguns comerciantes.

**Foto 04 – Vista parcial do Gema, 1959.**



Fonte – Museu de Nova Andradina.

A escola foi construída inicialmente com dois pavilhões, comportando o atendimento de 120 alunos em área urbana da cidade. Na foto, observa-se que o prédio era uma construção modesta, e que foi feito às pressas, apenas seis meses para sua construção e implantação do grupo escolar; a escola era cercada por chão de terra, sem pavimentação. As salas de aula situavam no pavilhão à esquerda com quatro salas de aula, junto aos banheiros ao meio. Já a diretoria, sala dos professores, secretaria e refeitório estavam à direita do leitor na fotografia.

O GEMA, mesmo tendo sido criado dentro da pretensa aura de modernidade que circundava os grupos escolares das capitais em que foram instalados (cujos estilos eram por vezes copiados pelo país afora), era um prédio simples, não se comparando aos edifícios modernos e grandiosos que surgiram no início da República. Contudo, apesar de ser diferente dos edifícios de outros estados e cidades, o GEMA foi implantado no centro da cidade.

Para Buffa (2002), os grupos escolares com prédios grandiosos e deslumbrantes aludiam e faziam com que a população acreditasse nesse novo sistema de ensino inovador, que traria melhorias no ensino para a cidade e, conseqüentemente, a sociedade

se tornaria melhor. Normalmente, os grupos escolares eram situados em local de destaque na cidade:

[...] Situados em regiões nobres, esses edifícios marcaram, definitivamente, pela imponência e localização, seu significado no tecido urbano. Não se trata de mero acaso. Os terrenos foram estrategicamente escolhidos e os projetos judiciosamente desenvolvidos. A localização privilegiada, ao lado de importantes edifícios públicos, no centro da cidade e suas instituições antes mesmo de chegarem à escola. Em bairros da capital e em cada cidade do interior do estado onde foi implantado, o Grupo escolar símbolo de uma cultura leiga e popular, integrava o núcleo urbano composto pela Prefeitura, os correios, casas bancárias, praça central e igreja matriz. Ao mesmo tempo, distinguia-se das residências das casas comerciais e dos demais edifícios que constituem a cidade.<sup>158</sup>

Desta forma, o GEMA, instalado em um espaço urbano, foi investido de várias relações de poder, seja pela sua função educadora e disseminadora de “futuro”, como também pela escolha estratégica de seu local de implantação, configurado por práticas de quem o construiu e pensou em sua localização; ainda que não fosse exatamente um prédio luxuoso e não ostentasse grandiosas formas arquitetônicas, era imponente pela sua significação dentro do contexto cultural e histórico, e pela sua posição central na nova cidade.

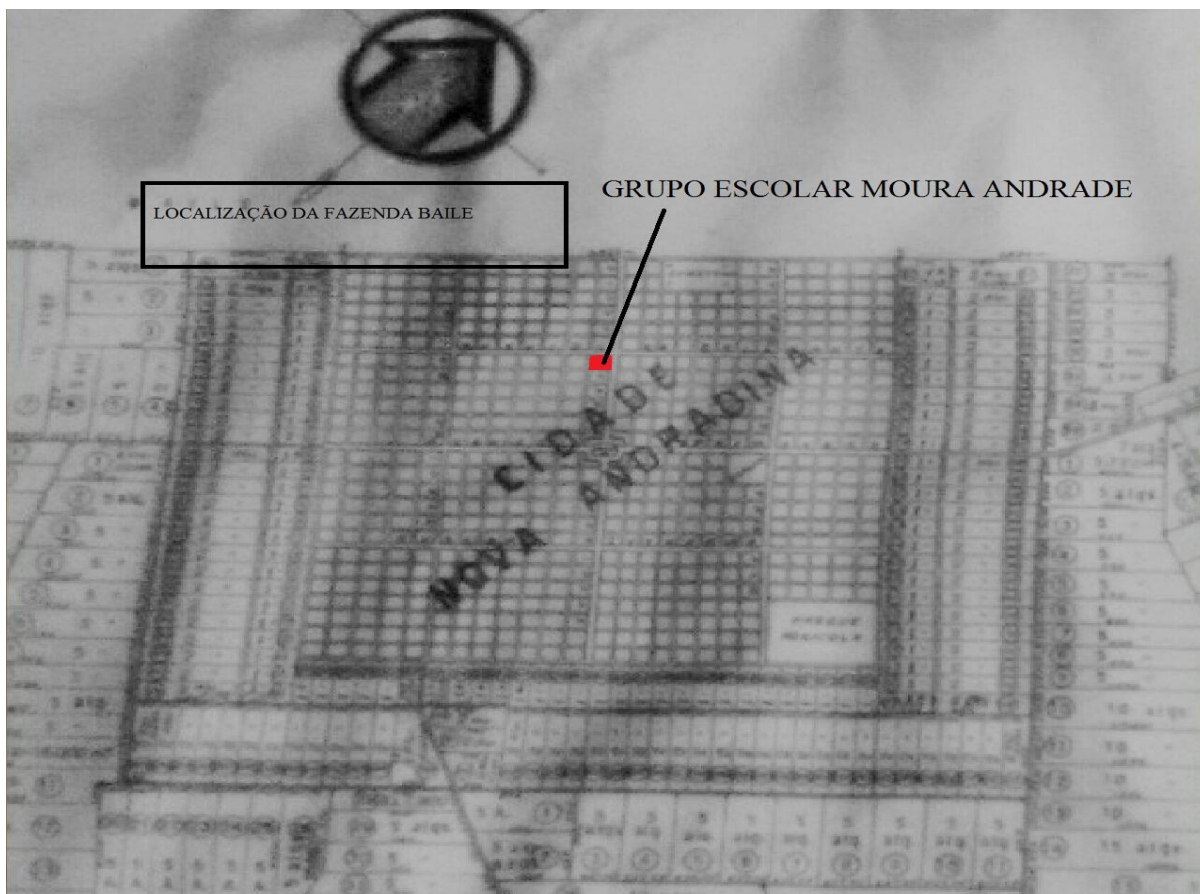
Os espaços, assim, longe de serem homogêneos e vazios, aparecem impregnados de significados simbólicos, seja no ambiente urbano – no bairro, na rua ou no interior das habitações –, seja numa rede de relações exteriores que estabelecem com outros territórios (étnicos, culturais, políticos) e os situam numa dada configuração de poder. Nesse sentido, os espaços não são anteriores às práticas que os produzem; pelo contrário, são elas, as práticas, que lhes conferem significados<sup>159</sup>.

Conforme o mapa abaixo, de 1961, a cidade de Nova Andradina foi dividida por lotes para facilitar as vendas dos terrenos, e a construção da escola estava situado em ambiente de área urbana, próximo ao fórum, à futura prefeitura e ao centro comercial.

---

<sup>158</sup> BUFFA, 2002, p.43

<sup>159</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, 2006, p.150.



Mapa 01 – Gleba de Nova Andradina - Município de Bataguassu, 1961.  
Fonte: Museu de Nova Andradina.

Como exposto no capítulo 01 deste trabalho, a partir do ano de 1961 a cidade (mesmo tendo sido decretada município) volta à tutela da cidade de Bataguassu. Assim, nota-se que no mapa o GEMA estava localizado em quadrante central na cidade, recebendo de início uma parcela de pessoas consideradas diferenciadas, pois foi nessa região que estão situados a rodoviária, o comércio, o fórum. Pensando então, em questões urbanísticas, os grupos que viviam ali, detinham de um poder aquisitivo maior, daquelas que viviam como trabalhadores na fazenda Baile.

A escola inicia seus trabalhos com a diretora Efantina de Quadros, mais conhecida como Dona Lalá, que geriu a escola entre 1959 a 1961. A partir de 1962, assume a direção da escola a professora Maria Mendonça Simões, que ficaria como gestora da escola até a década de 1980.

**Foto 05 – Diretora Efantina de Quadros e professoras do GEMA, 1959**



FONTE: Museu de Nova Andradina.

O quadro de professores era composto em sua maioria por mulheres, inicialmente trabalharam na escola os professores, Mariko Fujibayashi, Katsuko, Cecília Holanda, que comandaram as classes de alunos do sexo feminino e masculino separadamente. Na foto da esquerda para a direita, a terceira é a diretora do GEMA à época, Prof.<sup>a</sup> Efantina de Quadros com o seu filho, e professoras e funcionárias da Escola.

A chegada de profissionais para atuar em diversas áreas era uma oportunidade de negócio para os migrantes que vinham para a cidade recém-criada. Já no caso da vinda de educadores para a região (considerando-se uma cidade com colonização e criação recente), era uma situação mais complicada. Conforme já exposto, a Companhia Moura Andrade & Cia financiou a vinda de vários médicos e engenheiros para a região, facilitando para esses profissionais a compra de terras e trabalho em cargos públicos na cidade a ser iniciada. Mas importante salientar que, fora esses profissionais, os outros trabalhadores que ajudaram a construir a cidade de Nova Andradina e que trabalharam no desmatamento da região (os empregados da Companhia que vieram de outros estados também com desejo de riqueza e terra), para eles as promessas não foram cumpridas da maneira esperada.

Pode-se pensar que essas profissionais da educação, as professoras e diretoras, chegaram à cidade para trabalhar na escola, não sozinhas, mas sim com seus respectivos

esposos, pois na década de 1960, em uma cidade rural, a ideia de mulheres que se aventurassem ao Sul do Mato Grosso não era comum. Diante disso, a partir das evidências, em boa parte observou-se que as professoras que iniciaram o trabalho no GEMA eram esposas de trabalhadores que vieram para a Nova Andradina, e em sua maioria teriam cursado magistério.

Esse grupo de pessoas, tanto os homens, como para as professoras e outras funcionárias do GEMA vinham para a cidade recém-criada com a promessa de estabilidade. Mesmo com o curto espaço de tempo da municipalização da cidade (dezembro de 1958) para a construção e implantação da escola (maio de 1959), mesmo não tendo as imponências dos grupos escolares de São Paulo, o GEMA de início caracterizou-se como uma escola urbana, criada fora dos padrões legais de Mato Grosso, e que representou o acesso à educação na cidade. Conforme Faria Filho, pode-se entender a sociedade com relação a escola como:

Os defensores da escola e de sua importância, no processo de civilização do povo, tiveram de lentamente, apropriar, remodelar, recusar tempos e espaços, conhecimentos sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições educação. Mas não apenas isso, a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez também, em íntimo diálogos com outras esferas e instituições da vida social<sup>160</sup>.

Nesse sentido, pode-se pensar o GEMA por diversos ângulos; de início, a escola representou um importante meio para a manutenção da sociedade novaandradinense, com acesso a um grupo de alunos específico, e que de alguma forma a escola possibilitava a permanência de pessoas que vinham para a cidade, pois existem elementos básicos para seu funcionamento, e a Escola em Nova Andradina estava entre eles.

### **3.2: Escola e cidade: diálogos possíveis.**

O processo de transformação de Nova Andradina em uma cidade urbanizada pode ser lido por várias perspectivas teóricas, por questões social e colonizadora, de imigrantes e comércio; portanto, o intuito neste capítulo não seria de produzir verdades, mas de difundir conhecimentos a partir de estudos sistematizados para entender o

---

<sup>160</sup> FARIA FILHO, 2003, p.136

crescimento urbano da cidade de Nova Andradina e suas relações com o GEMA. Desta maneira, buscou-se evidenciar os possíveis diálogos entre a Escola e Cidade, no contexto onde a cidade de Nova Andradina possa ser entendida como um espaço de:

[...] diferentes dimensões que se interpenetram[...]. Diferentes sujeitos e grupos sociais se apossam do experimentam-no e transformam. As formas urbanas por eles construídas produzem uma representação física dos modos de vida e das relações cotidianas das sociedades que ali viveram. São essas transformações imprimidas pelos indivíduos ao longo do tempo que leva o pesquisador a refletir sobre as questões urbanas numa perspectiva de múltiplas possibilidades.<sup>161</sup>

Conforme a autora, as organizações sociais e as relações do cotidiano de determinada sociedade se articulam com a escola e vice e versa, podendo reproduzir vivências que são apreendidas em ambiente escolar; assim, leva-se a questionar o papel do GEMA nesse cenário, pois a escola pertence a um espaço urbano dentro de um contexto em que pode ser entendido como parte integrante que molda as transformações imprimidas pelos sujeitos. Conforme as palavras de Nóvoa:

As escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como qualquer fábrica ou oficina: a educação não tolera a simplificação do humano (...) que a cultura da racionalidade empresarial sempre transporta.<sup>162</sup>

A escola e a cidade são dois espaços sociais e culturais com diversos significados e às vezes marcados por suas ambiguidades; desta forma, a escola é posta como “[...] um constructo gestado entre interesses e conflitos, apesar do qual o entremeado de racionalidades e irracionalidades em que ela se materializa constitui uma parte [...] decisiva, do currículo não cursado, uma fonte silenciosa de ensinamentos.”<sup>163</sup>

Nova Andradina parte de uma proposta urbanística com seu espaço dividido em quadrantes, entrelaçado com diversas instituições - entre elas a escola, pensada a partir de práticas sociais que se transformam constantemente. Ao se pesquisar a escola como uma instituição instalada em Nova Andradina, foi possível identificar a partir da

---

<sup>161</sup> LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. *Alagoinhas: A Ferrovia E A Cidade Moderna (1880-1930)*, 2007, p. 01.

<sup>162</sup> NÓVOA A. (coord). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, p.16.

<sup>163</sup> ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura escolar como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.30.

documentação as relações sociais de diversos sujeitos que se envolvem no processo de escola e sociedade.

Nos primeiros anos da década de 1960, Nova Andradina desenvolveu-se em algumas atividades econômicas e a construção de algumas edificações na cidade, como: Prefeitura Municipal, o Fórum, Delegacia, Correios e Telégrafos e o Grupo Escolar Moura Andrade.

Segundo o documento “Encontro Regional – Associação dos Municípios do Sul Matogrossense”, de 1964, Nova Andradina era anunciada como próspera e sinônimo de desenvolvimento. O documento relata que na cidade ainda existia:

[...] Mais de 20 estabelecimentos industriais de beneficiamento de madeiras nas zonas urbana, suburbana e rural, 1 máquina de benefício de café, diversas oficinas de indústrias de móveis de madeiras, algumas fábricas de mandioca, diversas sorveterias modernas, padarias, 2 estabelecimentos bancários, hotéis restaurantes, mercearias, dezenas de empórios, bares e lojas, cinema, açougues, barbearias, 4 postos de gasolina com acessórios, oficinas de mecânicas, um depósito de bebidas, sapatarias.<sup>164</sup>

Esse processo de expansão territorial e urbanização aconteceu em várias localidades da região Centro Oeste, onde se fez necessário a construção de prefeituras, hospitais, escolas, delegacias e fóruns; cada cidade com suas especificidades. Tais instituições no contexto de Nova Andradina caracterizam-se como uma forma de controle de organização social dessa sociedade, modificando parte urbana do município. A reportagem do Jornal “O Progresso” de 03 de junho de 1962, intitulada “Nova Andradina – Obra de Gigante, terra abençoada” destaca Nova Andradina:

Cidade que já nasceu município, Nova Andradina que tem uma área de sete mil quilômetros quadrados e abriga mais de dose mil habitantes, bateu todos os recordes de crescimento na história das cidades matogrossenses. Fundada pelo espírito bandeirante de Antonio de Moura Andrade[...].<sup>165</sup>

A reportagem do jornal revela a certeza de um futuro promissor para Nova Andradina, este ainda vinculado à valorização do “espírito bandeirante” do colonizador

---

<sup>164</sup> Encontro Regional, *Associação dos Municípios do Sul Matogrossense*, Folheto, Museu de Nova Andradina, 1964. s/p.

<sup>165</sup> “Nova Andradina – Obra de Gigante, terra abençoada”, Jornal O Progresso, 03 de junho de 1962, ano XI, nº458, p.06. Dourados - MT. Centro de Documentação Regional -CRD-UFGD.



Moura Andrade, notando até uma linguagem poética e romântica do jornal ao retratar a cidade de Nova Andrade, desconsiderado parte de todo processo histórico da cidade.

A partir do folheto e da nota publicada no jornal *O Progresso* exposto acima, evidencia-se uma valorização de uma cidade que queria *nascer grande*; portanto, o uso do discurso grandiloquente (que enaltece especialmente o fundador e seus feitos) presente nesses documentos mostra uma valorização da cidade na busca de criar uma noção de grandeza, fato este que não ocorre na prática, ao se notar todo processo da colonização de Nova Andradina – a qual, sem a força de trabalho e ação humana dos trabalhadores braçais, não teria sido levada a termo. O meio público, ao elencar vitórias para que suas ações se tornassem fidedignas na visão geral, teria como consequência o uso dessa valorização como um instrumento para a construção de um “futuro” para Nova Andradina, tornando tais ações práticas simbólicas na construção do “desenvolvimento” da cidade e excluindo outros sujeitos históricos, dando a visão de que a cidade cresceria sozinha.

Durante todo esse processo de transformações no cenário urbano, a escola esteve ligada à função de educar, instruir e moldar, pois com essas transformações a escola ganha destaque no momento em que filhos de moradores da cidade precisavam de um lugar para estudar. Assim, a escola passa a ganhar significado no momento que a educação seria um modelo de ascensão social. Para tanto, não se pode deixar de apontar o simbolismo que a cidade constrói por meio de práticas sociais no momento em que estabelece valores baseados em status sociais fortalecidos, com base nos locais onde se localizam os prédios, onde as instituições e o comércio que se fixaram na região central da cidade, permanecendo no imaginário social que se perpetua e se ressignifica com o tempo, mantendo um status de proximidade com as instituições públicas.

Nesta parte, sobre questões simbólicas, Moura Andrade legitima-se como proprietário e construtor da cidade, criando um imaginário social e perpetuando-o na história da cidade, tendo seu nome e da sua família em diversos meios públicos da cidade, como: o GEMA (Grupo Escolar Moura Andrade), na Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade e a rua Senador Auro Soares Andrade (homenageando seu filho), consequentemente deixando outros sujeitos históricos de lado, e com isso firmando uma história impregnada na memória local. Mesmo em vida, Moura Andrade deu seu próprio nome à escola recém-criada, e seu nome e o de sua família está em ruas da cidade, *imortalizando* seu legado na história de Nova Andradina.

**Foto 06 – Área da cidade de Nova Andradina, 1957.**



Fonte: Museu de Nova Andradina.

**Foto 07 – Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, Nova Andradina, 1970.**



Fonte: Museu de Nova Andradina

A transformação da cidade aconteceu de forma gradual, como visto na foto de 1957 (foto 06), em que a avenida principal da cidade (exposta no centro da imagem), a Antônio Joaquim de Moura Andrade estava sendo desenvolvida, e foi e continua sendo a avenida de destaque para a região comercial que se estabelecia na década de 1970 e atualmente. Nota-se que a cidade foi se expandindo a partir da avenida principal, não mostrando grandes transformações, mas em termos de continuidade do que ocorre na cidade. Em torno da região central se situaram os melhores prédios, as melhores lojas, a praça central e a biblioteca.

Percebe-se que Nova Andradina de certa forma pode ser compreendida não apenas como um espaço puramente geográfico, mas que constituiu-se em um território social, onde os diversos lugares - a escola, a Igreja, a praça - têm sua própria racionalidade (re)elaborada com diversos valores sociais que são criados ao longo de diversas experiências, sejam elas por categorias ou grupos sociais, e que ao seu modo, reivindicam determinado espaço urbano<sup>166</sup>. Nesta questão, a logística da cidade pode ser pensada como “[...] lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros como se formassem um grande mosaico [...] eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição”<sup>167</sup>.

Nova Andradina, mesmo sendo uma cidade em que se buscou criar uma ideia de desenvolvimento urbano, com comércios e indústrias, ela pode ser percebida atualmente como sendo uma cidade que tem donos, uma cidade capitaneada, tendo em sua essência (como em diversas cidades em Mato Grosso) uma característica da pecuária e de grandes donos de terras, com poderes que regem o rumo da cidade.

A cidade de Nova Andradina tem uma econômica basicamente agrária – sendo conhecida popularmente como a *capital do boi*. No quadro abaixo é exposto a população rural, urbana e geral da cidade. Pode-se dialogar com a ideia da cidade ter uma característica agrária forte pelo fato de que durante a década de 1960 a população geral da cidade girava em torno da área rural.

---

<sup>166</sup> PIOVESANA, Rodrigo. *Cidade em movimento: um estudo sobre a reinvenção do espaço urbano por adictos de Marechal Candido Rondon – Paraná*. Dourados, MS: (Dissertação de Mestrado – História) UFGD, 2007. p. 15.

<sup>167</sup> ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: n°23, 1994. p.191.

### **Quadro 05 - População de Nova Andradina (1960-1970)**

	<b>1960</b>	<b>1970</b>
<b>População Geral</b>	6.472	12.625
<b>População área urbana</b>	1.324	6.845
<b>População área rural</b>	5.148	5.780

FONTE: IBGE, 1970.

É possível perceber, com base no quadro que houve um crescimento acentuado da população de Nova Andradina nas duas primeiras décadas depois de sua criação. Intensificou-se o crescimento urbano principalmente, gerado principalmente por interesses capitalistas na urbanização do território novaandradinense; com isso, a população rural acaba por se tornar nas décadas seguintes menor que a população urbana.

Esse processo da valorização da cidade como ambiente urbano pode ser caracterizado ao pensar o GEMA neste contexto. O crescimento da cidade não se deu em função da criação da escola; no entanto, as demandas educacionais foram sentidas pelos membros de um grupo dirigente que precisou dimensionar isso do modo que seus interesses não fossem prejudicados. A partir do quadro, observa o maior número de contingente populacional na área rural da cidade, e conseqüentemente um contingente numeroso de famílias, que suscita pensar que as crianças, seriam atendidas (ou deveriam ser) por uma instituição escolar naquele período de 1960 a 1970, já que o contingente populacional nas fazendas era maior. É possível inferir que havia um interesse comercial de Moura Andrade ao construir o grupo escolar na área urbana, sem levar em consideração o número de crianças em idade escolar nas fazendas locais, pois os trabalhadores que participaram no processo de colonização, em suma continuaram trabalhando na Fazenda Baile.

A partir do exposto originou-se o questionamento: quem ia à escola? E como um modelo de escola criado para atender os centros urbanos vai se comportar em meio a uma população, em sua maioria, de fazendas?

A partir das pesquisas que tratam da criação dos grupos escolares em alguns estados do país, a exemplo de Vidal (2006), Faria Filho (1998) e Jacomeli (1998), é apontado que os grupos escolares em suas diferentes cidades do país buscavam exercer uma função de educação para uma elite local, formada principalmente pelos centros

urbanos das cidades. Já em Mato Grosso, esse processo ocorreu de forma diferente, não havendo dados que mostrassem que os grupos escolares em Mato Grosso em sua totalidade foi destinado a uma elite, pois tanto por causa dos investimentos feitos nesse tipo de escola, sua estrutura econômica, por questões geográficas e os vastos territórios considerados vazios, os grupos escolares em Mato Grosso não se mantiveram em comparação ao de São Paulo, até pelo fato que suas estruturas políticas, sociais e econômicas eram diferentes.

O investimento para a implantação dos grupos escolares não se firmou em boa parte do estado, mesmo sendo o que era pretendido ao implantar esse sistema de educação, pelo então governador Pedro Celestino. Apenas alguns grupos, como Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, em Corumbá, Palácio de Instrução em Cuiabá, puderam apresentar certa notoriedade, conforme almejado, isso pelo fato das cidades citadas representarem aspectos de uma economia maior desenvolvida no estado.

No caso do grupo escolar de Nova Andradina, este não se firmou como um prédio glorioso, nem como sinônimo de grandiosidade. Mas caracterizou-se por atender uma população local urbana, onde quem frequentaria a escola naquele período de implantação, em sua maioria, eram crianças de famílias de melhores condições de vida; com isso, leva a pensar que a escola foi implantada em uma localidade que não possibilitaria para as famílias que habitavam a fazenda matricularem seus filhos; desta forma, seja questões sociais ou de poder, motiva a pensar quem teria direito a instrução na cidade.

No documento de matrícula de alunos do Grupo Escolar do ano de 1960<sup>168</sup> identifica-se em um dos itens de informações solicitadas, questionamento sobre a distância que os alunos residiam da escola: “*A que distância da escola reside? (Metros)*”, onde consta que, em sua maioria, os alunos matriculados na Instituição não moravam a mais que um quilometro de distância da escola.

Neste documento encontra-se registrado ainda pela secretaria várias informações sobre os alunos, como: nome, sexo, data de nascimento, idade, naturalidade e procedência do aluno (estadual, particular ou municipal). E informações sobre os pais, como: nome, profissão, escolaridade, religião e endereço.

---

<sup>168</sup> Matrículas de alunos da 1ª a 4ª serie diurno de 1960. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Livro de matricula. Nova Andradina-MS.

Contudo, as famílias que moravam na Fazenda Baile, residiam a dois quilômetros e meio de distância da escola e o percurso que ligava a cidade à fazenda era feito por uma pequena estrada de terra, tomada por mato em volta, e não constava no documento de matrículas de 1960 alunos oriundos da Fazenda Baile.

A partir dos documentos de matrícula dos alunos de 1960, pode ser observado que o GEMA foi uma escola construída que teve uma educação seletiva inicialmente, pois como é exposto no quadro 05, o contingente populacional da área urbana da cidade era bem menor comparado a área rural. Desta forma, quem ia para escola era um grupo de alunos que moravam em região urbana entorno da escola, onde o próprio documento de matrícula estipulava a distância que o aluno deveria morar para estudar na escola; a exigência que os alunos morassem no máximo a dois quilômetros da escola era estipulado pelo regulamento de 1927<sup>169</sup>. Os alunos ficavam impossibilitados de estudarem no grupo, tanto pelo difícil acesso a instituição como pela exigência de morar perto; visto que, Moura Andrade tenha doado o terreno para a construção da escola, o mesmo poderia ter previsto ou levado em consideração a questão do difícil acesso para as crianças da área rural, ou ter construído a escola mais próxima desses alunos.

Pois então, existia uma seletividade na educação pública - pois era mais viável instalar uma escolar rural que atendesse a maioria de crianças localizadas na Fazenda Baile (processo esse que ocorria em sua maioria nas cidades do sul do estado com as escolas rurais e isoladas), do que criar um Grupo escolar com todo seu aparato legal e exigências do estado, na região urbana onde não atenderia a maioria das crianças. Pode-se pensar que a visão da Companhia se baseava no econômica, pois o intuito era dar a Nova Andradina todas suas características de cidade, e a criação de uma escola fazia parte desse processo; sendo assim, torna-se evidente seu foco em preocupar-se com a área urbana da cidade recém-criada ao doar o terreno para instalação do grupo escolar. Apenas em 1963, o governo do estado implantou duas escolas rurais mistas nas áreas rurais da cidade, uma no bairro Florestal e outra na fazenda São Bento<sup>170</sup>, para assim atender essas crianças em áreas rurais.

---

<sup>169</sup> O documento previa que caso o aluno morasse a mais que dois quilômetros do grupo escolar, o mesmo deveria procurar outra instituição de ensino mais próxima, mas como em Nova Andradina a primeira instituição educativa que existia até 1963 era o grupo escolar, o aluno ficaria impossibilitado de frequentar a escola.

<sup>170</sup> DISPOE SOBRE A TRANSFERENCIA DE ESCOLA RURAL, MISTA. Decreto 929, 14 de julho de 1962. Departamento de Educação e Cultura – DEC, Livro de decretos 003/655. APMT – Arquivo Público de Mato Grosso/Cuiabá-MT.

Deste modo, entende-se que a escola foi criada como mecanismo de fixação de famílias na cidade, pois tanto a escola, como o hospital e a delegacia representariam indicativos de importância para crescimento da cidade, como um processo de movimentação interna, que iria beneficiar determinadas pessoas<sup>171</sup>. Além disso, seria mais importante educar as crianças situadas na área urbana do que as que moravam nas fazendas, diante do fato que uma escola criada em área rural não traria tanta visibilidade para a cidade.

Esse processo de favorecimento de uma camada social em detrimento de outra é marca de um passado da História do Brasil, com uma economia agrária-comercial-exportadora, que ao tratar de Educação se torna evidente tal situação, ao abordar assunto sobre acesso à escola Marçal Ribeiro faz essa análise, onde expõe que:

[...]o Brasil não priorizou a educação em seus investimentos político-sociais e a estrutura educacional permaneceu substancialmente inalterada até nossos dias, continuando a agir como transmissora da ideologia das elites e atendendo de forma mais ou menos satisfatória apenas a uma pequena parcela da sociedade.<sup>172</sup>

A ideia concebida a partir das documentações referentes às matrículas de alunos de 1960 e da citação acima de Marçal Ribeiro denota que a educação escolar se destinou a uma elite nos grandes centros – já no caso do GEMA, durante parte da década de 1960, os dados mostram uma concepção similar, não sendo uma educação para elite, mas que existiu durante esse tempo uma educação seletiva e urbana.

Esse cenário, de uma educação seletiva, mudou entre 1965 a 1970, quando outras escolas - como o Grupo Escolar Tarso Dutra e o Colégio Comercial Santo Antônio - foram instaladas na cidade. O Colégio Comercial foi destinado principalmente aos filhos de comerciantes e fazendeiros e foi criado para atender alunos da 5ª série a 8ª série do ginásio.

O Colégio Comercial Santo Antônio foi criado pelo Padre Marcos, um sujeito influente na cidade. A criação oficial do colégio se deu apenas em 1965 em prédio próprio após organização curricular e estrutural feita por grupo de São Paulo. Nesse processo de criação do colégio, o Padre Marcos relata que:

---

<sup>171</sup> Sobre esses conjuntos de instituições usadas como mecanismo para o melhoramento urbano, os pesquisadores Faria Filho (1997) e Souza (1998) destaca que “fazia parte desse conjunto de melhoramentos urbanos tornando-se denotativo do progresso de uma localidade.”(1997, p.90).

<sup>172</sup> MARÇAL RIBEIRO, P. R. *Educação Escolar no Brasil: Problemas, Reflexões e Propostas*. Coleção Textos, Vol. 4. Araraquara, UNESP, 1990, p15.

No ano de 1962, começamos a pensar que tinha que fazer um ginásio, pelo menos os quatro anos, eu (padre Marcos) com o jipe comecei a pedir pelas fazendas gado para a construção do ginásio. O Senhor João do Baile, mineiro, me ajudou muito para falar com os fazendeiros. Havia um terreno na cidade que era para a prefeitura para construir uma escola. O senhor Décio de Matos, presidente da câmara e o prefeito doaram para a igreja. No ano de 1963, começamos pouco a pouco a construção. No ano de 1963 começamos o ginásio, mas como não tínhamos prédio, começamos um grupo na prefeitura e outro em clube japonês, muito perto da casa paroquial. O senhor Luis Soares de Andrade, trouxe um inspetor da Secretaria de Educação de São Paulo e então o ginásio já era oficial e legal. Os professores foram: Português: Marilda Silveira. Matemática: Dona Tereza, esposa de Maurílio, História, Sr., Conceição, Geografia, Padre Marcos, Educação Física: Shirota. Começamos a construir o ginásio no terreno que a prefeitura nos doou, a primeira fase foi três classes. Tudo isto foi possível com o gado.<sup>173</sup>

Com isso o Padre Marcos<sup>174</sup>, obtendo ajuda dos comerciantes, fazendeiros e empresários da cidade, foi construindo o colégio comercial Santo Antônio. Um colégio particular, que conseqüentemente atendeu a clientela de alunos oriundos do GEMA. Segundo Claudinei Araujo do Santos, ao pesquisar a participação da Igreja Católica na construção da cidade de Nova Andradina, mostra que a participação da Igreja na construção do Colégio foi intensa:

[...] Seu papel era o de formar indivíduos dóceis e úteis para o sistema em gestação, nesse caso, representado pelo oferecimento da educação cumpre essa função de passar os conteúdos básicos para formar dos homens que o futuro administrariam a pequena cidade Sul-Mato-Grossense, que traz em seu bojo o nome de seu Fundador e as marcas da religiosidade católica conservadora<sup>175</sup>.

Desta forma, a Educação seria para um grupo específico na cidade, e teria sua continuidade no Colégio. Seguindo assim, como observa Santos (2015), a cidade precisaria formar os homens do futuro que administrariam Nova Andradina, e esses homens não seriam trabalhadores e nem moradores em áreas rurais da cidade.

Entre os anos de 1964 a 1971, os alunos matriculados no GEMA (segundo registros obtidos por meio da documentação escolar), eram naturais de cidades de outros

---

<sup>173</sup> Carta de Padre Marcos Martinez enviada a família Lima, 26 de Fevereiro de 2010, Rio de Janeiro, *In* SANTOS (2015, p.170).

<sup>174</sup> Padre Marcos veio para a cidade de Nova Andradina durante seu período de colonização a pedido de Moura Andradina, para instalar a primeira igreja.

<sup>175</sup> SANTOS, 2015, p.171.



estados, o que era indicativo da multiplicidade de lugares e pessoas que compuseram a cidade nos seus primeiros anos, a partir do período da colonização pela empresa Moura Andrade S/A. Os estudantes do GEMA, durante os primeiros anos de funcionamento da escola, foram alunos de outras regiões, principalmente de São Paulo, caracterizando nesse sentido que mesmo após o período de colonização da cidade, o fluxo migratório na região continuou acontecendo.

#### **Quadro 06 – Naturalidade dos alunos do GEMA (1964-1971)<sup>176</sup>**

<b>Procedência dos alunos matriculados no GEMA</b>	<b>Número de alunos matriculados</b>
São Paulo	81
Mato Grosso	75
Paraná	06
Bahia	06
Minas Gerais	03
Alagoas	01
Paraíba	01
Santa Catarina	01
<b>TOTAL</b>	<b>174</b>

Fonte: Centro Estadual de Escolas recolhidas de Nova Andradina, Nova Andradina – MS. (ZOTI, 2017)

Uma das explicações para o fluxo migratório para a região de Nova Andradina<sup>177</sup> seria o fato da cidade sendo de colonização recente e a chegada da industrialização e do comércio, se fez necessário o aumento de mão de obra qualificada, que eram desde trabalhadores rurais, passando por veterinários, vendedores e administradores.

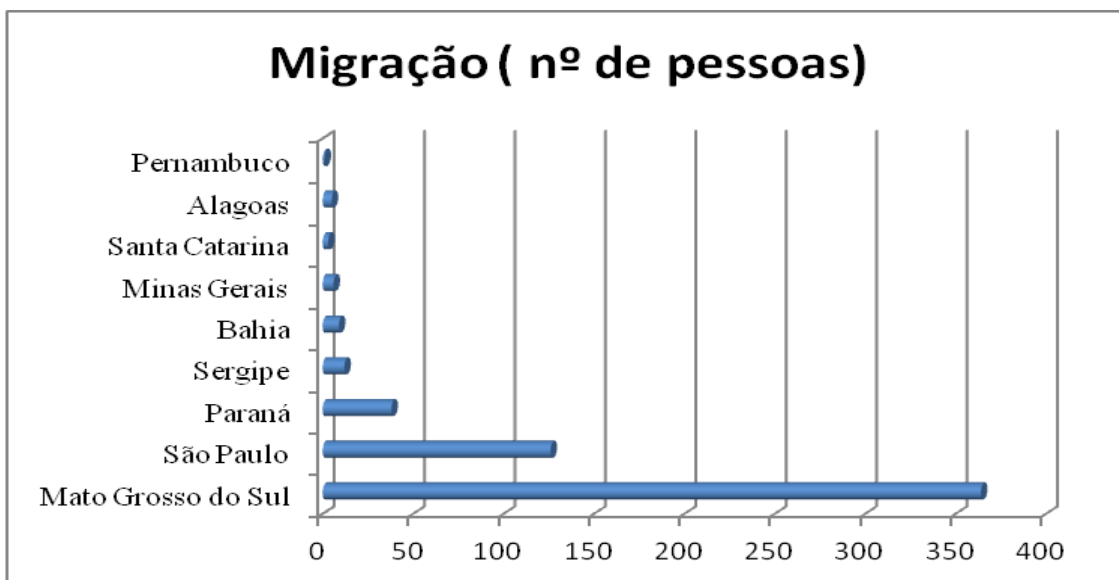
Vale salientar que esse processo migratório ocorreu até a década de 1990, não apenas durante a colonização da cidade entre 1950-1960, pois trabalhadores de outros

<sup>176</sup> Fichas de matriculas de alunos do Grupo Escolar Moura Andrade entre 1964-1971, da 1ª a 4ª série. Caixa s/n. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Nova Andradina-MS. *Obs.:* As fichas de matriculas que foram catalogadas para o quadro não foram encontradas em sua totalidade, sendo assim, o registro no quadro mostra uma parte desses dados.

<sup>177</sup> A microrregião de Nova Andradina abrange as cidades como Anaurilândia, Bataguassu, Taquarussu e Batayporã. Ver mais em: SANTOS, Claudinei Araújo. A região em análise: A política e a Igreja no processo de colonização de Nova Andradina-MS. Dissertação de Geografia – UFMS/CPTL, 2015, p.96.

estados viam ali, ou em outras cidades do Sul de Mato Grosso, uma oportunidade. Com observa-se no gráfico abaixo.

**Gráfico 01 – Migração para a região do Vale do Ivinhema (1990-1993)**



Fonte: Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região: 1990 a 2003, Nova Andradina-MS, 2012.

A partir da documentação catalogada dos arquivos do TRT<sup>178</sup>, foi possível notar que até o ano de 1992 o fluxo de migrantes para a região do Vale do Ivinhema ocorreu de forma intensa. Esse processo de transitoriedade humana se deu por cinco décadas, o que caracterizou uma transformação na economia e cidade de Nova Andradina.

O estado de São Paulo, por fazer divisa com o Sul de Mato Grosso, foi a principal origem de migrantes que adentraram na região do Vale do Ivinhema. Outro dado a ser observado referente ao processo de migração seria o número significativo de crianças naturais de Andradina-SP, cidade criada também pela colonizadora Moura Andrade S/A; segundo dados levantados por meio das fichas de matrículas, entre 1964 a 1971, 16 alunos seriam naturais de Andradina-SP; tal indício relaciona-se ao relato de Antônio Fernando Andrade Prado<sup>179</sup>, quando reforça a ideia de que vários sitiantes de Andradina “seguiram” Moura Andrade para a nova cidade, vendendo suas terras em Andradina para poder comprar o dobro de lotes em Nova Andradina.

<sup>178</sup> Os documentos catalogados foram feitos durante o projeto de extensão *Arquivo Permanente do Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região 1990 a 2003* coordenada pelo professor Dr. Leandro Baller, durante o ano de 2011.

<sup>179</sup> Ver em p.47.

Várias cidades do estado de São Paulo estavam próximas à cidade de Nova Andradina, como: Presidente Epitácio, a 177 km; Presidente Venceslau, a 206 km; Presidente Prudente, a 262 km e Dracena, a 264 km. Nas fichas de matrículas, diversas crianças eram naturais dessas cidades, fato que pode ser justificado pela proximidade geográfica entre Nova Andradina a essas cidades.

Referente ao Mato Grosso os alunos e suas famílias, em sua maioria situavam-se na região do Sul do estado, como nas cidades de Dourados, Bataguassu, Rio Brilhante. Só a partir de 1968 que crianças naturais de Nova Andradina apareceram no registro de matrícula: um total de 30 alunos foram catalogados como estudantes da 1ª a 4ª série no Grupo Escolar, entre 1964 a 1971 das fichas de matrículas. Somente depois de uma década da criação da cidade que os primeiros alunos nascidos e registrados em Nova Andradina foram matriculados na escola.

A partir das documentações expostas acima, pode-se observar que Nova Andradina passou por um cenário de transitoriedade humana, com migrações de São Paulo e Paraná (regiões fronteiriças à cidade), e também algumas do Nordeste. Desta forma, os dados da população de Nova Andradina podem evidenciar que durante esse período de 1960 a 1970 a cidade recebeu diversas pessoas do país que migraram para a região.

### **3.3 – O Grupo Escolar e seu espaço social**

O Grupo Escolar Moura Andrade entre os anos 1959 a 1974 funcionou em regime de externato: durante o período diurno mantinha o curso do primário de 1ª a 4ª série, buscando na visão institucional proporcionar aos alunos formação integral<sup>180</sup>.

A Escola funcionava 180 dias por ano, com carga horária total de 720 hs/as, com aulas de segunda a sexta e aos sábados aula de recuperação e educação física. Durante o período estudado, o ano letivo iniciava-se em 03 de janeiro, com finalização das atividades semestrais em maio. Os meses de maio e junho seriam destinados a alunos em recuperação, considerados *fracos*. De julho a novembro, ocorria o segundo semestre de aulas.

As salas de aula no grupo escolar eram mistas, compostas por meninos e meninas<sup>181</sup>, fato que gerou desconforto entre os professores na época, conforme foi

---

<sup>180</sup> REGIMENTO ESCOLAR DE 1965. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Caixa s/d. Nova Andradina., p.18. Obs.: O regimento escolar seguia o modelo padrão de Mato Grosso.

<sup>181</sup> De acordo com o Regulamento da instrução de 1927.

possível identificar na ata<sup>182</sup> do dia 31/03/1969, por considerar salas mistas inapropriadas para escola, principalmente nas aulas de educação física, onde as meninas poderiam ficar expostas. Observou-se ainda uma relutância ao implantar salas mistas na escola, pois até então era comum nos grupos escolares as salas serem separadas, entre meninos e meninas, salvo o caso quando a escola tivesse mais de dez salas. Na mesma ata, ao relatar sobre essa relutância quanto às salas mistas, uma professora especifica ser devido às vestimentas, que poderiam tornar alguns contatos entre os alunos inadequados durante as brincadeiras.

A concepção de Educação no grupo tinha um caráter religioso cristão forte. Segundo a supervisora de ensino, a escola sempre buscava um “ensinamento cristão”<sup>183</sup>, com base na moral e nos bons costumes. Desta forma, na ata do dia 31/05/1970, foi possível evidenciar que o ensino escolar detinha de questões religiosas que estava impregnado na sociedade e na educação, como forma de amedrontar; como *Deus castiga*, como elemento de coerção. Isto faz entender o fenômeno religioso como um aspecto social, atinente às justificativas de estar no mundo numa posição social.

A partir do exame das atas de reuniões da escola, foi possível perceber essa relação íntima que existia entre a Igreja Católica e o Grupo Escolar. Eram ministradas palestras na escola para a comunidade escolar, com ensinamentos para os professores que seguissem um viés católico em suas aulas, praticando uma “educação moral cívica Cristã”<sup>184</sup>, ficando a cargo do Padre Hilário escolher as melhores apostilas a serem trabalhadas em sala de aula pelos professores, o que mostra a influência da Igreja Católica até na escolha dos materiais didáticos a serem trabalhados em sala. Sobre o assunto, Santos fala que:

É possível ainda perceber, a partir deste exemplo, o trabalho que a instituição religiosa exerce na cidade com a função disciplinadora e a formação de pessoas letradas que pudesse “desenhar” um projeto de sociedade no seio da cidade de acordo com suas referências religiosas.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> Ata de 31 de março de 1969, Livro Ata de reuniões de professores entre 1968 a 1974. Caixa s/n. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina, p.05.

<sup>183</sup> Ata de 30 de maio de 1970, Livro Ata de reuniões de professores entre 1968 a 1974. Caixa s/n. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina, p.16.

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> SANTOS, 2015, p.171

Desta forma a escola, mais do que uma instituição voltada exclusivamente para o religioso, faz com que a Igreja Católica desempenhasse as funções de registro civil, de escola, de centro de serviço social e reguladora da vida familiar<sup>186</sup>. A grande maioria das instituições de ensino permanece condicionada, seja por convicções religiosas, a determinado grupo religioso e característica essa que caberia a função dos professores no grupo escolar em “levar as crianças até Deus; a importância de se mostrar a criação do mundo”<sup>187</sup>. A respeito disso, pode-se refletir acerca de duas influências: até o final do século XX, a religião Católica tinha uma forte influência na sociedade em geral, e a relação entre escola e religião se fundia na maioria das vezes, ditando regras e costumes nas relações sociais; já o outro fator seria o poder de influência que a própria figura do Pe. Marcos e outros padres tinha sobre as instituições em Nova Andradina<sup>188</sup>, pois os mesmos usufruíam de benefícios e tinha prestígio junto à elite local.<sup>189</sup>

Essa relação intrínseca entre a escola e religião cristã vai contra ao próprio sistema pregado pelo regimento da escola, pois era tido como proibição aos professores “ferir a suscetibilidade dos alunos no que diz respeito às suas convicções religiosas, políticas ou de nacionalidade”<sup>190</sup>.

Entre os anos de 1959 a 1973 a escola apresentou um crescimento de matrículas de alunos, o que pode estar em consonância ao crescimento populacional da cidade, que foi evidenciado no quadro 05 e 06. No quadro abaixo, é possível observar esses números.

#### **Quadro 07- Alunos da 1ª a 4ª série matriculados entre os anos de 1959 a 1974**

<b>ANO</b>	<b>MATRICULADOS</b>
<b>1959</b>	120
<b>1960</b>	193
<b>1961</b>	S/D

<sup>186</sup> OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Editora Vozes. Petrópolis, 1986, p.16

<sup>187</sup> Ata do dia 11 de março de 1972, p.34.

<sup>188</sup> Conforme o Censo de 2010 do IBGE, a população de Nova Andradina é formada por grupos religiosos como os cristãos (93,57%), que se divide em católicos (70,34%), evangélicos de missão (4,07%), evangélicas de origem pentecostal (15,76%), restauracionistas (0,70%) e outros cristãos (2,70%). Também se fazem presente os reencarnacionista (0,48%), orientais (0,11%), indeterminada (0,16%) e não religiosos (5,67%)

<sup>189</sup> SANTOS, 2015.

<sup>190</sup> REGIMENTO ESCOLA DE 1980. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Caixa s/n. Nova Andradina-MT, p.18

<b>1962</b>	S/D
<b>1963</b>	S/D
<b>1964</b>	321
<b>1965</b>	356
<b>1966</b>	334
<b>1967</b>	360
<b>1968</b>	383
<b>1969</b>	387
<b>1970</b>	402
<b>1971</b>	433
<b>1972</b>	479
<b>1973</b>	557
<b>1974</b>	591
<b>TOTAL</b>	4916

Fonte: Processo nº25463, referente a solicitação para revitalização e implantação da 5ª a 8ª série do 1º Grau, Escola Estadual do 1º Grau Antonio de Moura Andrade. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina, 1980 (ZOTI, 2017).

Referente aos dados do quadro 07, estes constam de um documento de 1980 direcionado a um processo de solicitação para revitalização e implantação da 5ª a 8ª série do 1º Grau na escola<sup>191</sup>; para dar sustentação à solicitação foi feito um levantamento de alunos matriculados na escola desde seu funcionamento até 1979. Esse levantamento foi realizado pelo fato de que, segundo a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, a instituição deveria mostrar que a escola tinha um fluxo contínuo de matrículas para a implantação das séries finais do 1º Grau.

O quadro sinaliza um crescimento acentuado de matrículas entre os anos de 1960 e 1970 com alunos matriculados, primeiro pelo fato de todo ano as matrículas eram renovadas e novas matrículas eram feitas para alunos da 1ª série, e segundo com a chegada de alunos oriundos de outros estados. Entre os anos de 1964 a 1969, o número de matrículas na escola não foi tão acentuado, principalmente entre 1965 e 1966, fato que pode ser explicado pelo crescimento da cidade, surgimento de novos bairros e de novas escolas, como o Colégio Comercial Santo Antônio (1965) e o Grupo Escolar

---

<sup>191</sup> Processo nº25463, referente a solicitação para revitalização e implantação da 5ª a 8ª série do 1º Grau, Escola Estadual do 1º Grau Antonio de Moura Andrade, de 24 de fevereiro de 1980, p.16. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina, 1980, Nova Andradina -MS,

Tarso Dutra (s/d). Entre 1966 a 1969, o número de alunos matriculados continuou próximo aos anos anteriores, não havendo grande crescimento.

Ao se registrar uma ampliação de instituições escolares na cidade e o aumento populacional na década de 1970, o grupo escolar deixa de ser representado como ícone de ensino, por não ser mais a primeira instituição de ensino na cidade, e não estar recebendo apenas parcelas seletivas de alunos.

Vale ressaltar que nos dados apresentados verificou-se uma parcialidade no que se refere aos números de matrículas dos alunos que estudaram no GEMA, pois o documento apresentava apenas alunos que foram matriculados pela instituição, mas não comprovavam que os mesmos estavam estudando na escola no ano seguinte, se davam continuidade, ou se finalizaram o ano escolar.

Em relação a quadro de funcionários, durante o período de 1968, o quadro de funcionários do GEMA estava assim organizado: 09 professores, 2 supervisores de ensino e uma secretária<sup>192</sup>.

Referente ao processo avaliativo dentro da instituição, no documento da ata de 06 de março de 1971, pode-se observar que as questões avaliativas de aprendizagem – que estavam inserindo-as dentro de um processo histórico educacional inerente ao próprio processo educacional – as provas eram elaboradas e aplicadas pela diretora da instituição de ensino, sendo uma prova para cada série, e tal aferição prevista na ata, poderia classificá-los em *Fracos*, *Médios* ou *Fortes*<sup>193</sup>.

As categorias para determinar a capacidade de aprendizagem de um aluno, caracterizando-os a partir de um termo, mostra uma educação tradicional e excludente na escola em uma visão educacional atual, mas que fazia parte do processo educacional naquele momento. Vale ressaltar também o papel da diretora como possível detentora do saber a respeito do processo de aprendizagem dos alunos, cabendo a ela elaborar as avaliações de ensino para os alunos, aplicar as mesmas avaliações em sala e ainda de decidir quem eram os alunos, *Fracos*, *Médios* ou *Fortes*<sup>194</sup>.

Já em relação às condições de trabalho, o conflito na relação entre professores e direção é evidenciado em uma das reuniões realizadas: a diretora atribuía culpa aos docentes pela má aprendizagem dos educandos; no caso, os professores deveriam aceitar a responsabilidade e suas falhas, pois segundo a diretora: “se uma classe de 60%

---

<sup>192</sup> Ata de 01 de maio de 1968, p.01

<sup>193</sup> Ata de 06 de março de 1971, p.27

<sup>194</sup> Idem, p.28

não entender, esta falha é do professor, e se apenas três ou quatro alunos não entender a falha é do aluno”<sup>195</sup>. Assim, a responsabilidade em educar e formar seria do professor, independentemente de qualquer circunstância.

Em termos organizacionais, a escola estava sob responsabilidade administrativa da 19ª Delegacia Regional de ensino com sede em Nova Andradina, e era responsável por orientar toda região de Batayporã, Anaurilândia, Ivinhema e Bataguassu sobre as questões educativas das escolas. Nas atas de reuniões, o delegado Braz Sinigaglia<sup>196</sup> falava da preocupação com a falta de recursos para as escolas da região, levantando as questões que a comunicação com o Departamento de Educação e Cultura em Cuiabá era difícil e não existiam verbas para viagens até a Capital para reivindicações de recursos para as escolas do Sul do estado, o que faziam com que os próprios professores tivessem que financiar as idas dos delegados para Cuiabá<sup>197</sup>.

A escola tinha dificuldades em comprar a merenda escolar para os alunos; as famílias contribuía com alimentos para a merenda, que era servida na maioria das vezes a Sopa Escolar e leite (leite em pó), sendo considerado pela diretora Maria Simões como alimentos que continham todos nutrientes necessários para os alunos. As famílias ainda tinham que pagar a Caixa Escolar todo semestre, com uma taxa para comprar materiais escolares e de limpeza, dependendo da série escolar do aluno. Aquelas famílias que não tinham condições de arcar com a Caixa Escolar, a Associação de Pais e Mestres ficaria responsável por contribuir com o valor dos alunos considerados de baixa renda, podendo notar aqui que a escola recebeu alunos que não tinham como contribuir com a Caixa Escolar, e não caracterizando uma escola elitista.

Essas questões sobre a falta de recursos para as escolas foram justificadas pelo estado em 1970, quando o Vice Delegado João de Lima foi para Cuiabá apurar os motivos pelos quais os recursos educacionais não estavam sendo liberados em sua totalidade para os municípios, tendo como resposta que a cidade não tinham maior verba por falta de comunicação entre a administração municipal e o estado, atribuindo culpa à gestão anterior, do prefeito Alcides Menezes de Farias (ARENA), que não repassava os números reais de habitantes da cidade anualmente, ocasionando o problema do repasse de recursos, por falta de dados objetivos. Mas em conversa com a

---

<sup>195</sup> Ata de 12 de maio de 1974, p. 47.

<sup>196</sup> Interessante notar que vários sujeitos como Braz Sinigaglia e João de Lima marcaram na história do ensino da região, tendo hoje seus nomes em escolas na cidade de Batayporã e Nova Andradina respectivamente.

<sup>197</sup> Ata, 06 de maio de 1970, p.13



Delegacia de ensino, à época o novo prefeito de Nova Andradina, Décio Azevedo Mattos (ARENA – 1970-1972), salientou que iria reverter tal erro<sup>198</sup>.

Nota-se que estado não conseguia manter uma relação direta com a parte Sul de Mato Grosso na questão educacional, não estando atento às necessidades das cidades interioranas, podendo caracterizar uma falta de fiscalização nas escolas e do sistema de ensino.

Com todos esses problemas que surgiram no grupo escolar, as fontes mostram contradições a pensar uma escola que carregava em seu nome uma representatividade e reponsabilidade por ser a primeira da cidade, tendo um modelo educacional diferenciado das outras tipologias de escola do estado, e sobretudo em relação à falta de recursos para a escola. Com base nesse contexto, é possível inserir que a participação de Moura Andrade se resumiu apenas à doação do terreno e implantação do grupo escolar, e tanto ele como a Companhia nada fizessem depois para sua manutenção.

### **3.4 – Organização educacional e práticas curriculares**

A organização estrutural do ensino do GEMA pautou-se nas normas legais da Departamento de Educação e Cultura do estado, observando as legislações e normas regimentares, que deveriam ter sempre em vista os interesses e a formação do aluno, buscando suas necessidades e possibilidades de cada região. O ensino, perante a uma legislação nacional, era pautado dentro do período da Ditadura Militar, seguindo normas e condutas impostos pela legislação do governo.

Os grupos escolares tinham em sua proposta pedagógica, ensinamentos e deveres para com a sociedade e a Pátria, estimulando no aluno o patriotismo, a fim de evidenciar os *heróis verdadeiros*.

O modelo educacional dos grupos escolares, além de prever aulas de diversas disciplinas, também determinava que era função do professor ministrar aulas de música e desenho, entre outros; ato não que não foi constatado nas atas de reunião e nos regimentos escolares.

A resolução Estadual nº 8/71, que trata sobre as mudanças da grade curricular específica, no art. 5º, a forma que as disciplinas deveriam ser desenvolvidas a partir do novo cenário político implantado e determinava no ensino do primeiro grau que:

---

<sup>198</sup> Ata, 20 de agosto de 1970, p.21

a) Nas séries iniciais, sem ultrapassar a Quinta, sob as formas de Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências (incluindo Matemática), tratadas predominantemente como atividades.

No grupo escolar as disciplinas ficariam divididas das seguintes formas<sup>199</sup>:

Matéria	Componentes	Nº de aulas por semana			
		1ª s	2ª s	3ª s	4ª s
<b>Comunicação e Expressão</b>	Língua Portuguesa	-			
	Educação Artística	-	9	9	9
	Educação Física	-			
<b>Integração Social</b>	Geografia	-			
	História	-	5	5	5
	Educação Moral e Cívica	-			
	Ensino Religioso	-			
<b>Iniciação a Ciência</b>	Ciências	-			
	Matemática	-	8	8	8
	Programa de Saúde	-			
<b>T O T A L</b>		22	22	22	22

Fonte: Grade curricular – nível I a IV, Centro Estadual de escolas recolhida de Nova Andradina, 1969.

Além da grade curricular acima, o regimento escola de 1965 ainda previa algumas regulamentações referente ao ensino do estado, estabelecia que:

Art.76 – Para o ensino de língua estrangeira – moderna, educação moral e cívica, educação artística, programa de saúde e educação física, sempre que possível e respeitando legislação própria aplicável a cada um deles, organizar-se-ão classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento e desenvolvimento<sup>200</sup>.

Desta forma, para analisar o contexto histórico educacional e do currículo do Grupo Escola Moura Andrade, se fez necessário entendê-lo mediante novos direcionamentos para educação e do pensamento pedagógico, relacionado a várias questões de poder e de práticas educacionais. Silva determina que:

<sup>199</sup> O documento sobre a grade curricular – nível I a IV não especificava a quantidade de aulas para cada disciplina na 1ª série do ensino.

<sup>200</sup> REGIMENTO ESCOLAR DE 1965. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina, 1965, p.31.

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.<sup>201</sup>

Nesta perspectiva, o currículo perpassa por diversas ideologias, de modo que produz o mundo social, se tornando uma prática propícia para manutenção das relações em que estão inseridas. Conforme a salienta Moreira e Silva (1997, p. 28), o currículo deve ser visto como “[...] um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”<sup>202</sup>. Sendo assim, a escola passa a ser ambiente de ditar regras na formação do aluno, impondo o que considera importante para se aprender; e como educar.

Desta forma, pode-se considerar o currículo escolar como uma realidade histórica, social e cultural previamente determinada, e sua elaboração parte de um processo social ao lado de fatores epistemológicos, intelectuais e determinantes sociais, com interesses religiosos, simbólicos e culturais. Com isso, a escola e o professor tornam evidente suas visões de mundo, assumindo posturas mais tradicionais ou mais libertadoras no desenvolvimento do currículo.<sup>203</sup>

No dia 11 de agosto de 1971, foi promulgada a lei 5692/71 que determinava a obrigatoriedade de ensino, passando de quatro para oito anos, unindo o primário com o ginásial, caracterizando os componentes curriculares a partir de disciplinas.

De acordo com diário escolar da professora Maria José Rangel Miglioli, da 4ª série, de 1973, os conteúdos trabalhados em sala de aula eram:

#### **Quadro 08 – Diário de Classe da 4ª série, 1973.**

<b>Disciplina</b>	<b>Conteúdo</b>
Português	<ul style="list-style-type: none"><li>• Adjetivo, gênero, número e grau.</li><li>• Artigo Definido e Indefinido.</li><li>• Leitura: Ditado e Redação.</li></ul>

<sup>201</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996, p.23.

<sup>202</sup> MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p.28

<sup>203</sup> JESUS, Adriana Regina de. Currículo e Educação: Conceito e questões no contexto educacional. In *VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO da PUCPR*, Anais, 2008, p. 2641.

Matemática	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operação de Adição e Subtração.</li> <li>• Adição e subtração de decimais.</li> <li>• Números Primos.</li> </ul>
História	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expedições exploradoras.</li> <li>• Expedições guarda-costas.</li> <li>• Expedições colonizadoras.</li> <li>• Capitânicas Hereditárias.</li> </ul>
Ciências	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As células do organismo.</li> <li>• Aparelho respiratório.</li> </ul>
Geografia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relevo do Brasil</li> <li>• Bacias Fluviais – Amazônia</li> <li>• Platina e São Francisco</li> <li>• Bacias secundárias</li> </ul>
Educação Moral e Cívica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A família.</li> <li>• A escola e a vizinhança.</li> <li>• Dia da Pátria.</li> </ul>

Fonte: Diário de Classe da 4ª série, Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina, 1973.

A partir do quadro 08, a proposta de trabalho dos conteúdos pela professora pode ser pensada como uma construção do ensino quanto à produção histórica. E esses conceitos de História que vem dos programas e currículos existiam basicamente para identificar o passado, renegando característica de representações do real, que são elaboradas e (re)laboradas a todo momento. E a História enquanto disciplina, neste período de 1973, ganham espaço apenas para os agentes *visíveis* nesse momento social, no caso, o estado.

Os conteúdos elencados no quadro são partes integrantes de um currículo escolar, que pode ser definido como sendo *oficial* daquilo que se diz como conhecimento válido e datado como importante. Desta maneira, o currículo escolar do GEMA é uma expressão de uma construção social, enquanto associada a um terreno de produção política e cultural. Os conteúdos escolares, de forma geral, transmitem uma ideologia imposta por um período, como, por exemplo, na disciplina Educação Moral e Cívica, existindo com uma função específica e se legitimando dentro de um momento histórico que se insere. Em especial os conteúdos de História citados no quadro, apresentam em sua composição apenas questões *expedicionárias* e *colonizadoras*, não mostrando as diversas questões sociais e culturais que podem ser trabalhadas nos conteúdos sobre Brasil Colonial (América Portuguesa).

Elza Nadai destaca que os conteúdos trabalhados na História do Brasil até a década de 1980 traziam uma abordagem que realçava o país irreal, ao trabalhar o

branco, o negro e o indígena na história em um ambiente sem conflito, para a construção da Pátria<sup>204</sup>. Nadai, expõe que as disciplinas escolares durante o Regime Militar, principalmente a História estava relacionada a uma ideologia implantada no golpe de 1964, que estabeleceria o ensino a serviço do regime ditatorial, na formação de sujeito dóceis e obedientes. O ensino estava a mercê do regime, provocando o esvaziamento do sentimento crítico dos alunos e uma glorificação dos autoproclamados heróis<sup>205</sup>.

Sobre esse período, o funcionamento do GEMA estava inserido em um momento histórico onde as estruturas políticas do país haviam mudado. Segundo os pesquisadores Kaufmann e Martins (2009), a partir do Golpe Militar, ocorreu um rompimento com vários padrões já institucionalizados pelo governo anterior, entre essas rupturas e mudanças a educação sofreu várias transformações, com o objetivo de reestruturar e disciplinar a sociedade, atendendo às prerrogativas do sistema.

Dentro desse contexto de Regime Militar algumas disciplinas surgiram a fim de legitimar essas prerrogativas, a lei 869/71 determinava a implantação da disciplina Educação Moral e Cívica, e a implantação de novos parâmetros curriculares para as disciplinas de Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde. E o Regime Militar garantiria a continuidade de algumas disciplinas, modificando-as e incluiria outras para firmar suas ideologias para a Segurança Nacional.

A própria lei 869/71 deu ênfase à Educação física, pois segundo a lei, manteria os jovens afastados de atividades “perigosas” e “ilícitas”, com isso, só teria continuidade de algumas disciplinas, como Educação Física com sua base curricular alterada para uma ideologia do Governo Militar. Nas palavras de Assis:

[...]O que se percebia era: o uso da repressão e da censura ao ensino; a introdução de disciplinas que defendiam a Ideologia de Segurança Nacional; o encerramento dos diretórios e grêmios estudantis e sua substituição pelos denominados “centros cívicos escolares”, que eram tutelados e submetidos às autoridades oficiais.<sup>206</sup>

Outra atividade que ocorreu durante o período do Regime Militar, e que estava presente na escola foi o Centro Cívico Escolar. O GEMA implantou o Centro Cívico

---

<sup>204</sup> NADAI, Elza. *O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva*. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.13. n°25/26, p.143/162. Set. 92/Ago. 93, p.150 - 152

<sup>205</sup> Idem, p.158.

<sup>206</sup> ASSIS, Renata Machado de. *A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos*. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul. /dez. 2012, p. 336

Escolar e teve como supervisora a diretora Maria Mendonça, duas professoras e um representante dos alunos. Esse Centro Cívico Escolar - que esteve em funcionamento entre 1971 a 1986, foi criado pelo Regime Militar a partir do decreto 68.065/71 – e tinha como função promover atividades extraclases. Essas atividades eram realizadas aos sábados no grupo escolar, fora aquelas já estipuladas em calendários pelas atividades cívicas, onde os alunos aprendiam sobre questões disciplinares, jurídicas, assistenciais e recreativas.

Segundo regimento escolar, para a criação do Centro Cívico Escolar era estabelecido que:

Art.69 – Centro Cívico Escolar será organizado dentro dos critérios estabelecidos pelo Estatuto próprio e com a colaboração da Associação de Pais e Mestres.

Art.70 – Participarão do Centro Cívico Escolar os alunos, pais e mestres, tendo na Supervisão o Diretor do Estabelecimento ou a quem delegar competência.

Art.71 – Competirá ao Centro Cívico Escolar promover a integração do Estabelecimento com a comunidade escolar, bem como, promover comemorações e atividades cívicas<sup>207</sup>.

A escola deveria representar exemplos de vivência em sociedade, de como um sujeito deve se comportar em sociedade, e era função do Centro Cívico dar subsídios para uma melhor formação do aluno, assim como emanar os ideários civis e morais para a comunidade local. O órgão tinha como objetivo desenvolver nos alunos e na sociedade os costumes do regime vigente.

As atividades cívicas eram realizadas a partir de um cronograma proposto pelo grupo escolar, como exposto no quadro abaixo:

**Quadro 09 - Atividades Cívicas no Grupo Escolar Moura Andrade**

	<b>Evento</b>	<b>Dia</b>
<b>1.</b>	<b>Dia dos Animais</b>	15 de março
<b>2.</b>	<b>Dia da Revolução</b>	31 de março
<b>3.</b>	<b>Dia mundial da Saúde</b>	07 de abril
<b>4.</b>	<b>Dia do Pan-Americano</b>	14 de abril

<sup>207</sup> REGIMENTO ESCOLAR DE 1980. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Caixa s/n. Nova Andradina-MS, p.29-30.

<b>5.</b>	<b>Dia da Conservação do solo</b>	15 de abril
<b>6.</b>	<b>Dia do livro</b>	18 de abril
<b>7.</b>	<b>Tiradentes</b>	21 de abril
<b>8.</b>	<b>Fundação de Brasília</b>	22 de abril
<b>9.</b>	<b>Descobrimento do Brasil</b>	22 de abril
<b>10.</b>	<b>Celebração da 1ª missa</b>	26 de abril
<b>11.</b>	<b>Dia do trabalhador</b>	01 de maio
<b>12.</b>	<b>Dia das mães (maio)</b>	2º domingo
<b>13.</b>	<b>Abolição da escravatura</b>	13 de maio
<b>14.</b>	<b>Dia do Anchieta</b>	09 de junho
<b>15.</b>	<b>Batalha de Riachuelo</b>	11 de junho
<b>16.</b>	<b>Dia do Solo</b>	01 de agosto
<b>17.</b>	<b>Dia do Papai (agosto)</b>	2º domingo
<b>18.</b>	<b>Dia do Folclore</b>	22 de agosto
<b>19.</b>	<b>Dia da Saudade</b>	25 de agosto
<b>20.</b>	<b>Dia da Pátria</b>	07 de setembro
<b>21.</b>	<b>Dia da Árvore</b>	21 de setembro
<b>22.</b>	<b>Dia do ancião</b>	27 de setembro
<b>23.</b>	<b>Semana dos bons dentes</b>	22 a 27 de setembro
<b>24.</b>	<b>Semana erradicação da malária</b>	23 a 28 de setembro
<b>25.</b>	<b>Dia das aves</b>	05 de outubro
<b>26.</b>	<b>Dia das crianças</b>	15 de outubro
<b>27.</b>	<b>Dia do descobrimento da América</b>	12 de outubro
<b>28.</b>	<b>Dia do professor</b>	15 de outubro
<b>29.</b>	<b>Semana da ASA</b>	15 a 23 de outubro
<b>30.</b>	<b>Dia do aviador</b>	23 de outubro
<b>31.</b>	<b>Dia das Nações Unidas</b>	24 de outubro
<b>32.</b>	<b>Dia da Bandeira</b>	19 de novembro
<b>33.</b>	<b>Proclamação da Republica</b>	15 de novembro
<b>34.</b>	<b>Campanha da Saúde e Nutrição</b>	Março

Fonte: Atividade Cívica a serem elaborada, 1974. Centro Estadual de Escolas Recolhidas, Nova Andradina – MS.

As atividades realizadas nos dias cívicos retratam uma valorização do Nacionalismo, com datas que comemoravam sobre a Pátria, a bandeira, Pan-Americano e outras que legitimavam um “amor” pelo Brasil e exaltava o sentimento de brasilidade (ufanismo), que deveriam estar aliadas às disciplinas. Dentro do Programa de Saúde, as atividades como Semana dos Bons Dentes, Semana da Erradicação da Malária se justificariam; tais atividades seriam também responsáveis por proporcionar uma relação da escola com a comunidade, onde os alunos em conjunto com a comunidade escolar se uniriam para realizar as campanhas.

A ideia de Descoberta do Brasil e da América colocada nas atividades cívicas cria um fio condutor de que o processo histórico se centralizou na colonização portuguesa. Desta forma, ao comemorar o dia da “Descoberta”, procurou-se negar a condição de país colonizado e conquistado, criando a ideia de Nação, em que o discurso histórico enfatiza uma colaboração pacífica entre europeus, indígenas e africanos. Portanto, as atividades curriculares e cívicas no Centro trazem temas de uma época com os explícitos e os silêncios, com conteúdos que foram determinados pelas ideias de Nação, de Cidadão e de Pátria, e que pretendiam se legitimar na Escola<sup>208</sup>.

Em relação a comemoração do dia da Revolução em 31 de março, que consta no documento das atividades cívicas, é exemplo de uma denominação que é construída perante determinado momento histórico e que vai se alterando com o tempo. Atualmente, é recorrente entre a maioria dos historiadores que o termo utilizado para o estudo sobre o 31 de março, é caracterizado como o dia do Golpe Militar de 1964 (COGGIOLA, 2001; FERREIRA & NUMERIANO, 1993). O uso da terminologia *golpe* refere-se à ilegitimidade e violência, passando a denominar todo movimento de subversão da ordem constitucional, algo a ser evitado pelos militares em seus discursos naquele momento, pois o uso do termo Revolução se adequaria mais, quando este representaria para o governo uma mudança nas estruturas da sociedade para melhor.

Os mecanismos criados como o Centro Cívico tinham como função propagar sobre as questões políticas, sociais e culturais vigentes naquele momento, como também realizar integração com a comunidade local. Pelas datas comemorativas, pode ser analisado que o contexto histórico do ensino escolar tanto no GEMA ou Nacional,

---

<sup>208</sup> ATIVIDADE CÍVICA A SEREM ELABORADA, 1974. Caixa s/n. Centro Estadual de Escolas Recolhidas, Nova Andradina – MS.



seguiram uma educação tradicional baseada em princípios racionalistas, com métodos de ensino disciplinadores, com o objetivo de formar, cultivar e disciplinar.

Em agosto de 1974, com a extinção da tipologia grupos escolares<sup>209</sup>, o GEMA se torna Escola Estadual de 1º Grau Antônio de Moura Andrade. Até final de agosto do mesmo ano, o grupo escolar ficou com 10 salas funcionando no período matutino e 8 salas no vespertino.

Em 1998 por meio do decreto nº 9104, a escola muda sua nomenclatura para Escola Estadual “Antônio Joaquim de Moura Andrade”. A escola fica em poder do estado até 2011, sendo a última diretora como escola estadual a professora Nicéia Aparecida de Souza Dias, e em 25 de janeiro de 2011 a escola foi integrada ao Centro Estadual de Escolas Recolhidas conforme o Decreto nº 13.110.

Desta forma, a partir dessas análises, a documentação acerca da escola possibilitou entender as relações que se estabeleceram com a cidade, seja para entender o processo de formação de Nova Andradina, com a migração para a cidade a partir de documentos de matrículas, como também práticas sociais realizadas em espaço escolar que podem estar relacionadas à sociedade novaandradinense.

A própria ideia de uma escola de elite não se firma em Nova Andradina, como também em outras cidades de Mato Grosso, pois a estrutura financeira do grupo se mostrou (principalmente mediante os relatos expostos nas atas) que era frágil, não tendo verbas para manutenções básicas da escola, tendo que receber contribuições das famílias.

Portanto, com base na documentação estudada até o momento, considera-se que o GEMA parte de início de um princípio educacional, que favoreceu algumas pessoas localizadas na área urbana entre os anos 1958 a 1964 - momento no qual a cidade estava crescendo, com pouco moradores na área urbana em que foi implantada –, mas que não se perpetuou por diversos motivos, seja por questões de investimentos do estado para um grupo escolar em uma cidade pequena, pela criação de outras escolas que concorreram com o ensino do grupo escolar, ou o crescimento populacional, em que vários alunos de diversas classes sociais começaram a estudar na escola.

---

<sup>209</sup> Os grupos escolares começaram a ser extinguidos a partir de 1971 (VIDAL, 2006), em Mato Grosso esse processo irá durar até final da década de 1970.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa cujos resultados foram apresentados nesta dissertação, buscou compreender o processo de implantação do Grupo Escolar Moura Andrade, tendo em vista que sua criação culminou com o processo de fundação da cidade de Nova Andradina. Percorreu-se estudos que demonstraram como ocorreu o processo de colonização da cidade, a participação dos diversos sujeitos, bem como as articulações políticas que foram realizadas em torno desse interesse, sinalizado pela presença intensiva de migrantes, as relações de trabalho, do Moura Andrade e a Colonizadora.

A pesquisa assentou-se no levantamento e análise das fontes documentais como registros escolares, jornais esporádicos; das fontes imagéticas e dos relatos orais. Diversos percalços ocorreram durante a realização da pesquisa, como a dificuldades relativas ao acesso às fontes e a difícil localização e catalogação dos arquivos referente a escola resultou em esforço e tempo a mais para ser feito a triagem dos documentos da escola com base no recorte histórico, mas cuja análise permitiu alcançar resultados satisfatórios para a dissertação.

A problemática em torno do estudo sobre o Grupo Escolar Moura Andrade possibilitou evidenciar questões sobre o seu funcionamento e os diversos sujeitos que frequentaram a escola entre 1959 a 1974. Desta maneira, foi possível identificar que o grupo escolar esteve relacionado com a figura de Moura Andrade, inicialmente pelo fato do mesmo ter cedido o terreno e possibilitado a construção da escola, como também a escola carregar seu nome.

A partir dos documentos analisados, foi possível compreender durante a pesquisa vários pontos sobre a colonização de Nova Andradina, seja no processo de colonização e das relações de empregado e empregador durante o período e das práticas exercidas pela Companhia, os quais podem ter gerado comportamentos coletivos. Desta forma, se fez necessário entender o processo de colonização da cidade, pois foi necessário contextualizar o período histórico até a implantação do grupo escolar, que possibilitou compreender algumas documentações referente a instituição, como as fichas de matrículas, a doação de terreno e construção da escola pela Companhia. Portanto, entender como a cidade estava caracterizada ajudou a evidenciar e analisar o contexto do grupo escolar.

Sendo assim, neste contexto do processo de colonização, que marcou uma parte significativa da história do Sul de Mato Grosso, pode ser observada no trabalho com

relação a Companhia e Moura Andrade, em que a ideia do colonizador que esteve e está de alguma forma ligada a um *herói e salvador*, usava de mecanismo para enaltecer sua figura de desbravador e de um homem que “dará terras” para trabalhadores necessitados, criando a ideia de que Moura Andrade conceberia *seu próprio plano de reforma agrária*.

Em relação aos grupos escolares foi possível perceber que sua implantação em Mato Grosso se deu de forma lenta e dificultosa, pois de início ao se comparar com o modelo educacional implantado em São Paulo, notou-se que o mesmo não se adequava à realidade do território mato-grossense por várias questões sociais e econômicas ao que se tinha condição de implementar no extenso território de Mato Grosso. Isto fez com que a instalação dos grupos escolares inicialmente entre 1910 a 1920 ocorresse apenas em cidades com um maior índice populacional e desenvolvimento urbano, conforme destacava o próprio regulamento de 1910.

Em relação à pesquisa sobre instituição educacional na cidade de Nova Andradina, buscou-se: “[...] mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é [...] tentar responder à questão de fundo: o que esta instituição singular instituiu?<sup>210</sup>”.

A pesquisa tinha como proposta e hipótese inicial mostrar como o GEMA foi instalado em Nova Andradina e que o mesmo se destinava a uma elite local; assim, durante a realização da dissertação as hipóteses foram alteradas e outras propostas foram mantidas, pois ao analisar as documentações sobre o GEMA, foi possível comprovar que a escola não se firmou como uma instituição de elite, mesmo com a pretensão de nascer grande. O que pôde ser evidenciado foi que a escola durante sua primeira década de funcionamento recebeu um grupo de alunos seletos, mas não se pode afirmar como sendo uma elite, seja por sua localidade ou pelo acesso dificultoso a escola; visto que esse aspecto demandaria estudos mais aprofundados que não foram possíveis para o processo de mestrado em curso.

E o GEMA não se firmou com uma escola grandiosa, pelo fato da cidade não ter grande visibilidade para o estado. A escola teve durante seu funcionamento vários problemas estruturais como a falta de recursos, tendo que as famílias contribuírem para a merenda escolar e a difícil comunicação entre a cidade e a capital do estado prejudicou ainda mais que a escola funcionasse de forma eficaz.

---

<sup>210</sup>SANFELICE, 2006, p.24.

Ao revisitar os estudos sobre a implantação dos grupos escolares em Mato Grosso e no sul do estado, e colocá-las a dialogar com os estudos realizados sobre o GEMA foi possível perceber algumas questões, como: seu processo de implantação, sua instalação e aprovação para funcionamento. O regulamento de 1927 que dispôs sobre a implantação dos grupos escolares determinava que: “Os grupos escolares terão, no mínimo, oito classes, e serão criados onde houver, pelo menos, num raio de 2 quilômetros, 250 crianças em idade escolar<sup>211</sup>”, já o GEMA de início teve uma construção para quatro salas e que atendeu em média 120 alunos na área urbana da cidade, não considerando as crianças em idade escolar que moravam nas fazendas, fato observado na documentação relativa aos dados de matrícula e inscrição de alunos, evidenciado durante a dissertação, o que pode ser uma singularidade em sua implantação.

O estado ainda previa diversas normativas para a implantação de uma instituição escolar. Caso a instituição não obedecesse aos critérios para se configurar um grupo escolar, seria implantado outra tipologia de escola, como: escola isolada, reunida ou rural.

Em relação ao Grupo Escolar Moura Andrade, nem todos esses critérios foram respeitados, pois a escola conseguiu autorização para funcionamento mesmo não cumprindo o número mínimo de alunos e uma estrutura arquitetônica mínima determinada pelo estado, e também com base no regulamento de 1927, não poderia ser instalado um grupo escolar em uma cidade, quando a mesma não tivesse outra tipologia de escola.

Esse movimento de mudança de escolas para grupo escolar aconteceu com diversas localidades em Mato Grosso, a título de exemplo cite-se o Grupo Escolar de Bataiporã<sup>212</sup>, situado em Batayporã, cidade limite com Nova Andradina, que tinha uma escola rural na região da cidade desde 1955 e se tornou grupo escolar em 1962, sendo esse o percurso normal que cada escola no estado deveria seguir para instalar uma escola dessa natureza.

O trabalho objetivou indicar como esse processo teria ocorrido, uma das questões levantadas foi a relação de poder e influência que Moura Andrade teria no

---

<sup>211</sup> Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, 1927, p.03.

<sup>212</sup> Ver mais: BOBADILHA, Thierry Rojas. *Educação Primária no Sul de Mato Grosso: o Grupo Escolar de Batayporã - MT (1955-1974)*. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Educação. Dourados: UFGD, 2016.

meio político, para possibilitar a implantação dessa tipologia de escola na cidade. Os documentos não afirmaram esse poder de Moura Andrade para possibilitar a implantação do grupo escolar na cidade, o que foi possível evidenciar foram as contradições em que o GEMA foi implantado, realçando uma influência externa para que isso ocorresse.

E a ideia de uma escola *nascer grande*, com a tipologia de ensino diferenciada considerada pelo governo, em uma cidade nova faz com que ela ganhasse um diferencial, não de que foi moderna, melhor, ou que a cidade a representou grande, mas que ela se tornou única nesse cenário. E até hoje é sinônimo de ícone na cidade, existindo até uma proposta de torná-la patrimônio histórico cultural da cidade, mas que ainda não foi votada.

O estudo pautou-se no contexto histórico entre os anos de 1959 a 1974, permeando o Regime Militar. Em decorrência desse cenário algumas questões se tornaram mais evidentes, em diversos momentos no currículo escolar do GEMA observou-se a inserção de disciplinas representativas da ideologias do regime; e o Centro Cívico possibilitou compreender esses assuntos, de como o momento histórico influenciava a escola, e a forma que a escola participava nesse contexto com a adoção de procedimentos básicos que disseminava valores, como a moral, família, disciplina; elencados a um simbolismo nacionalista, como amor a bandeira e a pátria; valores estes inseridos nas propostas de trabalho desenvolvidas no ambiente escolar.

Sendo assim, da documentação localizada e consultada emergem questionamentos que sustentam outros trabalhos de pesquisa: análises do currículo escolar, formação de professores, Ensino de História no contexto do Regime Militar, a histórias de professoras dentro e fora do ambiente escolar na cidade de Nova Andradina, práticas do Centro Cívico nas escolas; dentre outras.

Por meio do diálogo proposto entre a história da instituição e Nova Andradina, foi possível evidenciar os diversos interesses, seja econômicos, políticos ou religiosos que interferiram diretamente na escola. Desta forma, as discussões mostraram que a implantação do modelo educacional do grupo escolar - laica, gratuita, moderna e métodos pedagógicos - que representava inovação no ensino, não atuou no GEMA desta maneira.

Por fim, as contribuições deste trabalho direcionam-se no sentido de inserir no debate historiográfico um avanço no estudo sobre instituição escolar no campo da História, sendo objeto de estudo significativo no campo da pesquisa histórica.

## **FONTES**

### **5.1 DOCUMENTOS.**

ATIVIDADE CÍVICA A SEREM ELABORADA, 1974. Caixa s/n. Centro Estadual de Escolas Recolhidas, Nova Andradina – MS.

DECRETO DE CRIAÇÃO DA CIDADE DE NOVA ANDRADINA. Diário Oficial. Folha 1.221. Nova Redação, Artigo 1º. da Lei nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958. Arquivo digitalizado. Museu de Nova Andradina. Nova Andradina-MS.

DIÁRIO DE CLASSE DA 4ª SÉRIE DE 1973. Caixa s/n. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Caixa se/n. Nova Andradina – MS.

ENCONTRO REGIONAL. Associação dos Municípios do Sul Matogrossense. Arquivo digitalizado - Folheto. Museu de Nova Andradina, 1964. s/p.

FICHAS DE MATRICULAS DE ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR MOURA ANDRADE ENTRE 1964-1971, DA 1ª A 4ª SÉRIE. Centro Estadual de Escolas Recolhidas De Nova Andradina. Caixa s/n. Nova Andradina-MS.

GRADE CURRICULAR 1º GRAU – NÍVEL I A IV DE 1969. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Caixa s/n. Nova Andradina,

GRUPOS ESCOLARES NO MATO GROSSO ATÉ 1954. APMT/DEC - Departamento de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, Relação de grupos escolares e escola reunidas. Cópia de ofício. Arquivo Público de Mato Grosso. 16 de janeiro de 1954.

LIVRO ATA DE REUNIÕES DE PROFESSORES ENTRE 1968 A 1974. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Caixa s/n. Nova Andradina – MS.

MATRÍCULAS DE ALUNOS DA 1ª A 4ª SERIE DIURNO DE 1960. Centro Estadual de Escola Recolhidas de Nova Andradina. Livro Ata. 1960. Nova Andradina-MT.

MATRÍCULAS DE ALUNOS DA 1ª A 4ª SERIE DIURNO DE 1970. Centro Estadual de Escola Recolhidas de Nova Andradina. Livro – ata. Caixa s/n. Caixa s/n. 1970. Nova Andradina-MS.

MENSAGEM DIRIGIDA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, PELO 1º VICE – PRESIDENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Coronel Pedro Celestino Correa da Costa. Livro 48. APMT - Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso. Cuiabá, 13 de maio 1910.

PROCESSO Nº25463 - REFERENTE A SOLICITAÇÃO PARA REVITALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA 5ª A 8ª SÉRIE DO 1º GRAU, Escola Estadual do 1º Grau Antônio de Moura Andrade, Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina – MS. Caixa s/n, 1980, 14/06/1982.

REGIMENTO ESCOLAR DE 1965. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Caixa s/n. Nova Andradina.

REGIMENTO ESCOLAR DE 1980. Centro Estadual de Escolas Recolhidas de Nova Andradina. Caixa s/n. Nova Andradina-MS.

REGULAMENTO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Leis e Decretos. Livro nº 4 - Leis e Decretos de 1893 a 1896. Decreto Nº 68, p. 66-100. APMT. Cuiabá, 20 de junho de 1896.

REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Decreto n. ° 265, Livro 213, p. 119 a 153. Arquivo Público de Mato Grosso - APMT. Cuiabá, 22 de outubro de 1910.

REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 1927. – Leis e Decretos. Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, fl. 163-227. Arquivo Público de Mato Grosso - APMT Cuiabá, 22 de abril de 1927.

RELATÓRIO APRESENTADO PELO PROFESSOR FRANKLIN CASSIANO DA SILVA AO SECRETARIO GERAL DO ESTADO. Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso. Cuiabá, 25 de fevereiro de 1943.

## 5.2 SITES

MENSAGENS DE PRESIDENTE. Livro U1333. Getúlio Vargas. Índice Colonização. Brasil, 1952, p.321. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1333/000304.html>. Acesso em: 20/12/2015.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL: SÉRIE REGIONAL, PARTE XXII - MATO GROSSO. Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. 381fls. 1 de setembro de 1940, p.01. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000474/sinopse19391940mt/sinopse19391940mt.pdf>. Acesso em: 22/03/2017.

## 5.3 - JORNAIS

JORNAL D'OESTE. *Nova Andradina na visão de um pioneiro*. Nova Andradina – MS, 1989, p.01, s/n. Arquivo digitalizado – Jornais. Museu de Nova Andradina.

JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO. “*Estão vendendo terras em Mato Grosso*”: Cuiabá, 21 de novembro de 1954, nº2485, p. 01.

O PROGRESSO, Jornal. *Nova Andradina – Obra de Gigante, terra abençoada*. 03 de junho de 1962, ano XI, nº458, p.06. Dourados - MT. Centro de Documentação Regional -CRD-UFGD.

O PROGRESSO, Jornal. *Um sonho de imortalidade*. Brotas – SP. Dezembro de 1973, s/n. arquivo digitalizado – Jornais. Museu de Nova Andradina.



## 5.4 - ENTREVISTAS

ENTREVISTA. Antonio Fernando de Andrade Prado, (Sonorização). Produção: Claudinei Araújo dos Santos, Nova Andradina, 16/02/2010: 54min. In SANTOS, Claudinei Araújo. A região em análise: A política e a Igreja no processo de colonização de Nova Andradina-MS. Dissertação de Geografia – UFMS/CPTL, 2015.

ENTREVISTA. Leandro. Produção: Antônio Marcos Dias, 2011. In DIAS, Antônio Marcos. Narrativas orais entre mitos, lendas e realidade: um estudo de caso sobre a Fazenda Primavera (Monografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Nova Andradina, 2011.

ENTREVISTA. Leandro. Produção: Kelly Ribeiro, 2011.

ENTREVISTA. Leona Silva Oliveira. Produção: Kelmi Rejane de Souza Soto, 02/05/2010, 58min.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Dióres Santos. *Recortes*. Presidente Prudente: Impress.

ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: nº23, 1994.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: Ed. da UEL, 1997. Autores Associados; HISTEDBR; Caçador: UnC, 2003. p.209-217.

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. In: *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao construído (1892-1997)*. 1997. 2.v. Tese (Doutorado em história social) – FFLCH/USP, São Paulo.

BONFIM, Juliana Sanches Silva. *Colonização Particular: Atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940-1960)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados. 2009.

BUFFA, E. *Arquitetura Escolar*. São Paulo: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991.

CARLI, Maria Aparecida F. *A Colônia Agrícola Municipal de Dourados: colonização e povoamento (1946-1956)*. Dourados, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteadó. Educação e positivismo: algumas reflexões. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org) *Temas de pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador: UnC, 2003. p.209-217.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. 2ª edição. Editora Dipel.1988.

CHESNAIS, François (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1980.

CORDEIRO, Caio Nogueira Hosannah. *Arquitetura Escolar em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1996.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*. Campo Grande, MS:Ed. UFMS, 1995.

\_\_\_\_\_, Valmir Batista. História e violência cotidiana de um “povo armado” In: *Projeto História*, São Paulo, n.39, pp. 57-73, jul/dez. 2009.

CUNHA, Eduardo Ferreira da. *Grupo Escolar, Escola normal e Escola Modelo “Palácio Da Instrução De Cuiabá” (1900-1915): Arquitetura e Pedagogia*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT Programa de Pós – Graduação em Educação – IE. Cuiabá, 2009.

DIAS, Antônio Marcos. *Narrativas orais entre mitos, lendas e realidade: um estudo de caso sobre a Fazenda Primavera* (Monografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus de Nova Andradina, 2011.

DUTRA, C. A.S. *Território Ofaié Pelos Caminhos da História: Reencontro e Trajetória de um povo*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2004. Disponível em [5http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000305.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000305.pdf) Acesso em 23 de Novembro de 2016 [dissertação de mestrado].

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura escolar como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

FARIA FILHO, L. M. de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*, Passo Fundo: UPF, 2000.

FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil*. III. CEDLA Latin América Studies; 56: 1990.

FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência*. 1968.

436 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente.

FIGUEIREDO, Charlene Correia. *Grupo Escolar Luiz de Albuquerque: Sua história no processo de institucionalização do ensino primário público em Corumbá - MT (1908-1930)*. Dourados, MS: PPGEd/FAED/UFGD, 2013 . (Dissertação de Mestrado).

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Tradução de Maria Júlia Goldwassar. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FURTADO, Alessandra Cristina. Arquivos, fontes e instituições: um itinerário de pesquisa sobre o arquivo do colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960). In: *Patrimônio e Memória*. São Paulo: UNESP, v. 8, n. 2, p. 186-209, julho-dezembro, 2012.

GARRIDO, Joan de Alcázar. As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate. In *Revista Brasileira de História*. Organização da Associação Nacional dos Professores Universitários de História – São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 13, nº 25/26, agosto 1993,

GOMES, M.A.V. Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico: diagnóstico sócio-econômico-ecológico do Estado do Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2ª aproximação – principais atividades econômicas por setor e processo histórico de ocupação – parte I (nível compilatório). Cuiabá, *Mato Grosso: Projeto de desenvolvimento agroambiental do Estado do Mato Grosso – PRODEAGRO*. 2001.

GONÇALVES, Arlene da Silva. *Os Grupos escolares no estado de Mato Grosso como Expressão da Política Pública Educacional: O Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910-1950)*. Campo Grande. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, 2009.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde – A colonização em Alta Floresta/Mato Grosso. Campinas*. 177 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. 1986.

\_\_\_\_\_, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política e colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: Unicen, 2002

\_\_\_\_\_, Regina Beatriz. *A cidade simbólica: inscrições no tempo e no espaço*. In: *Revista Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 143-155, junho 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEINST, Andreia de Cássia. Mato Grosso e a comercialização dos seus “Espaços Vazios” durante as décadas de 1950 e 1960. In BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 301.

JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891 a 1927*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

JESUS, Adriana Regina de. Currículo e Educação: Conceito e questões no contexto educacional. In *VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO da PUCPR, Anais*, 2008, p. 2638 – 2651. PUCPR.

LEITE, Gervásio. *Um século de Instrução Pública (história do ensino primário em Mato Grosso)*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1971.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. *Alagoinhas: A Ferrovia E A Cidade Moderna (1880-1930)*, 2007.

LENHARO, Alcir. Em nome do progresso: a colonização de Mato Grosso nos anos 40 e 50. São Paulo, jul. 1983. Relatório de Pesquisa. Mineografada.

\_\_\_\_\_. *A Sacralização da Política*. 2. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1986a.

\_\_\_\_\_. *A Terra Para quem Nela Não Trabalha: (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*. Revista Brasileira de História, v. 6, n. 12. 1986b.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARÇAL RIBEIRO, P. R. *Educação Escolar no Brasil: Problemas, Reflexões e Propostas. Coleção Textos*, Vol. 4. Araraquara, UNESP, 1990.

MARCILIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8 (1): 24-70, maio de 1996.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu . (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MORENO, Gislaene. *O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso*. Geosul. Florianópolis, v.14, N.27, p.67-90, jan./jun. 1999.

\_\_\_\_\_, *Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. 1993. 620 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais Investigações em Psicologia Social*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5ª ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*” :os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943 - 1960) / Dourados-MS : UFGD, 2014.

NADAI, Elza. *O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva*. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.13. nº25/26, p.143/162. Set. 92/Ago. 93

NETTO, Guido. P. *Nova Andradina: 46 anos de história*. Nova Andradina: Jornal O Independente, [200-].

NÓVOA A. (coord). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. A Colonização do Estado Novo em Mato Grosso, 1937-1945: O discurso e a história. In: *Fronteiras*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p.13-26, jul-dez, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. In: *Política & Sociedade*, nº12, p. 13-21, abril de 2008.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Editora Vozes. Petrópolis, 1986.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. *Reformas educacionais Mato-Grossenses e a institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930)*. In: Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 1, n.1, p.105-129, jan/jun. 2009.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da Era das Cadeiras Isoladas á Era dos Grupos Escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

PIOVESANA, Rodrigo. *Cidade em movimento : um estudo sobre a reinvenção do espaço urbano por adictos de Marechal Candido Rondon – Paraná – Dourados, MS : (Dissertação de Mestrado – História) UFGD, 2007. p. 15.*

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, ALESSANDRO. *A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais*. Tempo, V. 1, n.2, p.59-72, 1996.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó . *Uma esquina nos confins do Brasil: O Sul do Mato Grosso colonial e Suas Vias de Comunicação (Projetos e Realidades)*. *Fronteiras- Revista de História da UFGD*, Dourados, v.11, n.19, p.197-227, jan/jun. 2008.

RAGAZZINI, Dário. “Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?”. In: *Educar em revista* n. 18/2001. Curitiba: Editora UFPR, 2001 p. 13-28

REIS, Rosinete Maria dos; Sá, Nicanor Palhares. *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

REIS, Rosinete Maria dos. A Implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso. In: Nicanor Palhares Sá; Elizabeth Madureira Siqueira; Rosinete Maria dos Reis. (Org.). *Instantes e Memórias na História da Educação*. Brasília; Cuiabá: Inep; EdUFMT, 2006.

RODELINI, C. F. da C. *Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: Cultura Escolar Primária em Itaporã – MT. Uma contribuição para a História das Instituições Educativas (1953 – 1974)*. 140 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2015

SÁ. Elizabeth Figueiredo de. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

\_\_\_\_\_. O GEM e sua contribuição para a socialização das fontes, pesquisa e escrita da História da Educação, p.33-31. In: *Fontes, pesquisa e escrita da história da educação no Centro-Oeste – Cuiabá, MT: UFMT, 2012.*

SÁ, N.P.; SÁ, E. F. de (orgs.). Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república. Cuiabá/MT: EDUFMT, 2011.

SANFELICE. José Luis. História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais. In: \_\_\_\_\_ *Revista HISTEDBR on-line*. Número especial, Ago/2006.

SANTOS, José V. Tavares. Matuchos, *Exclusão e Luta*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTOS, Claudinei Araújo. *A região em análise: A política e a Igreja no processo de colonização de Nova Andradina-MS*. Dissertação de Geografia – UFMS/CPTL, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.], p. 3-27. (orgs). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: Histedbr: Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007,

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2 edição Campinas, São Paulo: Autores associados, (Coleção memória da educação). 2008.

\_\_\_\_\_. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.], p. 3-27. (orgs). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: Histedbr: Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007

SCHELBAUER, Anaete Regina. *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: EDUEM, 1998.

SEIDL, Ernesto, Igreja e construção nacional no Brasil e na Argentina. In: *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história* / Organizador Flavio M. Heinz. – São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 39

SENA, D. M. ; BRITO, Silvia Helena Andrade de . Rituais escolares e civismo no Grupo Escolar Luis de Albuquerque, Corumbá/MT (1930-1970). In: *VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste*, 2006, Cuiabá. Ética, educação e democracia. Cuiabá : Gráfica UFMT CD-ROM, Anais, 2006.

SILVA, Adriana Cristine. *Grupo Escolar Esperidião Marques: uma contribuição para os estudos das instituições escolares em Mato Grosso (1910 - 1947)*. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Dissertação) 2011.

SILVA, Aldina Cássia F. *Nas trilhas da Memória: uma colônia japonesa no Norte de Mato Grosso – Gleba Rio Ferro (1950-1960)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e. *De Criança a Aluno: As Representações da Escolarização da Infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006

SILVA, Figueiredo de Sá Poubel e . O Florescer de uma Cultura Escolar no Ensino Público Matogrossense. In: VIDAL, Gonçalves Daiana. *Grupos Escolares. Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Itamar. *Migrações Internas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Rosa F. (a). *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Demerval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, Instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014.

TREVIZAN, M. B. *Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil – Paraguai (1889 – 1931)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas: Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. In: *Cadernos Cedes*, ano XX, no 74 52, novembro/2000

VEIGA, C. G. Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do séc. XIX. In: *Educação em Revista*, n. 26, 103-112. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, José Paulino; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Org.). *História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica*. Campinas: Alínea, 2013. p. 65-78.

VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas –SP: Mercado das letras, 2006.

ZILIANI, José Carlos. *Colonização: Táticas e Estratégias da Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso (1908-1960)*. Tese (Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista-UNESP), 2010. Assis-SP.



Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 30 de agosto de 2017.

---

João Carlos Zoti